



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

MARÍLIA CARVALHO BRASIL

**POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM SOB OS ENFOQUES
TEÓRICOS DAS CAPACIDADES E DO ESPAÇO SOCIAL**

**Belém
2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

MARÍLIA CARVALHO BRASIL

**POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM SOB OS ENFOQUES
TEÓRICOS DAS CAPACIDADES E DO ESPAÇO SOCIAL**

Tese de doutorado apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Economia ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Bruno Nascimento dos Santos e co-orientação do Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes

**Belém
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B823p Brasil, Marília Carvalho.
 Pobreza na Região Metropolitana de Belém sob os enfoques
 teóricos das capacidades e do espaço social / Marília Carvalho
 Brasil. — 2022.
 135 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Bruno Nascimento dos Santos
 Coorientador(a): Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
 Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em
 Economia, Belém, 2022.

 1. Pobreza. 2. Abordagem das capacitações. 3. Estrutura
 social. I. Título.

CDD 330

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Ricardo Bruno Nascimento dos Santos, meu orientador, pela forma competente e dedicada com que me conduziu durante esta longa jornada. Obrigada pelo constante incentivo, paciência e apoio, pois com certeza sem isso não teria chegado a este fim tão almejado.

Ao Prof. Danilo Araújo Fernandes, meu co-orientador, pelo conhecimento transmitido, mas principalmente pelas interessantes discussões sobre a elaboração da tese que auxiliaram, de forma importante, a construção do referencial teórico.

Aos professores do PPGE/UFGA, pela contribuição ao meu aperfeiçoamento científico e profissional. Em especial, aos professores Sérgio Rivero e Gilberto Marques. Ao prof. Sérgio, que, com constante disponibilidade, competência e generosa abnegação, me auxiliou a trilhar o caminho na busca pelo desvendamento dos mistérios da linguagem R para que, assim, pudesse construir as bases de dados necessárias à elaboração deste trabalho. Ao prof. Gilberto, pelas interessantes conversas e debates sobre a realidade Amazônica, sua disponibilidade e sempre disposição a auxiliar.

Aos professores membros da banca de qualificação, Marcelo Ribeiro, Juliano Ximenes Ponte e Harley Silva, que contribuíram com sugestões significativas para a continuidade da elaboração desta tese.

Aos colegas do Curso de doutorado, especialmente a Adejard, Carlos, Carol, Ellen, Fábio, Leônidas, Luiz Flávio e Márcia, que se tornaram grandes amigos nessa jornada, compartilhando conhecimentos, preocupações, angústias, mas principalmente alegrias e muitas risadas. O apoio e amizade de vocês foi fundamental para que as dificuldades do doutorado passassem sem grandes atropelos.

Às minhas amigas de Manaus, Andreia, Enimar, Ray, Regina e Rosana, pelo permanente apoio, cuidado e incentivo a longas distâncias.

Ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFGA, que possibilitou a realização do curso de doutorado e desta tese. Aos servidores do ICSA/UFGA pelos cuidados e gentileza, especialmente ao Carlos e ao Pedrinho.

À Universidade Federal do Amazonas e ao seu Departamento de Economia e Análise, que permitiram, por meio da minha liberação, a realização deste doutorado. Ao prof. Salomão Neves, pelo apoio nos meandros da administração universitária, sempre disposto a auxiliar quando foi necessário.

À minha família, pelo grande apoio e incentivo durante todo o período que passei em Belém, depois de tanto tempo morando longe. À minha mãezinha Madalena deixo um especial

agradecimento, por todas as lições de amor, dedicação, carinho e compreensão que todos os dias me presenteia. À minha mana querida Mariza, sempre disposta a me apoiar quando se faz necessário e mesmo quando não. Aos meus manos Edson e Edilson e às sobrinhas Vanessa, Carol e Marissa sempre presentes de alguma forma.

A todos os meus agradecimentos.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é estudar as relações entre pobreza e estrutura social sob as perspectivas monetária e multidimensional para a Região Metropolitana de Belém no período 2000 a 2010. As principais fontes de dados utilizadas foram os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Na análise multidimensional, os índices de pobreza multidimensional (IPM) foram construídos tomando por base o método de Alkire-Foster (2007, 2009). Para a análise da estrutura social foi utilizada a tipologia elaborada pelo Observatório das Metrópoles que adota a perspectiva bourdieusiana. No primeiro decênio do século XXI, na RMB ocorreu uma expressiva redução na proporção de pobres sob o enfoque da renda. Esta tendência foi observada tanto para o conjunto da RMB, quanto para todos os municípios metropolitanos. A queda dos indicadores de pobreza monetária na RMB acompanhou a tendência nacional ocorrida nos anos 2000 como consequência de condições econômicas e políticas públicas. Ao adotar a multidimensionalidade na análise da pobreza, consegue-se perceber a heterogeneidade existente nas áreas estudadas, conforme advoga Amartya Sen. Comparando os indicadores das duas abordagens, os resultados apontam para níveis mais elevados da pobreza captada pela perspectiva multidimensional, quando comparado com a ótica monetária. Esta situação ocorre para todos os níveis de agregação: regional, municipal e área de ponderação. Os resultados da pobreza multidimensional indicam que houve pequena ampliação na proporção de pobres no conjunto da RMB. Os níveis da pobreza multidimensional apresentados eram muito elevados em comparação com as médias nacionais no período 2000/2010. As políticas públicas que contribuíram para a retirada da condição de pobreza multidimensional de parcela importante da população nacional não parecem ter apresentado os mesmos resultados para a RMB. Em relação a estrutura social da RMB, percebe-se que há um progressivo aumento da população enquadrada em situação de privação à medida que se vai avançando na estrutura social quando se considera os diversos indicadores que compõem o IPM (incidência, intensidade e IPM). A população situada no topo da pirâmide social considerada pobre é significativamente menor do que a que fica na base. Da mesma forma que na análise dos agregados regional e municipais, as dimensões que atuaram de forma a intensificar as privações da população residente na RMB foram a educação e o padrão de vida.

Palavras-chave: Pobreza. Abordagem das capacitações. Estrutura social.

ABSTRACT

The general objective of this study is to study the relationships between poverty and social structure from monetary and multidimensional perspectives for the Metropolitan Region of Belém in the period 2000 to 2010. The main data sources used were microdata from the 2000 and 2010 Demographic Censuses. In the multidimensional analysis, the multidimensional poverty indexes (MPI) were constructed based on the Alkire-Foster method (2007, 2009). The typology developed by the Observatory of Metropolises, which adopts the Bourdieusian perspective, was used to analyze the social structure. In the first decade of the 21st century, there was a significant reduction in the proportion of poor people in the RMB from an income perspective. This trend was observed both for the RMB as a whole and for all metropolitan municipalities. The decline in monetary poverty indicators in the RMB followed the national trend that occurred in the 2000s as a consequence of economic conditions and public policies. By adopting multidimensionality in poverty analysis, it is possible to perceive the heterogeneity that exists in the areas studied, as advocated by Amartya Sen. Comparing the indicators of the two approaches, the results point to higher levels of poverty captured by the multidimensional perspective, when compared to the monetary perspective. This situation occurs for all levels of aggregation: regional, municipal and weighted area. The results of multidimensional poverty indicate that there was a small increase in the proportion of poor people in the RMB as a whole. The levels of multidimensional poverty presented were very high in comparison with the national averages in the period 2000/2010. The public policies that contributed to removing the condition of multidimensional poverty from a significant portion of the national population do not seem to have presented the same results for the RMB. Regarding the social structure of the RMB, it is clear that there is a progressive increase in the population classified as deprived as one advances in the social structure when considering the various indicators that make up the MPI (incidence, intensity and MPI). The population at the top of the social pyramid considered poor is significantly smaller than that at the base. As in the analysis of regional and municipal aggregates, the dimensions that acted to intensify the deprivations of the population residing in the RMB were education and standard of living.

Keywords: Poverty. Approach to capabilities. Social structure.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dimensões, indicadores e critérios de privação selecionados para construção dos IPMs para a Região Metropolitana de Belém	59
Figura 2 – Ponderações dos indicadores selecionados para construção do IPM para a Região Metropolitana de Belém	63
Figura 3 – Agregados e categorias sócio-ocupacionais	66
Figura 4 – Região Metropolitana de Belém - Taxa de incidência da pobreza monetária por município (%)- 2000/2010	69
Figura 5 – Região Metropolitana de Belém - Taxa de incidência da pobreza monetária por área de ponderação - 2000/2010	72
Figura 6 – Região Metropolitana de Belém - Taxa de incidência da pobreza multidimensional por área de ponderação - 2000/2010	77
Figura 7 – Região Metropolitana de Belém - Intensidade da pobreza multidimensional por área de ponderação - 2000/2010	80
Figura 8 – Região Metropolitana de Belém - Índice de Pobreza Multidimensional por área de ponderação - 2000/2010	82
Figura 9 – Região Metropolitana de Belém - Contribuição Relativa dos Indicadores no Índice de Pobreza Multidimensional por município - 2000/2010	85
Figura 10 – Região Metropolitana de Belém - Contribuição da Dimensão Educação no Índice de Pobreza Multidimensional por área de ponderação - 2000/2010	89
Figura 11 – Região Metropolitana de Belém - Contribuição da Dimensão Saúde no Índice de Pobreza Multidimensional por área de ponderação - 2000/2010	90
Figura 12 – Região Metropolitana de Belém - Contribuição da Dimensão Padrão de vida no Índice de Pobreza Multidimensional por área de ponderação - 2000/2010	93
Figura 13 – Região Metropolitana de Belém - Perfil social da população total (%)- 2000/2010	96
Figura 14 – Região Metropolitana de Belém - Tipologia socioespacial da população total (%) - 2000/2010	103
Figura 15 – Região Metropolitana de Belém - Tipologia socioespacial da população total por área de ponderação - 2000/2010	104
Figura 16 – Região Metropolitana de Belém - Perfil social da população em situação de pobreza multidimensional (%) - 2000/2010	107
Figura 17 – Região Metropolitana de Belém - Tipologia socioespacial da população em situação de pobreza multidimensional (%)- 2000/2010	109
Figura 18 – Região Metropolitana de Belém - Tipologias socioespaciais da população em situação de pobreza multidimensional por área de ponderação - 2000/2010	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Região Metropolitana de Belém - Taxa de incidência da pobreza multidimensional, Intensidade da pobreza e Índice de Pobreza Multidimensional por município - 2000/2010	74
Tabela 2	– Região Metropolitana de Belém - Contribuição Relativa das Dimensões no Índice de Pobreza Multidimensional por município - 2000/2010	84
Tabela 3	– Região Metropolitana de Belém - Estrutura das categorias sócio-ocupacionais da população total por município (%) - 2000/2010	99
Tabela 4	– Região Metropolitana de Belém - Perfil da tipologia socioespacial segundo categorias sócio-ocupacionais - 2000/2010	103
Tabela 5	– Região Metropolitana de Belém - Estrutura das categorias sócio-ocupacionais da população em situação de pobreza multidimensional distribuída por município (%) - 2000/2010	108
Tabela 6	– Região Metropolitana de Belém - Tipologia socioespacial da população em situação de pobreza multidimensional distribuída por categoria sócio-ocupacional (%) - 2000/2010	110

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	AS ABORDAGENS DE AMARTYA SEN E PIERRE BOURDIEU E A ANÁLISE DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL	17
2.1	As definições de pobreza e seu debate: breves considerações	17
2.2	Principais perspectivas de análise da pobreza: unidimensional e multidimensional	20
2.2.1	Abordagem Monetária da Pobreza	22
2.2.2	Abordagem das Necessidades Básicas	24
2.2.3	Abordagem das capacidades	27
2.3	O estudo da pobreza multidimensional sob as abordagens de Amartya Sen e de Pierre Bourdieu	35
2.3.1	Amartya Sen e a condição de agente	36
2.3.2	Pierre Bourdieu: campos, <i>habitus</i> e capital	39
2.3.3	É possível um diálogo entre Sen e Bourdieu para estudar a pobreza?	43
2.4	Bourdieu e Observatório das Metrôpoles: construção das categorias para análise da estrutura social	48
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
3.1	Área de estudo, fontes e descrição dos dados	52
3.1.1	Área de estudo	52
3.1.2	Fontes e descrição dos dados	54
3.2	Mensuração da pobreza monetária	55
3.3	Mensuração da pobreza multidimensional	55
3.3.1	O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)	56
3.3.1.1	Método Alkire-Foster	56
3.3.1.2	Parâmetros para a construção do índice de pobreza multidimensional para a Região Metropolitana de Belém	58
3.4	Tipologias Sócio-Ocupacionais	64
3.4.1	Tipologia Sócio-ocupacional da população total da Região Metropolitana de Belém	64
3.4.2	Tipologia sócio-ocupacional da população em situação de pobreza multidimensional da RMB	66
4	ÍNDICES DE POBREZA MONETÁRIA E MULTIDIMENSIONAL: A EXPERIÊNCIA DA RMB	68
4.1	A pobreza monetária	68
4.2	A Pobreza multidimensional	73
4.3	Considerações finais	92

5	ESTRUTURA SOCIAL E POBREZA MULTIDIMENSIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	94
5.1	Tipologia socioespacial da população metropolitana	94
5.2	Tipologia socioespacial da população em situação de pobreza multidimensional	106
5.3	Considerações finais	113
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS	119

APÊNDICES 128

APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO E SUA DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIOS E BAIRROS - 2000	129
APÊNDICE B – DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO E SUA DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIOS E BAIRROS - 2010	132

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a questão da pobreza tem se constituído em uma vertente importante nos estudos e pesquisas das mais diversas áreas do conhecimento, tanto no Brasil, quanto no exterior. A existência de uma parcela considerável da população vivendo em condições de pobreza ou vulnerabilidade social tem dado visibilidade para esse problema, de forma que passou a ser inserido nas agendas sociais dos países e das agências internacionais. Nas Ciências Econômicas, não é um tema recente, como podem ser evidenciados pelos aportes de Adam Smith na economia clássica. No entanto, desde a década de 1960 esse debate tem se intensificado especialmente em decorrência do comportamento diferencial de países em relação ao seu processo de crescimento e desenvolvimento econômico, como são exemplos os países em desenvolvimento.

Nesse debate, a relação entre a erradicação da pobreza e a ampliação da renda decorrente do crescimento econômico foi um dos pontos centrais. A experiência dos países em desenvolvimento não dava mostra de que a redução da pobreza seria resolvida única e exclusivamente pelo crescimento econômico. É nesse período que surgem novas interpretações para essa questão, como foi o caso dos estudos baseados no atendimento das necessidades básicas (como nutrição, educação e saúde), de forma que a pobreza passa a ter uma nova definição, agora baseada em um caráter multidimensional. Entre os autores que discutiram esta questão pode-se citar, dentre outros, Streeten (1981); Sen (1983a, 1983b); Stewart (1989); Sen (1993b); Salama, Destremau (1999); Sen (2001); Grusky, Kanbur (2002); Laderchi, Saith, Stewart (2003); Machado (2006); Rocha (2006); Stewart (2006); Lacerda (2009).

A partir da década de 1980, o debate sobre a pobreza avançou e evoluiu significativamente com os novos aportes desenvolvidos por Amartya Sen. Ele adotou uma nova visão da pobreza, em que a mesma se configura pela privação das capacidades básicas. Assim, a pobreza não pode ser entendida exclusivamente como decorrente da baixa renda recebida por um indivíduo ou família, mesmo que a renda seja considerada um importante indicador de pobreza. Todos os aspectos têm o seu papel na formação da pobreza existente em cada sociedade. Para o autor, o combate à pobreza deve ter por base essa visão abrangente, possibilitando um novo entendimento sobre a natureza e as causas da pobreza com a busca da qualidade de vida e das liberdades substantivas, e não apenas com o crescimento da renda e da riqueza (SEN, 2001, 2010).

O enfoque das capacidades juntamente com o das necessidades básicas tem fortalecido o debate e confrontado a abordagem monetária como única explicação para a redução da pobreza, de forma que diversas agências internacionais têm dado relevância a esse novo enfoque, como é o caso das Nações Unidas/PNUD¹ e do Banco Mundial.

Esta tese se configura entre os estudos que adotam como foco a abordagem multidimensional, mais especificamente o das capacidades de Amartya Sen. Entende-se que a pobreza é um fenômeno que abarca inúmeras dimensões para sua compreensão e solução e que, portanto, não

¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

pode ser tratado única e exclusivamente pelo enfoque da renda.

O ineditismo do trabalho está em mostrar como a distribuição da pobreza dentro dos tipos socioespaciais na Região Metropolitana de Belém diferem na abordagem das capacidades. O que este trabalho procura evidenciar é o fato de a pobreza multidimensional está presente tanto em categorias sócio-ocupacionais superiores quanto inferiores.

Um aspecto importante nos estudos sobre pobreza e pouco discutido refere-se à forma como é tratada a relação entre o âmbito econômico e outros domínios do mundo social, ou seja, as estruturas sociais. Sen não trata o mundo econômico de forma autônoma como acontece com os economistas do *mainstream*, no entanto, de acordo com alguns autores, esta questão tem sido pouca discutida apesar de se constituir um importante aspecto da vida que as pessoas podem/devem valorizar, uma vez que as ações econômicas estão enraizadas em sistemas concretos de relações sociais. Autores, como Gasper (1993), Deneulin (2003), Favareto (2005), Carpenter (2009), Dean (2009), Bowman (2010), Jackson (2014) e Arun (2018), têm afirmado que esse aspecto deveria constar em uma discussão mais robusta em sua obra. De acordo com esses autores, uma perspectiva mais ampla da abordagem das capacidades permitiria que a estrutura social fosse inserida.

Segundo o entendimento de Jackson (2016) sobre esta questão, a capacidade de agir (fazer as coisas que são valorizadas) e participar da sociedade é uma prerrogativa que todas as pessoas devem ter. O autor afirma também que a capacidade de agir decorre, em parte, do lugar que a pessoa ocupa dentro das estruturas sociais. Ou seja, papéis e posições que cada pessoa tem nas estruturas sociais permitem que seus ocupantes ajam e possam, até mesmo, ajudar ou dificultar as ações de outras pessoas. Além disso, "as relações e redes pessoais ampliam os poderes dos membros da rede e diminuem os dos não-membros". Neste sentido, reconhecer que o contexto social influencia as capacidades dos indivíduos "requer o reconhecimento explícito das estruturas sociais, tanto pessoais quanto impessoais". Isto ocorre por que algumas capacidades podem estar relacionadas ao emprego ou outros papéis referentes a ele e à participação em redes sociais.

Discutindo essa questão, Dean (2009) afirma que "a sociedade humana deve ser entendida axiomáticamente como uma associação de seres interdependentes"(p. 6) e que, portanto, a ordem social deve ser entendida considerando tanto como são organizados os meios de produção, quanto como seus membros cuidam uns dos outros. Seguindo este entendimento, o autor cita Deneulin e Stewart (2000) quando comentam que "as estruturas sociais (ou 'estruturas de convivência') importam não apenas porque podem habilitar ou restringir nossas capacidades, mas porque são constitutivas de nossas identidades individuais e os quadros de significado pelos quais valorizamos vários funcionamentos"(DEAN, 2009, p. 6). Assim, para um ser social a família, a comunidade ou a sociedade a que pertencem são tão importantes quanto sua liberdade de fazer ou ser.

Jackson (2016), por sua vez, entende que a abordagem da capacidade em seu atual

desenvolvimento tem falado pouco sobre instituições. O autor afirma que esta abordagem prefere discutir as capacidades internas que os indivíduos possuem e que o contexto social está fora do núcleo da literatura de capacidades. Portanto, as relações e estruturas sociais desempenham um papel secundário e instrumental como meio de ampliar o conjunto de capacidades. De acordo com o autor, "a negligência das questões sociais tem estado entre as principais críticas à abordagem da capacidade"(p.2).

A fim de se buscar trabalhar esta questão inserida no contexto da pobreza multidimensional, adotou-se os aportes teóricos de Pierre Bourdieu que é, dentre os pensadores contemporâneos, quem conseguiu oferecer uma alternativa teórica consistente (FAVARETO, 2005; BOWMAN, 2010; JACKSON, 2016). Restabelecendo conexões a partir dos clássicos do pensamento sociológico, Bourdieu conseguiu construir um arcabouço teórico onde, mesmo tendo o agente da ação social como centro da análise, as estruturas sociais² estão totalmente incorporadas em seu modelo explicativo. Isto acontece através das articulações entre os conceitos de campo, *habitus* e formas de capital, centrais em seu universo teórico.

De acordo com Bourdieu (1994, p.153), a ação dos indivíduos é socialmente situada e condicionada pela história, pela evolução, e está relacionada aos interesses específicos, interesses que são socialmente constituídos e que não existem senão em relação ao espaço social no seio do qual certas coisas são importantes e outras indiferentes. Isto é, cada campo produz a valorização de certos tipos de interesses em detrimento de outros. Assim, procurando introduzir a análise das estruturas sociais na discussão sobre pobreza multidimensional empreendida por Amartya Sen, o que se pretendeu fazer foi uma primeira aproximação, buscando mostrar as bases e os fundamentos destas duas abordagens teóricas (Sen e Bourdieu) com o intuito de extrair os aspectos em comum, a possibilidade de diálogo e uma forma de operacionalização para sua articulação. Com este fim, foi adotada a metodologia elaborada pelo Observatório das Metrópoles relativa à construção de uma tipologia sócio-ocupacional que pretende ser uma *proxy* para o entendimento das estruturas sociais do território em análise e que adota, como arcabouço teórico, a construção de Bourdieu sobre o espaço social.

Uma das inovações metodológicas é o de considerar os indivíduos classificados como pobres no aspecto multidimensional verificando as possíveis alterações que possam ocorrer com a introdução de novos elementos ligados à tipologia socioespacial. Assim será possível analisar no que tange à pobreza multidimensional como se distribui, no território, os tipos socioespaciais mais e menos aquinhoados.

O objeto de estudo desta tese é a Região Metropolitana de Belém. Em 2010, a cidade central encontrava-se no 628º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

² De acordo com Setton (2010), Bourdieu entende a estrutura social "como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, determinado tanto pelas relações materiais e/ou econômicas (salário, renda) como pelas relações simbólicas (status) e/ou culturais (escolarização) entre os indivíduos. Segundo esse ponto de vista, a diferente localização dos grupos nessa estrutura social deriva da desigual distribuição de recursos e poderes de cada um de nós"(p.48)

(IDHM), superado por outras capitais estaduais da Região Norte, como é o caso de Palmas (76°) e Boa Vista (508°), além de outras capitais que, geralmente, encontram-se mal posicionadas como, são exemplos, São Luiz (MA) e Teresina (PI). Neste mesmo ano, o município de Belém apresentava uma proporção de pessoas com baixa renda de 36,2%, ficando entre as capitais com piores níveis de pobreza monetária no país. Estes são alguns dados que justificam a escolha de Belém para nosso estudo.

Tendo isso em vista, a presente tese tem por intuito responder as seguintes questões: em que medida as especificidades sociais afetam os indicadores de pobreza multidimensional na Região Metropolitana de Belém no período 2000 a 2010? Será que se observam diferenças significativas entre as áreas geográficas da Região Metropolitana de Belém nestes períodos?

Para responder a este problema de pesquisa, este trabalho tem por objetivo geral estudar as relações entre pobreza multidimensional e estrutura social para a Região Metropolitana de Belém e suas subáreas (áreas de ponderação) no período 2000 a 2010.

Para atingir tal objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: construir os índices de pobreza multidimensional para a Região Metropolitana e suas áreas geográficas formado pelas dimensões educação, saúde e padrão de vida; construir os indicadores da pobreza monetária e compará-los com os índices de pobreza multidimensional; e, associar os índices de pobreza multidimensional com a tipologia socioespacial.

O problema de pesquisa e os objetivos foram propostos no sentido de testar a seguinte hipótese: a abordagem multidimensional, para a análise da Região Metropolitana de Belém, permite a identificação de diferentes contextos associados às estruturas sociais e à pobreza, contribuindo para uma compreensão mais acurada da complexidade das relações nos distintos territórios que o compõem.

Estudos recentes no Brasil tratam da utilização da abordagem das capacidades para analisar a pobreza ocorrida em vários contextos espaciais, como são exemplos os trabalhos de Serra (2017) e Rodrigues (2015). Serra (2017) analisa as mudanças ocorridas na pobreza multidimensional no território brasileiro durante o período 2000/2010, comparando as áreas rurais e urbanas. Para sua análise construiu um índice de pobreza multidimensional para o Brasil com base no método Alkire-Foster (AF) e no modelo hierárquico de Permanyer. Com base nos microdados dos censos demográficos, a pobreza foi tratada usando abordagem das capacidades de Amartya Sen. Rodrigues (2015), por sua vez, analisou a pobreza multidimensional para a Região Metropolitana de Belém utilizando para isso a metodologia de Alkire e Santos (2010) por meio do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O objetivo foi fazer uma comparação entre os indicadores multidimensionais considerando a variável renda, com o intuito de verificar seus efeitos sobre a avaliação da dimensão espacial da pobreza. Outros estudos são discutidos nos Capítulos 2 (revisão da literatura) e 3 (procedimentos metodológicos) com o intuito de dar o embasamento necessário para explicar os critérios de inclusão ou exclusão das dimensões e dos indicadores que compõem os índices de pobreza multidimensional neste estudo.

Tendo em vista tais estudos sobre pobreza, que diferencial encontra-se neste trabalho que ora se apresenta? A presente tese ao analisar a pobreza na Região Metropolitana de Belém no período 2000 a 2010 sob a ótica multidimensional considera um ponto importante: um dos aspectos pouco explorado por Sen em sua teoria sobre o desenvolvimento das capacidades individuais é a influência das estruturas sociais vigentes. Sen está ciente da importância das influências sociais e estruturais sobre as capacidades, no entanto o contexto social encontra-se em estado latente e subteorizado em seu trabalho, conforme discutido anteriormente. Uma perspectiva mais ampla poderia abarcar a estrutura social e sua interdependência com a agência humana. Com esta perspectiva em mente, procurou-se empregar a abordagem de Bourdieu para complementar a das capacidades na medida em que estuda os agentes individuais dando a devida atenção ao seu entorno social. Para fazer a operacionalização, adotou-se a metodologia do Observatório das Metrópoles que tem por base a teoria de Bourdieu para a construção da tipologia socioespacial.

As principais fontes de dados utilizadas foram as bases de microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. A escolha por essas fontes decorre do fato de permitir a obtenção de informações tanto no nível municipal, quanto no de áreas de ponderação para o período analisado. Este fato permitiu que fossem construídos indicadores e tipologias desagregados por indivíduo, família e subáreas geográficas da Região Metropolitana de Belém. As tabulações dos dados foram produzidas pelo programa estatístico R, que é um software para computação estatística e construção de gráficos que pode ser baixado e distribuído gratuitamente.

Na análise multidimensional, foi estimado o índice de pobreza multidimensional (IPM) que é construído adotando o método de Alkire-Foster (2007, 2009). Além disso, tomou-se por base o trabalho de Rodrigues (2014) que trata da análise da pobreza multidimensional para a Região Metropolitana de Belém. Os indicadores foram construídos tendo as mesmas dimensões e ponderação do referido trabalho. Para a análise da estrutura social da Região Metropolitana foi construída a tipologia elaborada pelo Observatório das Metrópoles que adota a perspectiva bourdieusiana.

A estrutura desta tese é formada por cinco capítulos além desta introdução. O primeiro capítulo dá as bases sobre as quais são discutidos os enfoques teóricos sobre a pobreza, especialmente o multidimensional. Em relação a este enfoque verifica-se a possibilidade de sua articulação com a abordagem bourdieusiana do espaço social que se constitui no fundamento da tipologia sócio-ocupacional do Observatório das Metrópoles. O segundo capítulo trata dos aspectos metodológicos que embasam a construção dos indicadores utilizados na tese. Os indicadores relativos à pobreza monetária adotaram como linha de pobreza a metodologia de Rocha (1997) que é empregada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). Já os indicadores para o estudo da pobreza multidimensional se inserem entre aqueles da família do método Alkire e Foster (2007, 2009). É mostrado também, neste capítulo, como se dá a construção das tipologias sócio-ocupacionais. O terceiro capítulo trata da discussão dos resultados referentes à estimação

dos indicadores de pobreza sob os enfoques da renda e da multidimensionalidade. Neste caso, adotou-se a estimação do indicador tendo por base as dimensões educação, saúde e padrão de vida. O quarto capítulo mostra a apresentação e discussão dos resultados dos indicadores de pobreza multidimensional com a inserção da tipologia socioespacial que é uma *proxy* da estrutura social da população da Região Metropolitana de Belém. Por fim, o último capítulo trata das considerações finais deste trabalho.

2 AS ABORDAGENS DE AMARTYA SEN E PIERRE BOURDIEU E A ANÁLISE DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Há uma literatura científica relativamente extensa sobre as noções, conceitos e abordagens teóricas sobre pobreza. Tendo isso em vista, o objetivo deste capítulo é o de discutir a complexidade que envolve o estudo dessa temática tendo por referencial teórico a abordagem das capacidades, que entende a pobreza sob o enfoque multidimensional. Para isso, apresenta-se o debate sobre a origem e os principais conceitos de pobreza, problemas de operacionalização e como a utilização desta perspectiva multidimensional pode contribuir para a compreensão mais aprofundada do estudo da pobreza. Com o intuito de contribuir para o avanço desse debate, procura-se realizar um diálogo com outro aporte teórico, o de Pierre Bourdieu, uma vez que uma das críticas à abordagem seniana diz respeito à pouca importância dada aos aspectos da estrutura social. Neste sentido, o diálogo aqui empreendido expõe a possibilidade de complementaridade entre as duas perspectivas teóricas que possam auxiliar no entendimento das principais relações entre as diversas dimensões da pobreza e as peculiares da estrutura social de uma realidade específica, como é o caso da Região Metropolitana de Belém, objeto de análise deste trabalho. É apresentado também como se construiu as categorias sócio-ocupacionais pelo Observatório das Metrópoles, representativas das classes sociais de Bourdieu, que possibilitam a análise da estrutura social. Para dar operacionalidade aos conceitos de Bourdieu quanto à estrutura social discute-se a construção das categorias sócio-ocupacionais empregando a metodologia do Observatório das Metrópoles, que são representativas das classes sociais de Bourdieu.

2.1 As definições de pobreza e seu debate: breves considerações

A delimitação do conceito de pobreza, na análise dessa questão, é um problema relevante de avaliação na maioria das sociedades e sua identificação é importante nos diversos contextos sociais. Como afirma Sen (2001, p. 170), “embora o termo pobreza seja usado de modos bastante diferentes, existem algumas associações claras que restringem a natureza do conceito, e não estamos inteiramente livres para caracterizar a pobreza de qualquer modo que nos agrade”. Isto por que sua identificação pode estar, de uma forma ou de outra, vinculada às políticas que buscam resolver ou minimizar esse problema.

As diferentes definições de pobreza implicam no uso de distintos indicadores para sua mensuração, podendo levar à identificação de diferentes indivíduos e grupos considerados pobres e, por sua vez, podem exigir variadas soluções políticas para a redução da pobreza (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003, p. 2).

Laderchi, Saith e Stewart (2003, p. 3-6) argumentam que há uma série de questões gerais ligadas à definição de pobreza e suas formas de mensuração que se aplicam a todas as abordagens que tratam do tema. Os autores afirmam que a questão referente à discriminação entre pobres e não pobres é de crucial importância para o entendimento do estudo da pobreza e está vinculada à linha de pobreza utilizada na análise. A partir daí surgem dois pontos relacionados: 1º) qual é a justificativa para adotar determinada linha de pobreza; e 2º) em que medida a linha de pobreza é definida como relativa ou absoluta.

Em relação a primeira questão, que trata da justificativa para adoção de uma linha de pobreza específica, os autores consideram que a escolha de uma definição de pobreza depende da suposição crucial de que existe "alguma forma de descontinuidade entre os pobres e os não pobres que podem se refletir na linha de pobreza. Tal ruptura pode referir-se ao comportamento dos pobres, ou a alguma destacada característica que identifica os pobres, e às considerações morais ou políticas que deveriam ser abordadas" (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003, p. 4).

O outro ponto destacado pelos autores refere-se à escolha da definição de linha de pobreza a ser utilizada, seja ela absoluta, seja relativa. A pobreza absoluta implica em considerar os requerimentos básicos para a sobrevivência física, de forma que devem ser incluídas as necessidades mínimas que permitam ao indivíduo se manter e se reproduzir fisiologicamente tendo uma alimentação calórica mínima (LUSTOSA; FIGUEIREDO, 1990; LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003; ROCHA, 2006; CODES, 2008). Ravallion (2016a) menciona que os pobres são definidos, segundo a pobreza absoluta, como os indivíduos que se encontram abaixo de um limiar de renda ou consumo fixado em termos reais em todos os subgrupos de uma população. De acordo com o autor, os defensores desta abordagem argumentam que as fronteiras entre os países na avaliação da pobreza devem ser ignoradas. Para eles, as "pessoas com o mesmo domínio sobre mercadorias devem ser tratadas da mesma forma, mesmo quando uma vive em um país rico e outra em um país pobre" (p. 106).

A linha de pobreza absoluta foi utilizada nos primeiros estudos científicos sobre o tema baseando-se nas necessidades nutricionais mínimas para a sobrevivência física de uma pessoa. Portanto, a linha de pobreza absoluta, geralmente, é entendida como o não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital de cada pessoa. Assim na maioria das vezes, é empregada para mensurar a pobreza nos países pobres ou em desenvolvimento por que são nesses países em que os meios indispensáveis para a sobrevivência dos indivíduos ainda não foram garantidos em sua totalidade (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003; ROCHA, 2006). Como afirma Ravallion (2016a), desde a virada do século XXI, os países em desenvolvimento têm apresentado um número crescente de pobres e em maiores condições de vulnerabilidade do que visto em tempos anteriores.

Codes (2008) chama atenção para o fato de que a pobreza absoluta não deveria ser considerada apenas como requisitos mínimos para a sobrevivência física do ser humano, mas também como requisitos essenciais ou básicos para a sobrevivência física e para a participação

social. Neste sentido, apesar do aspecto físico representar uma necessidade imperativa para qualquer ser humano (como, por exemplo, a capacidade de se alimentar), as necessidades humanas vão muito além disso.

Outro aspecto que deve ser considerado em relação à pobreza absoluta é que ela não deve ser entendida como fixa no tempo, como alguns defensores da abordagem relativista consideram. De acordo com Sen (1983a, p. 155) o aspecto absoluto das necessidades não tem significado invariável ao longo do tempo. A abordagem absoluta da pobreza entende a linha de pobreza como “uma função de algumas variáveis, e não há uma razão a priori para que essas variáveis não possam mudar ao longo do tempo”.

Ravallion (2016b), acompanhando este entendimento, comenta que o local ou a época em que se vive deve ser considerado relevante para o bem-estar em determinado consumo próprio. As linhas de pobreza absoluta no espaço de renda não correspondem a um nível comum de bem-estar, ou seja, não são consistentes com o bem-estar devido aos efeitos sociais. Como a pobreza implica em um baixo nível de bem-estar, o autor afirma que ao longo do tempo “serão necessárias linhas de pobreza monetárias mais elevadas nos países mais ricos para alcançar o mesmo nível de bem-estar” uma vez que o bem-estar depende tanto do consumo relativo, quanto do consumo próprio. Já nas economias em crescimento, medidas de pobreza que usam uma linha real fixa superestimarão o progresso no combate à pobreza (p. 5). Ravallion afirma ainda que nos últimos cem anos as linhas nacionais de pobreza “aumentaram ao longo do tempo com ganhos sustentados nos padrões de vida gerais”. Isso aconteceu também nos últimos tempos nos países em desenvolvimento que apresentaram crescimento econômico, como foram os casos inclusive da China e Índia.

A linha de pobreza relativa, por sua vez, relaciona-se com o modo de vida e com a forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinada sociedade. Desta forma, os pobres são identificados em comparação com o padrão de vida vigente em cada sociedade, isto é, o pobre encontra-se em “um estado de carência em relação a outras situações sociais com que é confrontado” (CODES, 2008, p. 15), carência que está relacionada à obtenção de algum atributo desejado em menor nível (renda, condições favoráveis de emprego, poder, etc.). Por sua vez, Decerf (2020, p. 2) argumenta que uma pessoa é considerada relativamente pobre se sua renda for tão inferior ao padrão de renda vigente em sua sociedade que corre o risco de ser excluída socialmente. À medida que os padrões de vida da sociedade em que vive vai evoluindo, o custo real da participação social também evolui. Portanto, “o limiar de pobreza relativa depende do padrão de renda da sociedade considerada”. Rocha (2006, p. 11), ao se referir à essa linha de pobreza, afirma que sua adoção significa incorporar a redução das desigualdades entre indivíduos como objetivo social.

De acordo com Sen (1976, p. 219), para que a pobreza possa ser mensurada dois problemas devem ser enfrentados: a identificação dos pobres e a construção ou definição dos indicadores a serem utilizados. O primeiro problema envolve a escolha de um critério de pobreza

que corresponde ao enfoque de pobreza absoluta ou ao enfoque de pobreza relativa, como abordado anteriormente. O segundo, relacionado aos indicadores, está diretamente ligado ao critério de pobreza utilizado, pois, como afirmam Laderchi, Saith e Stewart (2003), “diferentes interpretações da realidade se traduzem em diferentes medidas de pobreza”. Assim, de acordo com os autores, distintas definições de pobreza abrangem diferenciadas “esferas de preocupações”, e nem todas são facilmente mensuráveis. Os diferentes métodos têm implicações divergentes para as políticas públicas na medida em que apontam para pessoas diferentes que são consideradas como pobres.

Essas questões derivam de posicionamentos relacionados à definição da pobreza, suas causas, suas manifestações, dentre outros aspectos, ou seja, derivam das opções teóricas e conceituais em que se baseia a análise (SEN, 1976). São duas as visões dominantes: unidimensional ou multidimensional, como veremos a seguir.

2.2 Principais perspectivas de análise da pobreza: unidimensional e multidimensional

Os estudos sobre pobreza que se caracterizam como uma perspectiva unidimensional consideram apenas uma dimensão em seu escopo de análise. Exemplos os baseados exclusivamente nas necessidades nutricionais ou na abordagem monetária. Essa simplificação da análise propiciou o desenvolvimento de medidas quantitativas numa tentativa de mensurar e estabelecer estratégias que permitissem a formulação de políticas para redução da pobreza.

Por outro lado, a abordagem multidimensional da pobreza leva em consideração situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes dimensões estão interligadas como elementos causais (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). Neste caso, a noção de pobreza é entendida como

um fenômeno social complexo, referente não apenas a privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, mas também à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões socialmente aceitáveis. Além disso, como a pobreza não se esgota nos aspectos materiais e individuais, mas inclui as relações sociais, como o acesso ao trabalho e à assistência, as abordagens multidimensionais abarcam ainda dimensões sociais e mesmo políticas relacionadas a essa questão (CODES, 2008, p. 24).

Os estudos científicos sobre pobreza tiveram início no final do século XIX e princípio do século XX. Pobreza, nos primeiros estudos, era definida relacionando-a às necessidades nutricionais mínimas necessárias à manutenção física do indivíduo ou do grupo familiar, conforme a unidade de análise adotada, ou seja, baseava-se na ideia de subsistência (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003). Diversos autores citam como primeiro trabalho científico sobre pobreza o realizado por Rowntree, em 1901, na cidade de York (Inglaterra) (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003; SEN, 1983a; SEN, 1983b; ROCHA, 2006; MACHADO, 2007). Nesse estudo, o autor

definiu que as famílias que se encontravam em "pobreza primária" eram aquelas em que seus "ganhos totais são insuficientes para obter as necessidades mínimas para a manutenção de uma simples eficiência física" (SEN, 1983b, p.11).

Ao longo do século XX, de acordo com Codes (2008, p. 12), a ideia de subsistência exerceu grande influência sobre práticas científicas e políticas nacionais e internacionais e, ainda hoje, diversos países se apoiam no conceito de subsistência para implementar medidas de auxílio à população pobre. Estudos tendo por base as necessidades nutricionais deram origem ao desenvolvimento da abordagem monetária da pobreza que se constituiu, durante o século XX, na principal vertente de análise desse problema. A possibilidade de estudar a pobreza através de uma medida quantitativa incentivou a conversão dessas necessidades nutricionais em valores monetários e à utilização de critérios de discriminação entre pobres e não pobres apoiados na renda do indivíduo ou da família. Outro fator que incentivou a análise da pobreza sob a abordagem da renda foi a intensificação das atividades capitalistas nas sociedades modernas conforme afirma Rocha (2006).

No entanto, com o tempo, foram surgindo e se acentuando críticas às abordagens de subsistência e monetária, de forma que, nos anos 1970, foram buscadas outras alternativas para o estudo da pobreza, no intuito de "devolver à pobreza, e a seus meios de medidas, dimensões não monetárias e particularmente sociais e políticas", uma vez que "as condições de existência não se limitam unicamente aos aspectos materiais e individuais (moradia, alimentação, renda) e incluem as relações sociais, o acesso ao trabalho, aos cuidados, etc." (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 73, 113, 114). Desta forma, surge um novo enfoque de análise da pobreza, o multidimensional, que vai além de uma definição restritiva para uma conceituação mais complexa, ampliando também o entendimento sobre o desenvolvimento socioeconômico, a partir de uma perspectiva humanista. Mesmo que se reconheçam as complicações metodológicas em lidar com múltiplas variáveis ao mesmo tempo, a multidimensionalidade é importante e inescapável e "deve ser vista como uma vantagem e não como uma desvantagem" (ANAND; SEN, 1997, p. 6).

O enfoque multidimensional da pobreza procura refutar o argumento de que apenas o crescimento econômico é a condição suficiente para reduzir e/ou erradicar a pobreza, garantindo um maior nível de bem-estar da sociedade. As experiências vividas pelos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento durante o século XX ressaltaram as limitações conceituais impostas pela visão de desenvolvimento como crescimento econômico e progresso técnico. Muito mais do que gerar riqueza e promover o crescimento do PIB e da renda *per capita*, é preciso considerar também a apropriação e distribuição da riqueza gerada e a melhoria nas condições de vida da população (CODES, 2008; LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003; SALAMA; DESTREMAU, 1999).

O enfoque multidimensional tem ampliado o número de adeptos ao longo das últimas décadas, expandindo assim seu espaço no debate. As abordagens das necessidades básicas e das

capacidades¹ são as que tem apresentado maior destaque entre aquelas que estão inseridas nos estudos da pobreza multidimensional.

O estudo da pobreza requer, desse modo, que se torne explícita a abordagem na qual se fundamenta a análise, bem como o critério de identificação dos pobres e os métodos de agregação, pois esses elementos definirão o conceito de pobreza a ser utilizado. A perspectiva multidimensional pode ser vista como um avanço para o pensamento científico da pobreza, desde que permite maior compreensão da questão, inclusive por parte dos organismos internacionais que se dedicam à promoção e ao estudo do desenvolvimento socioeconômico entre as diversas populações. A seguir serão apresentadas as três principais abordagens de análise que tratam da pobreza.

2.2.1 Abordagem Monetária da Pobreza

O estudo da pobreza sob a perspectiva monetária tem o seu marco inicial no trabalho de Rowntree, no começo do século XX (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003; MACHADO, 2006; ROCHA, 2006; SEN, 1983a; SEN, 1983b). Desde então, o número de estudos que adotam essa perspectiva cresceu significativamente, transformando essa abordagem em uma das mais utilizadas.

A pobreza é entendida como uma insuficiência no consumo ou na renda em relação a alguma linha de pobreza, que impede o indivíduo de alcançar um nível mínimo de bem-estar que maximiza a utilidade total (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003, p. 7). Essa visão da pobreza encontra forte respaldo na teoria econômica tradicional e é fundamentada no pensamento utilitarista. A utilidade de uma pessoa, de acordo com esse pensamento, “é representada por alguma medida de seu prazer ou felicidade” (SEN, 2010, p. 84), implicando numa noção de valor baseada somente na utilidade individual que é definida em termos subjetivos (SEN, 1993b; SEN, 2001). Cada indivíduo é considerado como um consumidor cujo objetivo é maximizar sua utilidade, de forma que seus gastos com consumo reflitam a utilidade que as mercadorias consumidas geram. Desta forma, o bem-estar social pode ser medido como o consumo total, dependente dos gastos ou da renda (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003). Dessa forma, a renda ou o consumo aparece como indicador exclusivo de bem-estar.

Machado (2007, p. 32) afirma que sua grande aceitação enquanto mensuração da pobreza está relacionada diretamente com a possibilidade de converter certas necessidades consideradas mínimas em termos monetários. De forma que “a renda seria uma *proxy* daquelas necessidades, permitindo a quantificação do número de pobres e a comparação intertemporal”.

A identificação dos pobres por insuficiência de renda (consumo) utiliza como critério a linha de pobreza monetária. Esta linha “pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu

¹ do inglês *Capabilities*

valor” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 1997, p. 2). Entretanto, o valor dessa linha tem sido alvo de forte debate entre os adeptos dessa abordagem, não existindo uma uniformidade de opiniões sobre o valor a ser adotado.

Sob a perspectiva monetária, a etapa de agregação da pobreza se caracteriza pela sofisticação quantitativa dos instrumentos de medida utilizados, tentando aproveitar os avanços obtidos nos últimos anos na área da Econometria. Grusky e Kanbur (2002) afirmam que o período que compreendeu os anos 1970 e início dos anos 1980 foi caracterizado por um intenso debate sobre a mensuração da pobreza. Nesse período foram formulados alguns dos índices mais utilizados pela abordagem monetária da pobreza e que, ainda hoje, servem de referência para a elaboração de medidas de pobreza.

A abordagem monetária da pobreza apresenta dificuldade em incorporar os bens que não passam pelo mercado e que, portanto, não têm seus preços nele definidos. No entanto, há uma grande variedade de bens não-monetários, como são exemplos o autoconsumo, os bens públicos, as doações, dentre outros, que tem impacto direto sobre o nível de bem-estar dos indivíduos. A definição de pobreza que não leve em consideração essas exceções, de acordo com Salama e Destremau (1999, p. 49), seria vista como “restritiva e, por conseguinte, insuficiente”.

Essa abordagem também não considera a heterogeneidade entre os indivíduos. As diferenças são vistas apenas em termos de suas restrições orçamentárias. A diversidade dos seres humanos, de acordo com Sen (2010), talvez seja a maior dificuldade que a abordagem do bem-estar enfrente ao basear-se na renda real. A utilidade que se dá a um dado nível de renda depende de diversas circunstâncias que, por sua vez, podem variar entre pessoas e entre contextos sociais. Das distintas fontes de variação da base material de bem-estar (composta por renda e mercadorias) que podem ser observadas entre os indivíduos, podem ser citadas: heterogeneidades pessoais; diversidades ambientais; variações no clima social; diferenças de perspectivas relativas (necessidades de mercadorias associadas a padrões de comportamento); e distribuição na família (SEN, 2010, p. 98-100).

A questão da heterogeneidade está associada também à negligência quanto ao valor intrínseco do ato de escolha. O ato de escolha em si e a quantidade de opções existentes no ato de escolha são os elementos que estão inseridos neste valor. Como afirma Kuklys (2005, p. 17), a quantidade de opções de escolha não está inserida na determinação do bem-estar individual quando a abordagem considerada é a monetária.

Com relação às implicações políticas, estas são de grande relevância. O enfoque exclusivista monetário da pobreza limita as ações voltadas à redução da pobreza às políticas de transferência de renda e elevação do PIB *per capita*. A restrição do conceito de pobreza à insuficiência de renda para satisfação das necessidades físicas individuais baseia-se no argumento de que o crescimento nacional da riqueza material é suficiente para combater as situações de privação (CODES, 2008). Não se trata de dizer que essas são políticas que não devam ser realizadas, mas de compreender que, embora necessárias, elas não são suficientes. Para Sen (2010, p. 146), os

debates sobre políticas realmente têm sido distorcidos pela ênfase excessiva dada à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, em detrimento das privações relacionadas a outras variáveis como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social, dentre outras.

Sen (1993b) afirma que a busca constante pelo crescimento econômico ou pelo aumento da renda real como critérios de desenvolvimento exitoso representam um problema importante no planejamento e execução de políticas. O problema não está no fato de a busca da prosperidade econômica ser considerada um objetivo central do planejamento e do processo de formulação de políticas. No entanto, é necessário atentar para até que nível pode-se considerá-lo como objetivo principal do desenvolvimento. Deve-se considerá-lo como um objetivo cuja importância subordina-se ao favorecimento da vida humana, de forma que garanta ou busque a promoção de melhorias econômicas e sociais para a população, ampliando suas oportunidades de escolhas e reduzindo as desigualdades socioeconômicas.

Os adeptos da abordagem monetária geralmente recomendam políticas focalizadas, ou seja, defendem que é necessário dirigir os gastos públicos para as pessoas mais necessitadas, aumentando a eficiência dos gastos sociais, ignorando, portanto, os argumentos de caráter universalista das políticas sociais cujas ações públicas devem atender a todos, já que todas as pessoas têm direitos iguais (ARBACHE, 2003). Entretanto, conforme afirma Guimarães (2003), o provimento de bens e serviços por parte do Estado é criticado, defendendo-se a premissa clássica de livre funcionamento dos mercados para garantir a sua eficiência máxima e, assim, promover o crescimento econômico e a redução da pobreza.

2.2.2 Abordagem das Necessidades Básicas

A abordagem das necessidades básicas tem sua origem, nos anos 1950, quando surgiu a ideia de que o progresso social poderia ser melhor obtido via satisfação das necessidades básicas dos indivíduos do que por meio do crescimento econômico. Constituindo-se, assim, nos primeiros questionamentos sobre o poder do crescimento econômico como medida suficiente para garantir o desenvolvimento econômico e social (CODES, 2008; STREETEN, 1981).

Nas décadas seguintes ganhou cada vez mais espaço, especialmente na década de 1970, quando passou a dominar as políticas de desenvolvimento sugeridas por algumas organizações internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial (STEWART, 2006; STREETEN, 1981). Durante este período, o fracasso do sistema econômico e social em atingir uma condição mínima de vida básica para milhões de pessoas nos países subdesenvolvidos levou a reconhecer a necessidade de priorizar o acesso universal a bens e serviços básicos sociais e econômicos (STEWART, 1989).

No período pós Segunda Guerra Mundial, as taxas de crescimento econômico dos países pobres ou em desenvolvimento, em sua maioria, elevaram-se sem precedentes, porém do ponto de vista distributivo não tiveram a mesma tendência positiva e não foram capazes de reduzir a

pobreza. Como resultado, ocorreu uma expansão do número absoluto de pobres, aumento do desemprego e concentração de renda. Tais fatos não poderiam ser ignorados.

A abordagem das necessidades básicas não tem a intenção de substituir o crescimento econômico e sim de suplementá-lo, pois considera que este é essencial para a geração de renda das populações pobres e de receitas públicas que assegurem a oferta de bens e serviços públicos (STEWART, 2006, p. 17). Essa abordagem se opõe à abordagem monetária da pobreza em três aspectos: 1) porque abandona a renda como indicador principal no estudo da pobreza devido as desvantagens que a renda apresenta enquanto critério de estudo deste problema e pelo interesse em adotar parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida; 2) por estabelecer objetivos e medir resultados para a sociedade como um todo, não delimitando uma subpopulação pobre preferencialmente; e 3) por enfatizar o caráter multidimensional da pobreza e o reconhecimento da inter-relação entre as diversas carências (ROCHA, 2006).

A discussão sobre necessidades básicas floresceu em quatro contextos distintos dentro do campo da economia. Na seara da economia clássica, o debate voltou-se para a questão da definição de um salário para os operários, de modo que os trabalhadores da indústria pudessem obter o mínimo vital. Na esfera da filantropia, a preocupação consistia na contagem dos pobres e no estabelecimento de critérios de satisfação das necessidades, assim como na determinação de um nível de auxílio que pudesse beneficiar algumas categorias. Mais recentemente, a economia do desenvolvimento dos países pobres pautou-se na noção das necessidades básicas: além do próprio interesse na satisfação daquelas necessidades, o debate na área desenrolou-se concomitantemente às discussões sobre o capital humano, que enalteciam o aspecto produtivo gerado pelo suprimento dessas mesmas necessidades, uma vez que aquela satisfação desembocaria num aumento da capacidade de aporte das pessoas para o crescimento econômico. Contemporaneamente, a noção das necessidades básicas aparece associada ao debate sobre subdesenvolvimento, sendo aplicada a países inteiros, sem que as três preocupações supracitadas sejam negadas (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p.73-74).

Existem diversas interpretações das necessidades básicas, o que, frequentemente, dificulta a sua compreensão conforme afirma Streeten (1981). De acordo com Rocha (2006, p. 20), a ideia de necessidades básicas passa a conformar uma abordagem multifacetada da pobreza e inclui dois grupos de elementos. Primeiro, a definição para cada família de um certo mínimo de consumo privado, como alimentos, moradia, roupas, móveis e equipamentos. Segundo, o grupo de necessidades referentes aos serviços essenciais, como água potável, saneamento, transporte público, saúde, educação e acesso à cultura. Assim, as necessidades básicas são identificadas como necessidades naturais, consideradas vitais ou de sobrevivência, que devem ser minimamente atendidas.

Uma segunda linha de interpretação está ligada ao aspecto subjetivo como a satisfação dos desejos dos consumidores, tal como são percebidos pelos próprios consumidores. De acordo com este entendimento, conclui-se que as pessoas deveriam ter oportunidades para obter os

rendimentos necessários para comprar os bens e serviços básicos. Esta é a concepção em que os economistas neoclássicos mais se adequam, já que “assumem que os consumidores são melhores juízes de suas necessidades básicas do que especialistas, mas deixa aberta a possibilidade de atuação do setor público e das intervenções políticas” (STREETEN, 1981, p. 25-26).

Outra linha de interpretação está relacionada à maior intervenção estatal para o atendimento das necessidades básicas para aqueles que rejeitam a suposição de que os consumidores são racionais. De acordo com este ponto de vista, as autoridades públicas não só decidem a configuração dos serviços públicos, mas também orientam o consumo privado com base na opinião pública (STREETEN, 1981, p. 26).

Em uma última interpretação, de acordo com Streeten (1981) e Stewart (1989), são enfatizados os aspectos não econômicos e não materiais da autonomia humana (como acesso ao trabalho, liberdade) e engloba a participação individual e coletiva na formulação e implementação das políticas. As necessidades não materiais são vistas como fins, separadas dos meios para a satisfação das necessidades materiais. Esta interpretação sociopolítica se aproxima da noção de que a satisfação das necessidades básicas é um direito humano. É esta a definição que se tornou uma das bases da teoria do desenvolvimento humano.

Assim, independentemente da definição utilizada para as necessidades básicas, Stewart (2006, p. 16) afirma que parece não haver dúvidas de que a satisfação de tais necessidades já se constitui em um avanço para a eliminação da pobreza.

Um ponto de aparente divergência entre os adeptos da abordagem das necessidades básicas é o tipo de enfoque de pobreza que deve fundamentar a análise, se relativo ou absoluto. Streeten e Burki (1978, p. 411) afirmam que a abordagem das necessidades básicas é uma estratégia de desenvolvimento voltada para a abolição da pobreza absoluta. Para Streeten (1981, p. 18), a pobreza possui um componente absoluto, determinado por critérios fisiológicos, e um componente relativo, determinado pelo contexto social e cultural ao qual o indivíduo pertence. (STEWART, 1989, p. 358) parece compartilhar com esse pensamento ao afirmar que alguns dos indicadores de vida plena são universais e devem ser os primeiros a serem perseguidos, mas existem também indicadores que são dependentes do nível de desenvolvimento (LACERDA, 2009).

No que diz respeito às aplicações práticas dessa abordagem, estas focam, em sua maioria, nas necessidades materiais mensuradas através dos bens e serviços básicos. Isso permitiu que essa abordagem fosse acusada de cometer o “fetichismo da *commodity*”. As dificuldades em se mensurar as necessidades não materiais e em estabelecer níveis satisfatórios de atendimento são justificativas para a concentração nos bens e serviços. Além disso, como já dito anteriormente, estes últimos são definidos como instrumentos (meios) para a realização de uma vida plena (fim) (LACERDA, 2009).

A preocupação dessa abordagem está muito mais relacionada à qualificação da pobreza

do que à sua quantificação. Os pobres são frequentemente identificados com base nas suas rendas e a linha de pobreza utilizada varia muito. Mas há o entendimento de que este não é um critério suficiente. A ele deve ser somada a satisfação de necessidades básicas, tais como educação, saúde, nutrição, saneamento, moradia, acesso à água tratada, entre outros. Assim, essa abordagem introduz a multidimensionalidade nos estudos da pobreza e do desenvolvimento, sendo a sua contribuição inquestionável (LACERDA, 2009).

2.2.3 Abordagem das capacidades

A abordagem das capacidades é o referencial teórico utilizada para a análise da pobreza sob o aspecto multidimensional. A seguir serão apresentados seus principais aspectos.

Os anos 1980 marcam o início do debate sobre a abordagem das capacidades formulada pelo economista Amartya Sen. Esta abordagem traz significativas contribuições para as teorias do bem-estar social e do desenvolvimento socioeconômico ao passar a entender o desenvolvimento como expansão das liberdades humanas e ao rejeitar a maximização da utilidade ou da renda monetária (SEN, 2010, p. 16). Neste sentido, a abordagem das capacidades rejeita a renda monetária como única e principal medida de bem-estar na medida em que a considera útil apenas para obter “proveito de alguma coisa”, ou seja, “a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter”. De forma que “é tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação das nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita dessa relação” (SEN, 2010, p. 28).

Para Sen (2010, 32-33), o desenvolvimento deve ser analisado considerando-se as liberdades dos indivíduos como elementos constitutivos básicos, de forma que se deve atentar, especialmente, para a expansão das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que valorizam. Assim, as liberdades substantivas que os membros da sociedade desfrutam são consideradas importantes para avaliar o êxito ou fracasso de uma sociedade, como também é “o determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social” (SEN, 2010, p. 33). Isto está diretamente relacionado com o aspecto da condição de agente (*agency aspect*) do indivíduo, na medida em que o agente é alguém que age e provoca mudanças, especialmente como “membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas” (SEN, 2010, p. 34).

A liberdade é considerada para o autor, ao mesmo tempo, como o fim primordial (papel constitutivo) e como o principal meio do desenvolvimento (papel instrumental). Como papel constitutivo, as liberdades substantivas se referem ao enriquecimento da vida humana. Como papel instrumental, a liberdade refere-se ao “modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades, intitamentos (*entitlements*) contribuem para a expansão da liberdade humana” e para a promoção do desenvolvimento (SEN, 2010, p. 57). A liberdade como instrumento somente é eficaz quando consideradas as inter-relações entre os diferentes tipos de liberdades, uma vez que “um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos”. Portanto, para a compreensão do papel instrumental da liberdade é fundamental considerar

os vínculos entre os distintos tipos de liberdades já que reforçam a importância conjunta dos mesmos. Entre os diferentes tipos de liberdades instrumentais, Sen (2010, p. 58) considera, especialmente, as liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Sen (2001, p. 83) afirma que a abordagem das capacidades concebe o espaço de avaliação em termos de *funcionamentos* e capacidades para realizar *funcionamentos*. De forma que o bem-estar de uma pessoa pode ser interpretado considerando a qualidade do ‘estado’ da pessoa, assim “viver pode ser visto como consistindo num conjunto de “*funcionamentos*” inter-relacionados que compreendem estados e ações (*beings and donigs*)”, então a avaliação do bem-estar tem que levar em consideração esses elementos constituintes (SEN, 2001, p. 79).

Nessa perspectiva, o conceito de funcionamento reflete várias coisas que um indivíduo pode considerar valioso fazer ou ter (SEN, 2010, p. 104), podendo, dessa forma, variar desde coisas elementares como estar adequadamente nutrido, estar em boas condições de saúde, estar livre de doenças que podem ser evitadas, etc., até atividades ou estados pessoais complexos, tais como ser feliz, ter respeito próprio, poder participar da vida da comunidade, etc. (SEN, 1993b; SEN, 2001; SEN, 2010, p.31,p.79,p.105).

A noção de capacidade, por sua vez, está intimamente relacionada à de *funcionamentos*. De acordo com Sen (1993b, p. 4), “ela reflete as várias combinações de *funcionamentos* (atividades e modos de ser) que uma pessoa pode alcançar”, entre as quais cada pessoa tem a liberdade de escolher entre os vários modos de vida que valoriza. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de *funcionamentos* ou a liberdade para ter estilos de vida diversos (SEN, 2010, p. 105). Além disso, a capacidade de uma pessoa depende de uma variedade de fatores, incluindo características pessoais e arranjos sociais.

Na perspectiva das capacidades, a pobreza deve ser entendida como privação de capacidades básicas, em que estas são “a capacidade de satisfazer certos *funcionamentos* de importância crucial até certos níveis minimamente adequados”(SEN, 1993b, p. 41). Sob essa ótica, para que uma pessoa saia da pobreza e passe a levar uma vida digna e integral, ela deve desenvolver capacidades, por meio de ações individuais e coletivas, que conduzam à melhoria de suas condições de vida e mesmo à superação dos movimentos circulares, reiterados e desvantajosos que geram as situações de carências e privações (CODES, 2008, p. 20).

Laderchi, Saith e Stewart (2003, p. 14) afirmam que como essa abordagem dá ênfase aos “resultados” que caracterizam a qualidade de vida dos indivíduos, as avaliações de pobreza devem levar em consideração o fato de que algumas “pessoas precisam de mais recursos do que outras para obter as mesmas realizações. A ênfase é, portanto, colocada na ideia de adequação de recursos monetários e de outros tipos para a realização de certas capacidades em vez de sua suficiência”. Os autores afirmam ainda que essa ênfase implica mudança dos indicadores monetários para os não monetários na avaliação de bem-estar ou da privação.

Portanto, a pobreza não se define com base no baixo nível de rendimento, nem de utilidade (os quais não são identificados com bem-estar) de acordo com essa abordagem. Em vez disso, a compreensão da pobreza baseia-se “na inadequação dos meios econômicos referentes à propensão das pessoas em convertê-las em capacidades de funcionar, e isto num ambiente social, econômico e cultural particular” (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 79).

Sen (2010, p. 120) afirma que a perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. Se isso é o caso, porque então usar a abordagem das capacidades ao invés da abordagem tradicional de análise? Ele explica que existem três aspectos favoráveis à utilização da perspectiva das capacidades na análise da pobreza (SEN, 2010, p. 120-121). São elas: 1) concentração em privações intrinsecamente importantes, enquanto a abordagem monetária enfatiza sua análise na baixa renda que é importante apenas instrumentalmente; 2) admite a existência de outras influências sobre a privação de capacidades além da renda; 3) existe variação na relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade entre comunidades, famílias e indivíduos, de forma que o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional.

O autor considera que o terceiro argumento é o mais importante para a avaliação das políticas públicas relativas à redução da desigualdade e da pobreza. Entre os motivos que concorrem para a existência dessas variações condicionais podem ser enfatizados quatro deles: 1) aspectos como idade da pessoa, papéis de gênero, papéis sociais, localização, condições epidemiológicas e outras circunstâncias sobre as quais as pessoas não possuem controle ou tem pouco controle podem influenciar significativamente a relação entre renda e capacidade. 2) algumas desvantagens podem exercer impacto “duplo” sobre a relação entre a privação de renda e a adversidade na conversão de renda em *funcionamentos*. Impedimentos como idade, incapacidades físicas ou doenças podem reduzir a habilidade de alguém para obter renda, da mesma forma que estes impedimentos dificultam a conversão da renda em capacidades. Isto implica que a “pobreza real”, entendida nos termos da privação de capacidades, pode ser mais intensa do que parece ser no espaço da renda. 3) a distribuição infrafamiliar da renda é colocada como uma complicação da abordagem monetária da pobreza. O problema reside no fato de que a renda da família pode ser usada de forma desigual privilegiando alguns membros em detrimento de outros, o que pode não ser adequadamente refletida pela renda familiar. 4) a privação relativa em termos de renda pode gerar privação absoluta em termos de capacidades (CODES, 2008, p. 21-22).

Tal entendimento pode ser confirmado pela síntese apresentada pelo próprio Sen (2010, p. 123). Segundo o autor, a contribuição da perspectiva das capacidades para a análise da pobreza está no fato de que aumenta a compreensão da natureza e das causas da pobreza e privações, por transferir a atenção dos “meios” (entendendo-se que a renda é apenas um meio a

que é usualmente dedicada muita atenção) para os “fins” que pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para a liberdade de ser capaz de satisfazer a esses fins. Dessa forma, a relevância da perspectiva da pobreza baseada nas capacidades está no fato de que as privações são vistas em um nível mais fundamental, mais próximo das demandas de justiça social (CODES, 2008, p. 23).

Para a realização de uma avaliação de pobreza, os requisitos para a definição de seu conceito devem incluir dois exercícios distintos, mas relacionados: (1) um método de identificação de um grupo de pessoas como deficiente ("identificação"); e (2) um método de agregação das características do conjunto de pessoas pobres em uma imagem global de pobreza ("agregação") (SEN, 1983b).

Na abordagem das capacidades, a etapa de identificação da pobreza pode ser realizada de forma descritiva ou relativa a políticas. A identificação pela forma descritiva baseia-se no reconhecimento da privação, ainda que possa fazer recomendação de alguma ação política. Na segunda forma, relacionada as políticas, a pobreza é identificada tendo como ponto principal a afirmação de alguma ação que a sociedade deva realizar para combater essa deficiência, ou seja, o foco é a recomendação de alguma política. Neste caso, a descrição da pobreza é apenas secundária (SEN, 2001, p. 170).

De acordo com Sen (2001, p. 171), a análise descritiva da pobreza deve preceder à escolha de políticas públicas, especialmente para “assegurar que a indisponibilidade de recursos públicos para auxiliar na eliminação de severas privações não nos faça redefinir a própria pobreza”. Assim, deveria partir do diagnóstico da privação determinando o que deve ser feito se existirem os meios e, finalmente, selecionar as políticas mais adequadas em conformidade com os recursos disponíveis. Além disso, a análise descritiva deve estar relacionada com a realidade social a qual a pobreza está sendo estudada, uma vez que determinado tipo de privação pode variar de sociedade para sociedade. Por outro lado, este fato não exclui a existência de privações que são reconhecidamente graves em qualquer sociedade.

Essas privações, de acordo com a abordagem das capacidades, são denominadas capacidades básicas e podem ser entendidas como um aspecto absoluto da pobreza. Devido à importância na vida de todos os indivíduos, Sen define pobreza como deficiência de capacidades básicas para que se possam alcançar níveis humanamente aceitáveis de sobrevivência. O aspecto relativo da pobreza está nos *funcionamentos* que são relevantes para a análise (LACERDA, 2009).

A defesa da existência de um aspecto absoluto na pobreza por parte de Sen o coloca em posição divergente das abordagens relativistas que ganharam espaço no decorrer da década de 1980. Apesar das divergências quanto ao conceito de necessidades básicas defendido pelas abordagens relativistas, a ausência do conceito de universalidade e objetividade dessas necessidades é o aspecto comum a todas elas. Estas são compreendidas em termos relativos, não se aceitando a existência de necessidades que sejam comuns a todos os indivíduos e a diferentes contextos

socioculturais (LACERDA, 2009).

A abordagem das capacidades concilia, portanto, a noção de pobreza relativa (*funcionamentos*) e a noção de pobreza absoluta (capacidades), pois reconhece que, diante da complexidade do objeto de estudo e da diversidade das pessoas, limitar a análise a apenas um enfoque a afastaria da perspectiva da pobreza como privação de capacidades humanas.

A mensuração da pobreza sob a perspectiva multidimensional seniana envolve questões que, a princípio, podem dificultar a sua aplicação prática. Uma destas questões é a definição das capacidades básicas que devem integrar a análise. Sen não especifica explicitamente em seus trabalhos uma lista de capacidades que devem ser atendidas, embora tenha sugerido que estar bem nutrido, ter capacidade de escapar da morte prematura, ter boa saúde, moradia, educação, liberdade política são capacidades importantes para as avaliações sobre pobreza (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003, p. 17).

Outra questão relevante é a mensuração das capacidades. Elas representam um conjunto de resultados potenciais, ou seja, de *funcionamentos* potencialmente disponíveis para o indivíduo (KUKLYS, 2005) e que são difíceis de serem identificadas empiricamente. Por isso, grande parte das análises empíricas se concentra nos *funcionamentos*, sendo que tais análises podem ser entendidas como avaliação de um conjunto (*funcionamentos* potenciais) através de um dos seus elementos constitutivos (funcionamento realizado/alcançado) (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

Essas questões de definição e mensuração dos *funcionamentos* e capacidades são parte do exercício avaliativo e sua operacionalização não é simples: ela leva a uma multiplicidade de variáveis e a uma pluralidade de espaços relevantes (COMIM, 2001, p. 4).

A disponibilidade dos dados não deve ser a única motivação para a escolha, necessitando-se que esta escolha seja guiada também pela importância que esses *funcionamentos* possuem para a questão analisada. Conforme apontado por Kuklys (2005, p. 21), mesmo com o reconhecimento de que na maioria dos trabalhos empíricos a seleção dos *funcionamentos* relevantes é feita de uma maneira *ad hoc*, esta seleção deve ser a mais explícita possível, justificando-se as escolhas (LACERDA, 2009).

Selecionados os *funcionamentos* e as dimensões a serem utilizadas na análise, torna-se necessário estabelecer o critério de diferenciação entre pobres e não pobres, isto é, a linha de pobreza que identifica o ponto de corte na distribuição dos *funcionamentos*. Essa linha pode ser definida de modo a "representar não apenas o nível em se podem satisfazer as necessidades nutricionais, por exemplo, mas também em que sejam garantidas as capacidades de participar das atividades comunitárias e de poder adotar as convenções sociais mínimas" (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 83).

Por se tratar de uma abordagem multidimensional, não deve ser especificada apenas uma única linha de pobreza, mas para cada capacidade ou funcionamento uma linha de pobreza

correspondente. Laderchi, Saith e Stewart (2003, p. 18) afirmam que é inevitável que haja algum nível de arbitrariedade na definição dessas linhas, de forma que “tanto a escolha de dimensões como os padrões de corte são um pouco arbitrários e provavelmente serão revisados de acordo com os padrões gerais alcançados no mundo, na região ou no país onde as avaliações de pobreza estão sendo feitas”.

Quanto à etapa de agregação, é necessário que se tenha cautela para que os *trade-offs* entre as dimensões não sejam introduzidos na análise. A agregação pode gerar, dependendo do nível em que ocorra, redução da multidimensionalidade ou da diversidade interpessoal. Apesar disso, ela é de grande auxílio no planejamento das ações políticas, tornando possível a redução de grande número de informações a proporções administráveis (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003, p. 19).

As medidas de pobreza e desenvolvimento baseadas na abordagem das capacidades se caracterizam pela preocupação com a qualidade de vida dos indivíduos, não se restringindo a quantificação da pobreza. Mais ainda, estas medidas refletem a ideia de que o desenvolvimento humano não pode ser analisado somente pela ótica da renda. Um marco na elaboração dessas medidas foi a formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentado no Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1990 (LACERDA, 2009).

O IDH foi elaborado por Mahbub ul Haq e Amartya Sen, com o intuito de ser uma medida alternativa ao PIB *per capita* nas análises de desenvolvimento, sendo resultado do debate que já estava ocorrendo acerca das limitações existentes desse indicador nesse tipo de análise. Atualmente, ele é um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas (PNUD, 2010). Para Salama e Destremau (1999, p. 83), a proposta do IDH é “refletir os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, identificando quais as possibilidades essenciais que as pessoas devem dispor para se integrar à sociedade e contribuir socialmente”.

Em 1997, o PNUD em seu Relatório de Desenvolvimento Humano apresentou um novo índice inspirado na ideia de desenvolvimento humano, porém desta vez enfatizando a perspectiva da privação, o Índice de Pobreza Humana (IPH). De forma que o IPH utiliza as mesmas dimensões do IDH, porém se concentrando exclusivamente nas pessoas desfavorecidas e empobrecidas (ANAND; SEN, 1997, p. 232). Assim, enquanto o IDH é um índice de análise do desenvolvimento mais abrangente que focaliza a população em geral (perspectiva conglomerativa), o IPH é um índice que analisa o desenvolvimento sob a perspectiva da privação focalizando apenas os mais pobres. Nesse sentido, Anand e Sen (1997) afirmam que, para que se possa ter uma compreensão adequada do processo de desenvolvimento, é necessário que estas duas perspectivas sejam complementares e não substitutas.

A estimativa do IPH foi inicialmente realizada apenas para os países considerados pobres ou em desenvolvimento (UNPD, 1997, p. 18). De acordo com Anand e Sen (1997), nesses países

as questões da pobreza estão ligadas principalmente à fome, analfabetismo, epidemias, falta de serviços de saúde ou de água potável, enquanto nos países desenvolvidos essas questões não são tão importantes, mas podem se concentrar em outras questões como exclusão social ou incapacidade de participação social. Assim, haveria a necessidade de construir um índice específico para os países ricos que contemplassem as questões de privação relevantes para eles.

Desta forma, a partir de 1998, o IPH passou a ser calculado para os dois grupos de países separadamente. O IPH-1 conteria as informações relativas aos países em desenvolvimento e pobres, enquanto o IPH-2² seria correspondente aos países industrializados. Apesar das modificações introduzidas no IPH, o índice permanecia com uma grande limitação: “não conseguia identificar indivíduos específicos, famílias ou grupos maiores de pessoas que sofressem privações em conjunto” (PNUD, 2010, p. 99). Por isso, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 introduziu um novo índice (o Índice de Pobreza Multidimensional - IPM) que procura captar quantas pessoas sofrem privações sobrepostas e quantas privações enfrentam em média. Este índice substituiu a partir deste ano o IPH.

O IPM, semelhante ao IDH, inclui três dimensões: saúde, educação e padrões de vida; que são expressas por dez indicadores, cada um com igual peso dentro da sua dimensão. Os dez indicadores são: mortalidade infantil, nutrição, anos de escolaridade, frequência escolar infantil, acesso a eletricidade, a água potável, ao saneamento e a bens, tipo de piso da moradia e combustível para cozinhar. Alkire e Santos (2010) afirmam que a discriminação por dimensão mostrando a composição da pobreza multidimensional em termos de incidência e de intensidade nas diferentes regiões, grupos étnicos, etc., fornecem informações úteis para a atuação governamental.

Nos últimos anos, além do IPM, que se constitui em uma alternativa para índices agregados de pobreza que não permitem a decomposição por indivíduo, tem havido novas tentativas para avançar na elaboração de medidas que captem a pobreza multidimensional.

Esses avanços na operacionalização da abordagem das capacidades foram desenvolvidos utilizando principalmente informações sobre *funcionamentos*, pois, geralmente, nos dados disponíveis não se encontram aquelas relativas às capacidades, ou seja, as alternativas que o indivíduo tinha ao realizar os *funcionamentos*, mas apenas mostram os *funcionamentos* realizados. Então, as liberdades substantivas que Amartya Sen apresenta é um componente da capacidades, e, portanto, é contrafactual. Os *funcionamentos*, por outro lado, são factuais e, assim, mais fáceis de serem captados.

Estudos e pesquisas que tentam entender os *funcionamentos* para a análise da pobreza

² Na estimativa do IPH-2 foi acrescentado a dimensão exclusão social além das dimensões que faziam parte do IPH-1. O novo indicador passou a ser composto pelas seguintes variáveis: percentual da população com expectativa de vida inferior a 60 anos (longevidade); percentual da população com analfabetismo funcional (educação); percentual da população com renda pessoal disponível inferior a 50% da renda mediana (padrão de vida); percentual de desempregados há mais de 12 meses na força de trabalho (exclusão social) (UNPD, 1997, p. 27)

tem sido realizados utilizando tanto dados secundários (como, são exemplos, especialmente, os censos demográficos, pesquisas nacionais de amostras domiciliares, pesquisas de orçamentos familiares, dentre outros) quanto dados primários oriundos de inquéritos e surveys específicos.

Os estudos ancorados por dados secundários empregam uma diversidade de estimativas de indicadores-síntese e metodologias para conseguir apreender as dimensões envolvidas nas análises. No Brasil, Avila (2013), Avila e Bagolin (2014) e Lopes (2015) utilizam a metodologia elaborada pelo PNUD para estimar o IPH, ao passo que Bagolin e Ávila (2006); Chiarini (2008); Albuquerque e Cunha (2012); Avila (2013); Rodrigues (2015); Quintela, Alves e Silva (2014); Dalbosco (2017) fazem o mesmo em relação ao IPM. Outros estudos empregam os índices-síntese elaborados por Bourguignon e Chakravarty (2003), como são exemplos os trabalhos de Silva et al. (2014), Leite et al. (2016) e Silva, Sousa e Araújo (2017); e por Alkire e Foster (2007), como os estudos de Silva (2015), Ferreira e Marin (2016), Mosaner (2016) e Serra (2017). Outros indicadores foram elaborados por pesquisadores nacionais como o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) por Barros, Carvalho e Franco (2003) e o Índice de Pobreza da Família (IPF) por Barros, Carvalho e Franco (2006). O primeiro deles foi utilizado nos trabalhos de Silva e Barros (2006), Albuquerque e Cunha (2012), Sousa, Santos e Sousa (2016) e o segundo por Alencar (2012).

Além desses indicadores, foram utilizados diversos tipos de análises estatísticas e econométricas tais como análise multivariada/fatorial, conjuntos *fuzzy*, análise de correspondência múltipla, dentre outros. Essas técnicas foram utilizadas tanto em conjunto com outras técnicas ou com o uso de indicadores, quanto isoladamente, dependendo da natureza e do objetivo dos estudos empreendidos. Entre os que utilizaram estes métodos em suas análises sobre pobreza no Brasil podemos citar Comim e Bagolin (2002), Comin et al. (2006), Lopes, Macedo e Machado (2003), Lopes, Macedo e Machado (2004); Bagolin e Ávila (2006); Avila, Bagolin e Comim (2010); Fortini et al. (2017), dentre outros.

Quanto aos estudos que utilizaram técnicas como *surveys*, inquéritos e pesquisas específicos para coleta de dados primários, poucos se encontram nesta categoria como são exemplos os trabalhos de Marin e Ottonelli (2008) e Marin et al. (2013) que estimaram o IPF, Ottonelli et al. (2011) que estimaram o IDF e Bagolin, Souza e Comim (2012) e Ximenes et al. (2016) que empregaram o método dos conjuntos *fuzzy*.

Em relação às capacidades, os dados secundários não se adequam à sua captação. O mais adequado, portanto, seria obter as informações por meio de outras técnicas de captura de dados como inquéritos e *surveys* que tivesse por objetivo a análise da pobreza multidimensional para cada realidade específica. Como afirma Hart (2012, p. 71),

“pesquisadores e teóricos têm lutado há algum tempo com a questão de como medir capacidades, especialmente porque são menos tangíveis do que os *funcionamentos*. A medição de capacidades requer um tipo diferente de dados e foco informacional em comparação com a medição de *funcionamentos* e indicadores mais tradicionais de desenvolvimento”.

Por esta razão, poucas tentativas foram feitas para operacionalizar empiricamente esse conceito, conforme argumenta Kuklys (2005).

Como pode-se observar, diferentemente do que acontece com o estudo da pobreza sob a perspectiva monetária unidimensional, não existe ainda na abordagem das capacidades um conjunto de medidas de pobreza comumente utilizadas e consolidadas. Os trabalhos acima mencionados são apenas uma pequena amostra do que está sendo testado para tentar captar a complexidade que se abre com essa abordagem. Tal fato pode ser justificado pelo próprio conceito de pobreza baseado na ideia de desenvolvimento centrado nos seres humanos, cuja multidimensionalidade é difícil de ser mensurada e apreendida por uma medida quantitativa exclusivamente (LACERDA, 2009).

Mesmo que se reconheçam as limitações apresentadas pelos índices de pobreza baseados na abordagem das capacidades é preciso salientar que a formulação de tais índices é de grande importância para a elaboração e planejamento de políticas que objetivem a redução das privações sofridas pelos indivíduos e suas famílias.

Dessa forma, percebe-se que a abordagem das capacidades se diferencia das outras abordagens de estudo da pobreza ao enfatizar no pensamento científico sobre o tema questões como liberdade e igualdade. De acordo com Laderchi, Saith e Stewart (2003, p. 19), “a abordagem da CA³ representa um grande contributo para a análise da pobreza porque fornece um quadro coerente para definir a pobreza no contexto da vida das pessoas e das liberdades que elas desfrutam”.

Tendo isso em vista, o presente trabalho terá por referencial teórico a abordagem das capacidades por entender que é a mais adequada para analisar as especificidades de nosso objeto de estudo, a Região Metropolitana de Belém, do que a abordagem que dá ênfase apenas à renda.

2.3 O estudo da pobreza multidimensional sob as abordagens de Amartya Sen e de Pierre Bourdieu

O aporte teórico de Pierre Bourdieu, especialmente no que diz respeito aos conceitos de campo, *habitus* e formas de capital, podem ser empregados para complementar a "abordagem das capacidades e fornecer uma compreensão mais profunda dos processos e experiências" da pobreza conforme afirma Bowman (2010).

Neste sentido, nas próximas páginas será apresentada a abordagem de Bourdieu (adotada pelo Observatório das Metrópoles para a construção das categorias sócio-ocupacionais), especialmente quanto ao espaço social a fim de mostrar seus fundamentos. Como afirma Favareto (2005), o arcabouço bourdieusiano tem o agente da ação social como o centro de sua análise, porém também estão incorporadas em seu modelo explicativo as estruturas sociais. Isto acontece

³ CA significa Abordagem das capacidades ou Capacidades

por meio das articulações entre os conceitos de campo, *habitus* e formas de capital. Assim, a seguir apresentaremos esses conceitos, antes de discutirmos os aspectos que complementam a abordagem das capacidades contribuindo, assim, para uma análise mais profunda da questão da pobreza.

2.3.1 Amartya Sen e a condição de agente

Sen ao discutir, em sua abordagem das capacidades, a questão das liberdades substantivas dos indivíduos enquanto elementos constitutivos do desenvolvimento enfatiza o papel fundamental da condição de agente. Para o autor, o agente ⁴ é o indivíduo que "age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo um critério externo". Sen afirma que cada pessoa, em seu papel de agente, atua como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas, sejam elas relacionadas ao mercado ou a outras esferas da vida humana, envolvendo-se de forma individual ou coletivamente (SEN, 2000, p.34). Assim, ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas (na medida em que buscam quaisquer objetivos ou valores que considerem importantes) e para influenciar o mundo. Essas são questões centrais para o processo de desenvolvimento.

Uma abordagem que caracteriza uma pessoa como agente permite que sejam considerados os múltiplos horizontes que envolvem a realização humana em termos dos objetivos que ela se propõe alcançar por diferentes razões, que podem, em determinado momento da sua existência, ser coincidentes, divergentes ou contraditórios com outros contextos/situações ou até mesmo com contextos/situações similares. As considerações sobre a ação livre das pessoas precisam contemplar, além do natural desejo de bem-estar, o conjunto de objetivos almejados e as possibilidades de sua concretização (ZAMBAM, 2009). Neste sentido, Sen (2001, p. 103) que:

A condição de agente de uma pessoa refere-se à realização de objetivos e valores que ela tem razão para buscar, estejam eles conectados ou não ao seu próprio bem estar. Uma pessoa como agente não necessita ser guiada somente por seu próprio bem estar, e a realização da condição de agente, refere-se ao seu êxito na busca da totalidade de seus objetivos e finalidades ponderados (*considered*).

A condição de agente, portanto, possibilita a cada pessoa as oportunidades para poder tomar suas próprias decisões livremente, não só em busca de seu bem-estar, mas também ter a capacidade de tomar suas decisões nas diferentes esferas de atuação existentes em uma sociedade. Assim, o indivíduo portador da condição de agente participa ativamente na sociedade ao qual está inserido, contribuindo significativamente para as relações pessoais, sociais, políticas e ambientais, buscando a concretização de melhores condições de vida dos integrantes da organização social (TRENTIN; ZAMBAM, 2017).

⁴ Como afirma Sen (2010, p. 34), "O agente às vezes é empregado na literatura sobre economia e teoria dos jogos em referência a uma pessoa que está agindo em nome de outra (talvez sendo acionado por um "mandante"), e cujas realizações devem ser avaliadas à luz dos objetivos da outra pessoa (o mandante)".

Com afirma Zambam (2009, p. 37)

Considerando o valor moral substantivo da liberdade, a condição de agente não está restrita às condições de bem-estar ou às determinações de interesses institucionais ou corporativos, mas busca a realização dos objetivos que são relevantes e decisivos para a existência de uma pessoa. Nesse sentido, o valor das pessoas não está limitado à satisfação de metas previamente definidas ou dependente dos modelos determinados por pré-compreensões de ordem cultural, religiosa, econômica ou outras que condicionam as opções de escolha, os padrões de comportamento e os critérios de realização, com base em concepções antecipadamente determinadas, que suponham uma postura de adaptação e de conformação restrita aos espaços anteriormente definidos.

Portanto, a condição de agente é um conceito amplo que influencia os variados aspectos da vida de uma pessoa e as relações que decorrem do contexto onde ela está inserida. Por isso, em situações peculiares, a busca do bem-estar e a própria compreensão da condição de agente adquirem diferentes prioridades. O ato de escolher é sempre relevante para a pessoa, independentemente de quais forem as motivações e os resultados que alcançará, e isso não invalida nem desmerece as demais escolhas realizadas em situações similares ou por outros em conjunturas diferentes. Nesse sentido, a afirmação do valor moral substantivo da liberdade como fundamento de uma organização social justa caracteriza o ato de escolha individual como decisivo e referência para a compreensão da ideia geral de liberdade (ZAMBAM, 2009).

Os instrumentos e particularidades oriundos da formação dos indivíduos e dos seus interesses estão relacionados com a condição de agente, como também com as condições estruturais e políticas que uma sociedade precisa oferecer para o bem-estar e o desenvolvimento do conjunto de aspirações dos seus membros. De acordo com Zambam (2009) uma estrutura de relações sociais ordenada de maneira equilibrada, considerando o limite de seus recursos humanos, políticos, ambientais e materiais, alcança uma ampla variedade de espaços onde se desenvolvem os relacionamentos entre as pessoas e a organização institucional de uma sociedade, contribuindo diretamente para a efetivação das metas que as pessoas, livremente, consideram importantes.

Zambam (2012, p. 66) afirma que “a condição de agente é uma dimensão essencial e decisiva para a realização pessoal, o fortalecimento das potencialidades humanas e o desenvolvimento da sociedade”. O acesso dos indivíduos, portanto, aos serviços de saúde, educação, alimentação, dentre outros são meios que possibilitam não só a melhoria da qualidade de vida, mas também a participação mais ativa nas comunidades gerando reflexos positivos no desenvolvimento das sociedades.

Uma questão importante na condição de agente é a autonomia com que as pessoas podem agir. A condição de agente confere às pessoas qualidades necessárias para uma atuação autônoma por meio de diversos mecanismos e instrumentos, como afirma Zambam (2012, p. 72-73), dos quais se podem destacar: realizar suas escolhas pessoais sem abusivas dependências de terceiros; organizar suas vidas livremente; escolher os governantes entre diferentes alternativas; expressar

sua forma de pensar ou participar de associações segundo seu livre-arbítrio; ter iniciativas de ordem econômica, dentre outras possibilidades. Esse conjunto de opções é decisivo para a avaliação da dignidade humana. O valor moral substantivo da liberdade caracteriza-se como fator imprescindível para o desenvolvimento das capacidades e das iniciativas individuais, assim como é condição vital para o vigor e a eficácia dos empreendimentos e das políticas sociais (ZAMBAM, 2009).

A expansão das liberdades é um critério fundamental para que a pessoa desenvolva a sua condição de agente, pois engloba as diversas relações e perspectivas que integram a existência humana. Na condição de agente, a pessoa não apenas amplia as suas capacidades ou contribui com o processo de desenvolvimento social, mas também age de maneira autônoma. A autonomia é fundamental para a identidade individual de uma pessoa, para a definição do seu papel e sua importância no conjunto da sociedade, podendo até influenciar no processo de mudança, de organização e de desenvolvimento social. A pessoa, na condição de agente, participa de maneira autônoma e ativa, contribuindo com a transformação e o equilíbrio das relações sociais e ambientais, agindo para a melhoria das condições de vida de todos (ZAMBAM, 2009).

A condição de agente pressupõe a capacidade e as condições de a pessoa participar das instituições de maneira criativa e autônoma. Especialmente, a atuação nas relações de mercado de forma integrada tem um papel relevante para o desenvolvimento social e para a liberdade de escolha das pessoas. Quando essa oportunidade é negligenciada, ocorre o estreitamento das opções para a organização do tipo de vida que uma pessoa considera importante e a diminuição das oportunidades de diversos tipos, seja das condições de bem-estar, seja das convicções individuais, por exemplo, a seleção de valores e a convivência com diferentes concepções de mundo (SEN, 2001).

Os variados espaços que constituem a dinâmica da organização de uma sociedade possibilitam, ao mesmo tempo, o exercício da condição de agente e o aprofundamento dessa característica de forma a constantemente aprimorar a atuação social da pessoa. Ocorre uma relação de mão dupla, que primeiro identifica a pessoa como sujeito com as condições de influenciar a organização segura da sociedade e, ao mesmo tempo, aprimora o seu agir num contínuo exercício, confrontando as concepções que a sustentam com os avanços e os limites oriundos do contexto onde está inserida. A ação das pessoas na estruturação de uma sociedade ocorre na perspectiva das variadas dimensões, relações e expectativas que compõem a existência humana, das quais se originam as tensões e as possibilidades de ação individual e coletiva. A condição de agente é uma dimensão essencial e decisiva para a realização pessoal, o fortalecimento das potencialidades humanas e o desenvolvimento da sociedade (ZAMBAM, 2009).

A condição de agente, portanto, representa a possibilidade que os indivíduos possuem para realizar suas escolhas, aquelas que eles acreditam serem melhores para si mesmos, bem como participar ativamente em sua sociedade por meio da atuação livre em relação, por exemplo, aos direitos políticos e à livre expressão. No entanto, em situações nas quais as pessoas são

privadas dessas prerrogativas ou de obterem sua condição de bem-estar ocorre a "condição de não agente". Esta condição afeta o equilíbrio do ordenamento social, priva a possibilidade de escolha das pessoas e confunde a compreensão e o processo de desenvolvimento (ZAMBAM, 2009; TRENTIN; ZAMBAM, 2017).

A condição de agente imprime uma característica peculiar na identidade e no agir do ser humano como membro de uma sociedade e responsável pelos seus destinos, o que o qualifica como impulsionador do processo de organização e de desenvolvimento do ambiente onde se encontra. O ordenamento seguro de uma sociedade tem como referencial e critério de avaliação a ação livre das pessoas e a sua capacidade de estabelecer e fortalecer as relações que contribuem para a realização pessoal, a integração na dinâmica sociocultural, assim como lhe dá condições para influenciar ativamente na sua estruturação e no seu desenvolvimento (ZAMBAM, 2009).

A seguir discutir-se os principais aspectos da teoria de Pierre Bourdieu que possam contribuir para a análise da pobreza multidimensional.

2.3.2 Pierre Bourdieu: campos, *habitus* e capital

Apesar de Bourdieu não ter tratado da questão da pobreza explicitamente em sua obra, os conceitos elaborados por ele facilitam uma explicação mais detalhada da desigualdade. Aqui considera-se que a desigualdade é causa da pobreza absoluta. Seus conceitos de *habitus*, campo e capital podem ajudar "a dar sentido à relação entre estruturas sociais objetivas (instituições, discurso, campos, ideologias) e práticas cotidianas (o que as pessoas fazem e por que fazem)"(WEBB; SCHIRATO; DANAHER, 2002, p. 1).

Bourdieu (1996) procura avançar na discussão sobre o conceito de classes sociais, de origem marxista, considerando que o conceito de espaço social resolveria o longo debate que ocorre nas ciências sociais sobre sua existência ou não.

Para Bourdieu (2007a, p. 94-95),

“uma classe ou uma fração de classe é definida não por sua posição nas relações de produção, tal como ela pode ser identificada através de índices – por exemplo, profissão, renda ou, até mesmo, nível de instrução –, mas também pela proporção entre o número de homens e mulheres, correspondente a determinada distribuição no espaço geográfico (que, do ponto de vista social, nunca é neutra), e por um conjunto de características auxiliares que, a título de exigências tácitas, podem funcionar como princípios reais de seleção ou de exclusão sem nunca serem formalmente enunciados – esse é o caso, por exemplo, da filiação étnica ou do gênero; com efeito, inúmeros critérios oficiais servem de máscara a critérios dissimulados, de modo que o fato de exigir determinado diploma pode ser a maneira de exigir, efetivamente, determinada origem social”.

Em outra passagem do texto, ratifica esse entendimento ao afirmar que

“a classe social não definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma

soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc. –, remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental – a posição nas relações de produção –, em uma relação de causa e efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas” (BOURDIEU, 2007a, p. 98).

Nessas definições, o que se observa é que há uma multiplicidade de dimensões que estruturam as classes sociais e as relações entre essas dimensões. Portanto, não apenas a dimensão econômica (a posição na relação de produção) influencia a estrutura social, mas também outras dimensões, como sexo, etnia, etc. (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013; RIBEIRO; LAGO, 2000).

Para o Bourdieu, o que deve ser considerado nesse debate é a “diferenciação social, que pode gerar antagonismos individuais e, às vezes, enfrentamentos coletivos entre os agentes situados em posições diferentes no espaço social” (p.49). No seu entendimento, deveriam ser construídos espaços sociais no interior dos quais as classes sociais possam ser recortadas e, em cada caso, construir e descobrir o princípio de diferenciação que permite conceber teoricamente o espaço social empiricamente observado. Desta forma, classes sociais são percebidas pelo autor apenas como classes lógicas determinadas teoricamente pela delimitação de um conjunto homogêneo de agentes que ocupam posição idêntica no espaço social (BOURDIEU, 1996, p. 29).

Neste sentido, o mundo social, com suas divisões, deve ser construído pelos agentes sociais, individual e coletivamente, na cooperação e no conflito, onde “a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (BOURDIEU, 1996, p. 27). Isto implica, portanto, compreender a lógica de suas práticas e determinar, por exemplo, a forma como vão classificar e se classificar, como vão pensar em si mesmo como pertencentes a uma “classe”, etc. (BOURDIEU, 2007a, p. 67).

Para Bourdieu (1996, p. 50), todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, que são constituídos por estruturas de diferenças decorrentes da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado, que variam no tempo e nos lugares. O espaço social global é descrito pelo autor como um “campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura” (BOURDIEU, 1996, p. 50). Portanto, Bourdieu emprega as metáforas inter-relacionadas de campo e jogo para se referir à luta por posições de poder dentro de um campo argumentando que os indivíduos implicitamente aceitam e reforçam o valor do jogo participando dele (BOURDIEU, 1993, p.74). Isso não significa necessariamente que todos os agentes jogarão da mesma maneira (BOWMAN, 2010).

Brandão (2010, p. 231) argumenta que cada campo é estruturado de forma diferente e relativamente autônoma em relação a outros campos, possuindo propriedades particulares que sustentam as diversas interações que nele ocorrem, definindo objetivos específicos a serem alcançados para que os agentes possam manter ou transformar suas posições relativas na luta concorrencial naquele espaço. Nesse sentido, cada campo funciona como um espaço de possibilidades, em que os agentes se posicionam em razão das suas posições relativas na estrutura do campo e cujas estratégias estão relacionadas pelos meios disponíveis (capitais) e pelos objetivos a serem alcançados. No espaço social existem os mais variados tipos de campos, tais como o da moda, o da religião, o da política, o da literatura, o das artes, o da ciência, etc.

Bourdieu (2007a) chama a atenção para a inseparável relação entre os campos e os *habitus*. Bourdieu (2004, p.158) afirma que o *habitus* é formado por estruturas mentais através das quais os agentes apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social. As representações dos agentes variam de acordo com a posição que ocupam no campo social (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social. O *habitus*, neste sentido, é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, em ambos os casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Consequentemente, o *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social.

De acordo com Mochi (2018), o “*habitus*” é um conjunto de esquemas individuais que são socialmente estruturados e adquiridos por meio das experiências práticas do cotidiano. Nossa cultura, nosso modo de falar e de se expressar, encontra-se repleto de expressões que mobilizam esse conceito.

Depois que o *habitus* é estruturado pelas condições sociais de existência, continua produzindo percepções, representações, opiniões, crenças, gostos, desejos, enfim, uma subjetividade relativamente independente do exterior, que se expressa e se exterioriza na ação dos indivíduos e grupos, contribuindo para produzir e reproduzir as estruturas sociais e as instituições. As estruturas sociais e instituições, por sua vez, impõem-se aos indivíduos e grupos como condições objetivas de existência (LIMA; CAMPOS, 2015, p. 69).

Os *habitus* individuais, como produtos da socialização, são constituídos em condições sociais específicas, por diferentes sistemas de disposições produzidos em condicionamentos e trajetórias diferentes, em espaços distintos como a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos e/ou a cultura de massa. No entanto, como o *habitus* depende da trajetória social do agente, ele não é fixo, imutável, mas um sistema de disposição construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências (SETTON, 2002; LIMA; CAMPOS, 2015). Como

ressalta Skeggs (1997), o conceito de *habitus* incorpora não apenas nossas histórias individuais, mas também nossas histórias coletivas na medida em que herdamos entendimentos do que significa ocupar um espaço social particular.

Para Bourdieu, a maior parte das ações dos agentes sociais é produto da relação entre um *habitus* e um campo social. Assim, as estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica (SETTON, 2002). Além disso, as estratégias adotadas para manter ou melhorar a posição social do agente estão relacionadas com as diferentes espécies de capital.

O conceito de capital que Bourdieu utilizou é uma concepção ampliada que repousa, fundamentalmente, sobre evidências empíricas que apontam as limitações do conceito de capital econômico para explicar plenamente a ligação entre nível socioeconômico e bons resultados educacionais. Consequentemente, as outras formas de capital, tais como o capital social e cultural, contribuem diretamente e interagem com o capital econômico para fortalecer esta relação (BONAMINO et al., 2010).

A noção de capital supõe primeiramente a abordagem econômica devido à analogia com suas propriedades, como os diferentes fatores de produção (terra, fábrica, trabalho) e de bens econômicos (patrimônio, bens materiais, renda), o que permite aos agentes negociar rendimentos em diversos campos sociais. Este tipo de capital é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico associado a investimentos em outros tipos de capitais (LIMA; CAMPOS, 2015).

O capital cultural é acumulado por meio da aquisição de cultura. De acordo com Bourdieu (2007a, p. 9), as necessidades culturais são o produto da educação na medida em que todas as práticas culturais (frequência aos museus, concertos, exposições, leituras, etc.) e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música estão estreitamente associadas ao nível de instrução e, secundariamente, à origem social. O peso relativo da educação familiar e da educação formal varia segundo o grau de reconhecimento dispensado às diferentes práticas culturais pelo sistema educacional. A hierarquia social dos consumidores define a hierarquia reconhecida socialmente das artes.

Quanto ao capital social, é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. O volume do capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) do grupo. A rede de relações, neste sentido, é o produto das estratégias de investimento social orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis a curto ou a longo prazo (BOURDIEU, 2007b, p. 2) que,

por sua vez, podem proporcionar os benefícios materiais e simbólicos que circulam entre os membros da rede.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância do capital social para as diversas frações de classe pelas possibilidades que sua participação em determinados grupos ou redes sociais lhes abrem, no sentido de aumentar o rendimento do seu capital social e de seus investimentos escolares na forma de benefícios simbólicos (status ocupacional, por exemplo) ou de benefícios salariais (BONAMINO et al., 2010). Assim, onde existe maior volume de capital social, existe melhor aproveitamento dos recursos econômicos (capital econômico) e das habilidades humanas (capital cultural) (AQUINO, 2000).

Bourdieu, portanto, usa a metáfora do capital para descrever diferentes formas inter-relacionadas de poder, incluindo o capital econômico (dinheiro, riqueza, bens), o capital social (relações sociais, conexões e redes) e o capital cultural (incluindo simbólico, educacional e capital linguístico). Os indivíduos têm diferentes combinações (ou "pacotes") de capital que, por sua vez, apresentam valores diferentes dependendo do campo em que um indivíduo está operando. Assim, uma forma particular de "capital não existe e funciona exceto em relação a um campo" (BOURDIEU; WACQUANT, 1992a, p.101). De acordo com Skeggs (1997, p.9), na relação entre campo, *habitus* e capital, o *habitus* de um indivíduo ajusta o valor e o uso das várias formas de capital às quais eles têm acesso. O capital pode ser traduzido entre ou dentro de campos, mas isso requer uma consciência das possibilidades de conversão (BOWMAN, 2010).

Com estas breves linhas apresentou-se os principais aspectos do arcabouço teórico de Bourdieu. A seguir será discutido os pontos em que as duas abordagens se complementam.

2.3.3 É possível um diálogo entre Sen e Bourdieu para estudar a pobreza?

A abordagem das capacidades, ao focar as atividades e a participação na sociedade ("*funcionamentos*") e o potencial para empreender tais atividades ("*capacidades*"), possibilita que essas novas dimensões da avaliação do bem-estar ofereçam uma estrutura rica para discutir o problema da pobreza. Nos últimos trinta anos as capacidades tem recebido muita atenção, o que tem contribuído para expandir a importância do trabalho de Sen e ampliar os debates sobre os aspectos teóricos e metodológicos da sua abordagem (JACKSON, 2005).

O método de Sen, ao recorrer as atividades realizadas dentro de uma determinada sociedade em um determinado momento, dificulta a definição de uma lista precisa de recursos para operacionalizá-la gerando uma série de críticas sobre este aspecto de sua abordagem⁵. No entanto, Sen (1993a) afirma que a abordagem das capacidades como uma abordagem geral para a avaliação da vantagem individual e dos arranjos sociais exige uma lista de recursos para cada

⁵ De acordo com Robeyns (2003a), Martha Nussbaum tem sido uma voz proeminente, argumentando que Sen deveria endossar uma lista (Nussbaum, 1988; 2003a). "É crucial observar que as versões de Nussbaum e Sen da abordagem das capacidades têm diferentes afirmações teóricas e, portanto, suas abordagens implicam diferentes concepções da função de uma lista.[...] A lista de Nussbaum tem um caráter altamente prescritivo e ela faz fortes afirmações universalistas em relação ao escopo de sua teoria"(p.36).

aplicação que for realizada já que muitas capacidades são específicas culturalmente. Esta lista, por sua vez, depende da área geográfica que esta sendo analisada e do tipo de avaliação a ser feita. Portanto, o pesquisador deverá decidir se considera um conjunto detalhado de capacidades adaptadas a um caso particular ou um conjunto mais generalizado com relevância mais ampla (JACKSON, 2005).

Outra crítica importante à perspectiva teórica de Sen refere-se às dificuldades que surgem quando se trata da conexão entre capacidades e estrutura social⁶.

Em relação à esta questão, Robeyns (2003a) afirma que a abordagem das capacidades, no nível teórico, explica as relações sociais e as limitações e oportunidades das estruturas e instituições da sociedade sobre os indivíduos de duas formas. Primeiro, reconhecendo que as conversões de mercadorias em *funcionamentos* são influenciadas por fatores sociais e ambientais. Assim, a mesma mercadoria pode levar a diferentes níveis de *funcionamentos*, devido às características da sociedade em que se vive (como infraestrutura pública, níveis de pobreza, índices de criminalidade, etc.). Em segundo lugar, é necessário distinguir teoricamente os *funcionamentos* das capacidades. Mais precisamente, a passagem das capacidades para os *funcionamentos* alcançados requer um ato de escolha. Portanto, a abordagem das capacidades de Sen permite levar em consideração as estruturas e restrições sociais que influenciam e modelam as preferências individuais influenciando a escolha em termos de um conjunto de *funcionamentos*.

Como comenta Bowman (2010), conversão e escolha estão intimamente relacionadas à medida que Sen reconhece que a verdadeira liberdade de escolha de um indivíduo depende da capacidade de converter os recursos. Porém, a dificuldade reside no fato de que a abordagem das capacidades não contém uma teoria normativa de escolha (ROBEYNS, 2000).

Com intuito de suprir essa deficiência, utiliza-se neste trabalho o conceito de *habitus* de Bourdieu, o qual funciona como um instrumento conceitual que auxilia a pensar a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos. Trata-se de um conceito que, embora seja visto como um sistema engendrado no passado e orientando para uma ação no presente, ainda é um sistema em constante reformulação. *Habitus* é entendido como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam (SETTON, 2002).

A relação de interdependência entre os conceitos de *habitus* e de campo é condição para seu pleno entendimento de acordo com Bourdieu e Wacquant (1992b, p. 102). Sua teoria praxiológica pressupõe uma relação dialética entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre *habitus* individual e estrutura de um campo socialmente determinado. Segundo esse ponto

⁶ Entre eles podemos citar: Arun (2018), Bowman (2010), Jackson (2005), Mochi (2018), Robeyns (2000), Robeyns (2003b), Robeyns (2003a), Skeggs (1997), Zambam (2009).

de vista, as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura (SETTON, 2002). Como afirma Alves (2008), Bourdieu propõe que as incessantes interpretações e revisões das escolhas individuais não são frutos de ordenamentos isolados ou decorrentes do acaso. Põe em evidência que a lógica intrínseca aos gostos e preferências culturais é aquela submetida à lógica interna de cada campo tomado numa relação simbólica. Portanto, corroborando esta ideia, Bowman (2010) afirma que o que os conceitos de Bourdieu fazem é permitir a compreensão dos processos que permitem e restringem a escolha.

De acordo com Jackson (2005), uma explicação completa dos *funcionamentos* (ou capacidades) deve reconhecer tanto a agência humana quanto a estrutura social, juntamente com os laços que são estabelecidos entre elas. Com capacidades inseparáveis da estrutura social, a abordagem das capacidades não pode depender do individualismo e tem que abordar a questão agência-estrutura. Sen está ciente da importância das influências sociais e estruturais sobre as capacidades, no entanto o contexto social das capacidades tem estado latente, marginal e subteorizado em seu trabalho. Uma perspectiva mais ampla poderia abranger a estrutura social e sua interdependência com a agência humana.

Segundo Jackson (2005), a teoria social recente descreve a agência humana e a estrutura social como entrelaçadas e interdependentes. No passado, os sociólogos, às vezes, tomavam polo oposto aos economistas e davam precedência à estrutura sobre a agência como um determinante do comportamento humano. Um exemplo clássico é a sociologia estrutural-funcionalista de Talcott Parsons. Nas últimas décadas, entretanto, os teóricos sociais tomaram cuidado com o reducionismo estrutural e passaram a prestar atenção na maneira como a estrutura e a agência estão conectadas. Entre eles, o autor cita⁷ Pierre Bourdieu como um dos pensadores que oferecem subsídios teórico-conceituais para este esforço analítico. As várias teorias que surgiram neste esforço estão longe de serem uniformes e usam uma linguagem conceitual diferente, mas concordam que o reducionismo é indesejável e há o desejo de escapar de uma explicação supersocializada do comportamento humano.

Uma das maneiras de evitar o reducionismo estrutural, conforme afirma Jackson (2005), é minimizar o dualismo costumeiro entre estrutura e agência. Nessa outra forma de ver a relação estrutura-agência, suas diferenças são enfatizadas, porém sem que sejam fundidas. Entretanto, aceita-se que a estrutura molda a agência ao mesmo tempo que a agência reproduz a estrutura. As estruturas sociais, portanto, não precisam mais impedir a ação humana e podem sustentar a capacidade de agir e participar da sociedade. É justamente neste ponto que a abordagem de Bourdieu pode complementar a das capacidades na medida em que estuda os agentes individuais dando a devida atenção ao seu entorno social, evitando assim o dualismo agência/estrutura.

Bourdieu entende que no processo das lutas simbólicas que projetam os movimentos de

⁷ Além de Bourdieu, Jackson (2005) também cita: Bhaskar (1979), Giddens (1984), Alexander (1985), Mouzelis (1995), dentre outros.

transformação ou conservação do jogo e do campo social (enquanto estrutura estruturada) é que se localizam as inter-relações entre estrutura como algo objetivamente existente e o caráter ativo da ação do sujeito. Assim, em sua análise, Bourdieu (1989) trabalha dialeticamente as posições estruturadas com as práticas estruturantes dos agentes. Arboleya (2013) afirma que estas são vistas como estratégias, ações reflexivas, orientadas à conservação ou subversão, cuja adoção nesse ou naquele sentido depende da posição ocupada pelos agentes no interior do campo, logo, depende do poder ou do capital simbólico que o campo lhes confere.

Setton (2002, p. 62) afirma que "o conceito de *habitus* surge da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais". Bourdieu enfatiza que as experiências passadas dos indivíduos funcionam como matriz de percepções, produto de trajetórias anteriores e que o "*habitus* é também adaptação, ele realiza sem cessar um ajustamento ao mundo que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical" (BOURDIEU, 1972, p. 106). Neste sentido, a noção de *habitus* adquire um alcance universal, tornando-se um instrumento teórico-conceitual, ao permitir examinar a coerência das características mais diversas de indivíduos dispostos às mesmas condições de existência.

Bourdieu afirma que

"Os agentes sociais determinam ativamente, por intermédio de categorias de percepção e de apreciação social e historicamente constituídas, a situação que os determina. Podemos dizer até que os agentes sociais são determinados somente e na medida em que eles se determinam; mas as categorias de percepção e de apreciação, que são o princípio desta (auto)determinação, são elas mesmas, em grande parte, determinadas pelas condições econômicas e sociais de sua constituição" (BOURDIEU; WACQUANT, 1992b, p. 111).

O conceito de *habitus*, desenvolvido por Bourdieu, conforme afirma Setton (2002), procura romper com as interpretações deterministas e unidimensionais das práticas. Nesse sentido, Bourdieu restabelece a noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual. Os *habitus* individuais, resultado da socialização, são constituídos em condições sociais específicas, por diferentes sistemas de disposições produzidos em condicionamentos e trajetórias distintas, em diversos espaços como a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos e/ou a cultura de massa.

A autora ainda assevera que as influências antigamente generalizadas de agentes solidamente constituídos, como a tradição (nos papéis da família e da escola), passam aos poucos a ser fragmentadas e dispersas em decorrência das mudanças que vem sofrendo o mundo contemporâneo onde vive-se com uma variedade crescente de instituições produtoras e promotoras de saberes, valores e comportamentos. Com isso, observa-se o ritmo mais acelerado das transformações tecnológicas, o questionamento das instâncias de referências e as transformações na construção das experiências individuais. Tudo isso tem colaborado para a "coexistência

de distintas instâncias de socialização, com projetos múltiplos e uma maior circularidade de valores e referências identitárias, configurando um campo da socialização híbrido e diversificado"(SETTON, 2002, p. 67). Essa nova configuração, por sua vez, tem contribuído para a construção de um *habitus*, a construção de um novo sujeito social, agora não apenas influenciado e determinado pelas instâncias tradicionais da socialização, mas também pelas novas formas de interação social, auxiliando para a produção de um *habitus* alinhado às pressões modernas. O indivíduo contemporâneo, propenso a interagir com uma nova conjuntura social, é expressão e produto de um novo *habitus* social. Assim, Setton (2002) considera que o *habitus* deve ser apreendido, na atualidade, como um sistema flexível de disposição, um sistema em construção, em constante mutação e, portanto, adaptável a esses novos estímulos. Portanto, o *habitus* deve ser entendido como trajetória, mediação do passado e do presente; *habitus* como história sendo feita; *habitus* como expressão de uma identidade social em construção.

Portanto, de acordo com Setton (2002, p. 68), o caráter transitório dos conhecimentos é um elemento chave para a reflexão sobre o conceito de *habitus*, o processo de socialização e a construção das identidades individuais. O caráter transitório das relações, dos papéis e das instituições sociais pode deixar espaço para uma liberdade de ação dos indivíduos. No entanto, ao mesmo tempo que confere maior margem de escolhas, maior flexibilidade nas relações, mais referências identitárias, acrescenta, simultaneamente, mais insegurança, mais riscos e mais responsabilidade. Assim,

É possível pensar o indivíduo portador de uma experiência que o predispõe a construir sua própria identidade, a fazer suas próprias escolhas sem obedecer cega e unicamente a uma memória incorporada e inconsciente. Ou seja, trata-se de uma experiência incorporada, mas também em construção contínua na forma de um *habitus* que habilita o indivíduo a construir-se processual e relacionalmente com base em lógicas práticas de ação ora conscientes, ora inconscientes. Na falta de um eixo estruturador único (família, escola e/ou cultura de massa) e pela circularidade das referências, o indivíduo contemporâneo estaria mantendo novas relações com o mundo exterior (SETTON, 2002, p. 68).

Portanto, a abordagem das capacidades pode ser útilmente complementada pelos conceitos de campo, capital e *habitus* de Bourdieu para fornecer insights mais refinados na análise da pobreza. Como Sen (2010, p. 308) afirma a tensão entre as abordagens só surge se tivermos espaço para "no máximo uma ideia". A pluralidade de aspectos se encaixa, perfeitamente, nessa estrutura ampla.

Para finalizar, concordo com (BOWMAN, 2010) quando afirma que

Os conceitos de Bourdieu são úteis porque ele entende que os indivíduos têm "objetivos contraditórios" e "pressões conflitantes"(Townsend 2002, p.3). Usar seus conceitos permite uma análise que destaca como as estruturas de poder são impostas e incorporadas pelos indivíduos. Bourdieu (1998) sugere que aqueles que são dominados inconscientemente conspiram com sua dominação por meio do desconhecimento dos processos de dominação. Para Bourdieu, esse não reconhecimento é uma crença incorporada, e não uma percepção ou

compreensão intelectual. Como resultado, ele argumenta que a mudança não pode ocorrer apenas como resultado do "despertar da consciência"; para isso, precisa haver primeiramente uma "transformação das estruturas objetivas" que produziram e mantiveram as disposições e crenças (1998, p.121).

2.4 Bourdieu e Observatório das Metrôpoles: construção das categorias para análise da estrutura social

A articulação entre os aportes teóricos de Amartya Sen e de Bourdieu já foi debatido em linhas gerais no tópico anterior. Agora se faz necessário verificar uma possibilidade de operacionalização do aporte teórico de Bourdieu e isto será feito empregando a metodologia elaborada pelo Observatório das Metrôpoles relativa às mudanças na organização social do território metropolitano brasileiro (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013).

A orientação teórica utilizada pelo Observatório das Metrôpoles para analisar a estrutura social das metrôpoles brasileiras se baseia no conceito de espaço social de Bourdieu. A utilização desse conceito de espaço social tem a vantagem de construir classes sociais ou frações de classe que sejam capazes de uma aproximação mais efetiva com o mundo real (empírico), em que incorpora tanto contribuições teóricas marxistas quanto weberianas. Essa vantagem decorre da preocupação de Bourdieu em compreender, por meio do espaço social, as práticas sociais dos agentes (RIBEIRO; CHETRY, 2015).

Para representação do conceito de espaço social, Bourdieu constrói um espaço com três dimensões, em que se compreendem o volume do capital, a estrutura do capital e as trajetórias que se realizam ao longo do tempo. O espaço social é concebido pelas posições antagônicas referentes ao volume do capital, por um lado, e pela estrutura do capital, por outro. É em relação ao volume de capital que se identificam as oposições de classe e é em relação à estrutura do capital que se verificam as oposições das frações de classe (RIBEIRO; CHETRY, 2015).

A partir do conceito de espaço social, conforme afirmam Lima et al. (2015, p. 146), o espaço pode retratar a estrutura social por meio de várias dimensões, expressadas por princípios de diferenciação, que ultrapassam a dimensão econômica, uma vez que na convivência social estão implícitos o domínio dos campos econômico, cultural, social e, até mesmo, simbólico. Neste contexto, a relação entre a posição de classe (ou fração de classe) e as práticas dos agentes sociais, podem ser confrontadas uma vez que “essas práticas decorrem da forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe, tido como princípio unificador e gerador das práticas, ou seja, do *habitus*” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 16).

A existência de estilos de vida comuns, distintos e distintivos, no interior da classe ou da fração de classe os diferenciam das demais classes sociais. “Isso possibilita delinear a estrutura do espaço simbólico referente ao conjunto das práticas estruturadas”. Os distintos estilos de vida se caracterizam particularmente devido ao status social de que são dotados resultante da

posição hierárquica que ocupam no espaço social, tanto em relação ao volume do capital, quanto no que diz respeito à estrutura do capital. De forma que, para que a condição existente seja reproduzida ou para que haja ascensão social, ocorrem disputas nas quais as estratégias para reconhecimento da posição são manifestadas, na medida em que se garante sua exclusividade ou seu acesso restrito. Isto possibilita “a manutenção do status social, quando se consegue êxito nesse processo, ou redução do status social, quando o acesso é expandido para agentes sociais oriundos de classes (ou frações de classe) inferiores” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 16).

O conceito de espaço social considerado nesta perspectiva abrange a dimensão de estrutura social derivada das teorias marxista e weberiana, na medida em que essa estruturação parte das classes sociais que, por sua vez, incorporam as relações de produção (marxismo) e o status social (weberianismo). E, como afirmam Ribeiro e Ribeiro (2013, p. 17), “o uso dessa compreensão de espaço social possibilita a operacionalização do conceito de classe (e de fração de classe) para realização de análises empíricas, tendo em vista que a classe objetiva, como foi apresentada, é também uma classe construída”. Assim, o modo como a estrutura social se manifesta no espaço físico pode ser interpretada por meio da organização social do território metropolitano (LIMA et al., 2015).

Este arcabouço teórico foi utilizado para a elaboração das Categorias Sócio-ocupacionais (CATs) do Observatório das Metrópoles que correspondem a uma estratificação social construída por meio da variável ocupação existente nas pesquisas domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), empregando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que procuram representar a estrutura social das metrópoles brasileiras (RIBEIRO; CHETRY, 2015, p. 148).

A elaboração das CATs baseou-se no sistema de classificação das profissões na França, as categorias socioprofissionais (CSPs). No entanto, como as categorias seriam aplicadas à realidade brasileira se embasaram também em estudos existentes no Brasil que tentaram formular sistemas de classificação, com base nas variáveis ocupacionais utilizadas pelo IBGE, como são exemplos os trabalhos de Jorge et al. (1985) e Silva (1974), desta forma levariam em consideração as peculiaridades da sociedade brasileira e do seu mercado de trabalho. Para isso, diferentemente do que ocorre na França, o baixo grau de estabilidade e de institucionalização de grande número de ocupações enumeradas no Brasil, necessitou de adaptação do sistema de classificação francês para que pudesse representar a hierarquia social brasileira. Isso implicou especialmente produzir critérios que preservassem a coerência estatística e social para a sociedade brasileira (RIBEIRO; CHETRY, 2015, p. 151).

A classificação deveria retratar a hierarquia social brasileira e mostrar evidências de reconhecimento social, uma vez que a construção de classificação de ocupação resulta da representação do mundo social. Foram identificadas três formas distintas de representação: estatística, cognitiva e política. Assim, os critérios de classificação a serem utilizados devem apresentar coerência estatística, respeitando as limitações técnicas e as definições vigentes no sistema oficial

de estatística. As categorias devem agregar os indivíduos nas posições ocupacionais que formam a divisão social do trabalho vigente na economia brasileira, seguindo uma certa homogeneidade social nos grupos de representações das posições sociais ou classes de posições sociais. E, finalmente, essas posições sociais devem refletir os princípios que regem a sociedade brasileira em relação ao “reconhecimento” das distintas hierarquias e diferenças sociais e políticas (RIBEIRO; CHETRY, 2015, p. 151).

A elaboração das categorias sócio-ocupacionais ocorreu na década de 1990, período marcado pela transição econômica e social da sociedade brasileira. Como consequência, o processo de classificação foi fortemente influenciado pela estrutura econômica e do mercado de trabalho do período anterior. Dentre os fatores que influenciaram sua elaboração, podemos citar: a intensa mobilidade social em razão da mobilidade espacial em decorrência dos processos migratórios; a consolidação de uma classe média, tanto vinculada à burocracia estatal quanto ao setor privado da economia; o surgimento de um operariado fabril vinculado às indústrias tradicionais e modernas dos principais centros urbanos; o grande contingente inserido no mercado de trabalho de forma precária e sem qualquer garantia de proteção social. “Essas marcas do período da industrialização brasileira vão se apresentar logo no primeiro sistema classificatório das ocupações que culminaram nas CATs, mesmo que mudanças importantes já tivessem se manifestado no momento de sua elaboração” (RIBEIRO; CHETRY, 2015, p. 152-153).

Foi elaborada uma estratificação social baseada nos princípios teóricos anteriormente discutidos e na organização social brasileira, tendo os seguintes critérios: Relação capital vs. trabalho: onde ser proprietário ou não da atividade econômica é a principal característica que define a posição dos indivíduos no processo de produção; Trabalho manual vs. trabalho não manual: a realização de ocupação manual se diferencia socialmente de ocupação não manual, especialmente no sentido de que para esta última são exigidos maiores níveis de escolaridade, como nível médio ou nível superior; Trabalho de comando vs. trabalho subordinado: desempenhar ocupações que exercem atividade de comando, seja de direção, gerência e supervisão, apresentam diferenças importantes em relação às ocupações subordinadas, que são comandadas por outrem; Trabalho público vs. trabalho privado: exercer ocupações que se realizam no setor público e no setor privado, tendo em vista que esse critério é demarcador de posições sociais diferenciadas na sociedade brasileira (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 23-24). Esta tipologia será discutida com mais detalhes no capítulo metodológico.

De acordo com Ribeiro e Chetry (2015), o trabalho de Ribeiro e Lago (2000), que analisa o espaço social de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, foi o primeiro trabalho feito no Brasil que utilizou as CATs. Os autores afirmam que, posteriormente, foi construída uma “agenda de pesquisa que pudesse aprofundar a análise da estrutura social para as metrópoles brasileiras, inclusive ampliando para outros espaços metropolitanos do país, bem como para buscar compreender também a estruturação do espaço urbano-metropolitano segundo essas categorias sócio-ocupacionais” (p.153). Desta agenda resultou uma série de publicações, como é

exemplo a “Série METRÓPOLES: transformações urbanas” que tiveram por objeto de análise as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém, dentre outras.

Tendo essas questões em vista, neste trabalho é adotada a concepção de tipologias sócio-ocupacionais que mostram as diferenças entre as posições sociais dos grupos ocupacionais baseados nos conceitos de Bourdieu e elaborados pelo Observatório das Metrópoles. Argumenta-se que tal perspectiva pode complementar a abordagem das capacidades fornecendo uma compreensão mais profunda da estrutura social em estudos sobre a pobreza multidimensional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por propósito descrever a metodologia utilizada para a estimação dos índices de pobreza e para a construção da tipologia sócio-ocupacional.

Em relação à estimação da pobreza, são apresentados os procedimentos empregados para a construção dos índices de pobreza monetário e multidimensional. Para a análise da pobreza multidimensional da Região Metropolitana de Belém, a medida escolhida foi o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que tem por função a operacionalização da abordagem das capacidades de Amartya Sen usando para isso os *funcionamentos*.

Os procedimentos para a estimação da tipologia sócio-ocupacional desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles adotada neste trabalho também são apresentados. Tais procedimentos se baseiam nas análises de correspondência e de clusters.

3.1 Área de estudo, fontes e descrição dos dados

3.1.1 Área de estudo

A área territorial objeto deste estudo é a Região Metropolitana de Belém (RMB) instituída oficialmente em 1973 pelo Governo Federal e que contava, inicialmente, com apenas dois municípios (Belém e Ananindeua). Posteriormente, ocorreram várias ampliações na composição municipal da região. A última foi instituída em 2011 pela Lei Complementar Estadual No. 76, quando o município de Castanhal passou a integrar a RMB (CARDOSO, FERNANDES, LIMA, 2015). A partir desse ano, a região metropolitana passou a ser formada por sete (7) municípios. Para este estudo, como não ocorreu nenhuma modificação territorial após 2011 na região em estudo, optou-se por utilizar esta última configuração espacial por ser a mais atualizada apesar de não ser aquela existente no período 2000/2010¹. Assim, a área aqui estudada engloba os municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Barbara do Pará e Santa Izabel do Pará.

Entre as décadas de 1940 e 1960, Belém experimentou um crescimento populacional significativo, em decorrência da grande estagnação ocasionada pelo declínio do ciclo da borracha. Esse incremento demográfico ocorreu sem a ampliação da infraestrutura e desenvolvimento social na periferia da cidade. A urbanização belenense, nesse período, foi marcada por uma reorganização das políticas regionais da Amazônia, resultando em uma ocupação concentrada nas áreas centrais, especialmente nas baixadas, e pelo início da verticalização. A verticalização das áreas centrais de Belém, iniciada na década de 1940 e intensificada a partir de 1970, foi

¹ Outras leis complementares estaduais que inseriram os demais municípios na composição da RMB foram: Lei Complementar Estadual N° 027/1995 (municípios de Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará); Lei Complementar Estadual N° 072/2010 (Santa Izabel do Pará); e Lei Complementar Estadual N° 076/2011 (Castanhal) (SEDOP, 2018).

impulsionada pela demanda das classes médias e altas que desejavam permanecer nessas áreas, onde a infraestrutura e os serviços urbanos eram mais acessíveis. A verticalização provocou a valorização do espaço urbano central (TRINDADE JR., 1998; SANTOS, 2017).

Durante os anos de 1970 e 1980, a fronteira econômica e urbana², que se desenvolveu na Região Amazônica, proporcionou a Belém a vantagem de fortalecer seu centro urbano, por abrigar os serviços de suporte aos empreendimentos de mineração, agricultura e exploração madeireira instalados, especialmente nas regiões sul e sudeste do Pará. Ao mesmo tempo, trouxe o desafio de absorver um fluxo considerável de população para a região metropolitana durante esse período (CARDOSO et al., 2015).

O processo de urbanização de Belém, que já havia sido iniciado em décadas anteriores, foi intensificado neste período. De forma que ações visando a melhoria da área central foram cada vez mais frequentes. É o caso da política de aterramento das baixadas (zonas alagáveis ou alagadiças), localizadas nas zonas centrais da capital. Essa política e a consequente remoção das comunidades de baixa renda dessas áreas permitiram a expansão do espaço urbano de Belém que ultrapassou os limites da Primeira Léguas Patrimonial³, antes confinada pelo cinturão institucional⁴. Com isso, foram sendo estabelecidas novas áreas de ocupação, principalmente na Segunda Léguas Patrimonial⁵.

² Desde a década de 1960 se iniciou uma série de ações implementadas pelo Estado brasileiro para expandir a fronteira de recursos e incorporar a Amazônia ao quadro econômico nacional. Isso facilitou a integração de grandes capitais, oriundos predominantemente das regiões Sul e Sudeste, levando ao estabelecimento de grandes iniciativas agropecuárias e minerais, à abertura de novos eixos de penetração e circulação de pessoas e produtos (Rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, dentre outras) no Estado do Pará. Além disso, resultou em um fluxo significativo de pessoas, principalmente do Nordeste brasileiro, impulsionado tanto pela migração espontânea quanto pelos esforços de colonização dirigida pelo governo (SANTOS, 2017; ROCHA, 2010). Este processo induziu ao surgimento de novos municípios em várias regiões do Estado do Pará, às mudanças no sistema de povoamento e à expansão das vias de circulação terrestre, o que, por sua vez, conduziu a profundas mudanças na distribuição demográfica estadual (ROCHA, 2010).

³ A distribuição da população no núcleo central da Região Metropolitana de Belém esteve, ao longo do tempo, condicionada por aspectos fisiográficos do terreno em que o município de Belém foi estabelecido. Rodrigues et al. (2013) e Trindade Jr. (2016) afirmam que as terras que compõem o território do município foram doadas pela Coroa Portuguesa em 1627 para o Conselho da Câmara. Essa área, chamada de Primeira Léguas Patrimonial, compreende aproximadamente 4.110 hectares, obedecendo um traçado de uma léguas iniciando no marco de fundação da cidade (o Forte do Castelo) em direção ao sul, a partir das margens da Baía do Guajará, e em direção ao norte, a partir das margens do Rio Guamá. Esse território, devido à presença de diversas áreas alagadas e/ou sujeitas a alagamentos, apresenta características geográficas peculiares (RODRIGUES et al., 2013). De forma que o sítio urbano de Belém é formado por dois tipos de terrenos distintos: as terras altas e as baixadas. As terras altas abrangem áreas com cotas planialtimétricas correspondentes a, aproximadamente, 10 m acima do nível do mar, enquanto as baixadas compreendem terrenos situados entre 4 m e 4,50 m abaixo desse nível, portanto sujeitas aos alagamentos (COSTA; RODRIGUES, 2022). Desde os primórdios da formação do sítio belenense esses diferentes terrenos influenciaram sua ocupação e expansão urbana.

⁴ Costa e Rodrigues (2022) afirmam que "em decorrência dos acordos firmados com participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o governo estadual interveio diretamente na estrutura fundiária de Belém, doando terras no limite imediatamente externo à demarcação da Primeira Léguas Patrimonial da cidade e criando o chamado "cinturão institucional". Este corresponde "a uma faixa de terras cujos lotes, de grande extensão, foram repassados a instituições militares e entidades públicas. Os terrenos dessa faixa constituem em grande parte área de reserva da União e do governo estadual, sendo repassados a grupos diversos, como os Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica e entidades de ensino e pesquisa ou empresariais" (p. 12).

⁵ De acordo com Mendes (2018), "a Segunda Léguas Patrimonial consiste em uma área do limite municipal de Belém até Ananindeua. Para Trindade Jr. (1998, p. 122-123), "a ocupação sistemática da segunda Léguas

Esse processo foi impulsionado por políticas públicas que promoveram a construção de conjuntos habitacionais e novos assentamentos urbanos planejados por órgãos governamentais estaduais e financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), mas também pela crescente ocupação espontânea, caracterizada por "invasões", que ocorreram principalmente em áreas periféricas da cidade. Essas ocupações contribuíram para a formação de uma cidade dispersa, onde a periferia crescia, sem a infraestrutura necessária (TRINDADE JR., 1998; MENDES, 2018).

A ação do Estado e do setor imobiliário foi fundamental para a criação de um espaço urbano segmentado, onde as classes média e alta ocupavam as áreas centrais, enquanto as classes mais pobres eram empurradas para as periferias, onde as condições de vida eram muito mais precárias. Esse processo reforçou a segregação social e criou um cenário de desigualdade socioespacial.

A metropolização de Belém, com a criação da Região Metropolitana, envolveu a expansão da cidade para áreas adjacentes, como Ananindeua, e a formação de "cidades satélites" nas periferias. A ocupação dessas áreas foi facilitada pela construção de grandes vias, como a Avenida Augusto Montenegro e a Rodovia BR-316, que conectam os municípios da RMB. No entanto, as condições precárias de infraestrutura e a falta de serviços públicos adequados geraram uma segregação ainda mais pronunciada, com a população de baixa renda vivendo nas áreas mais periféricas e com menos acesso a serviços essenciais (TRINDADE JR., 1998; TRINDADE JR., 2016; MENDES, 2018). Em consonância com esse processo, a Região Metropolitana de Belém continua, no período em estudo, como a área mais populosa do Estado do Pará.

3.1.2 Fontes e descrição dos dados

O período de análise abrange os anos de 2000 e 2010. A escolha desse período foi influenciada por aspectos sociopolíticos uma vez que compreende a implementação de um conjunto de políticas sociais instituídas pelo Governo Federal, marcando uma nova etapa de políticas sociais no país.

As principais fontes de dados utilizadas neste trabalho foram os Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010, mais especificamente os microdados da amostra. A opção pelo Censo Demográfico como fonte de dados é justificada pela disponibilidade de informações mais desagregada, neste caso os níveis municipal e de área de ponderação. Outras fontes de dados como, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apesar de apresentar uma periodicidade anual que seria desejável para uma análise de pobreza, não permite

Patrimonial se iniciou com a doação de glebas pelo Governo Federal à COHAB-PA para a implantação de grandes conjuntos habitacionais, ao longo da rodovia [hoje avenida] Augusto Montenegro (em direção ao Distrito de Icoaraci) e da BR-316 (em direção à Belém-Brasília), ultrapassando as áreas institucionais, que bloqueavam a expansão contínua da malha urbana" (p.83). Essa foi uma estratégia de "relocalização" das classes de baixo poder aquisitivo, permitindo uma mudança na estrutura da malha metropolitana. Dessa maneira, sua forma compacta origina uma forma dispersa dos novos assentamentos residenciais populares".

a desagregação dos dados por município e área de ponderação, o que impossibilita sua utilização.

Os municípios e as áreas de ponderação são os recortes territoriais utilizados neste trabalho (ver Apêndices A e B). De acordo com o IBGE (2010), cada área de ponderação é constituída por uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários contíguos, para a aplicação dos procedimentos de calibração dos pesos de forma a produzir estimativas compatíveis com algumas das informações conhecidas para a população como um todo. Como o tamanho das áreas de ponderação, em termos de número de domicílios e de população, não pode ser muito reduzido seu tamanho mínimo foi definido pelo IBGE em 400 domicílios ocupados na amostra, exceto para os municípios que não atingem este total onde, neste caso, o próprio município é considerado uma área de ponderação. A RMB, em 2000, era formada por 63 áreas de ponderação e, em 2010, por 73 dessas áreas.

3.2 Mensuração da pobreza monetária

Para proceder à mensuração da pobreza monetária foi utilizada a linha de pobreza para delimitar o conjunto de pobres a partir da renda familiar *per capita*. Os pobres são definidos aqui como os indivíduos cuja renda familiar *per capita* é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc.) (ROCHA, 2006).

As linhas de pobreza adotadas foram calculadas pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) a partir de metodologia descrita por Rocha (1997). Esta metodologia usa como base para suas estimativas a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE e é ajustada a cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) regionais de acordo com o nível dos grupos de produtos. Para a Região Metropolitana de Belém, a linha de pobreza correspondente ao ano de 2000 é R\$92,63 e para o ano de 2010 é R\$201,51.

O Índice de Pobreza Monetária foi calculado pela proporção de pobres em relação à população total, dada por

$$H = \frac{q}{n} \quad (3.1)$$

onde, q é o número de pobres e n é a população total.

3.3 Mensuração da pobreza multidimensional

Para estimar a pobreza em termos de deficiência de capacidades básicas, é necessário formular um indicador que seja capaz de mensurar um conjunto de critérios que impedem os indivíduos de se desenvolverem como cidadãos. Para isso, foi calculado um indicador composto de pobreza, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

O presente estudo tem por base as informações que tratam dos *funcionamentos* realizados. Isto ocorre devido à dificuldade de se conseguir informações em dados secundários, como dos censos demográficos, que captem o conjunto capacitário.

3.3.1 O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

O IPM é um índice de pobreza multidimensional que reflete as privações em serviços básicos e em funcionamentos humanos fundamentais para as pessoas e é apropriado para analisar a pobreza nos países em desenvolvimento. Este índice pode usar como unidade de análise tanto o indivíduo, quanto a família (ALKIRE; SANTOS, 2010).

O IPM possui a estrutura matemática da família de medidas de pobreza multidimensionais proposto por Alkire e Foster (2007) e Alkire e Foster (2009). De acordo com Serra (2017), a metodologia proposta pelas autoras tem sido uma das mais usadas para calcular índices de pobreza multidimensional, com destaque para o IPM global publicado pelo PNUD no relatório de desenvolvimento humano desde 2010 e replicado (com adaptações, na sua maioria) em diversos estudos.

Para analisar a evolução da pobreza multidimensional na Região Metropolitana de Belém, o método de Alkire-Foster (AF) foi empregado conforme procedimentos descritos a seguir.

3.3.1.1 Método Alkire-Foster

A metodologia de Alkire e Foster (2007), Alkire e Foster (2009), Alkire et al. (2015b), Alkire et al. (2015a) para a mensuração da pobreza multidimensional é executada em duas etapas, como discutido por Sen (1976) quando na busca de uma medida que captasse a pobreza multidimensional. A primeira etapa se constitui da identificação dos pobres presentes em determinada população e a segunda refere-se à agregação por meio da qual as informações sobre os pobres são reunidas para construir um índice de pobreza.

De acordo com Serra (2017, p. 55), a etapa de identificação se inicia com a definição dos indicadores a serem usados na construção da medida multidimensional. As informações para cada indivíduo ou família (dependendo da unidade de identificação selecionada) devem estar disponíveis para todos os indicadores, de forma que a distribuição conjunta das privações possa ser examinada.

A definição de uma linha de corte para cada dimensão é o passo seguinte a ser realizado para a mensuração. Isto significa que é estabelecido um nível mínimo, abaixo do qual, cada indivíduo que nele se enquadre seja considerado em situação de privação (ALKIRE et al., 2015b; SERRA, 2017).

Quando a análise multidimensional é baseada em uma medida sintética, como é o caso do IPM, torna-se necessário atribuir um peso a cada dimensão que represente a sua importância relativa na composição do índice de pobreza (ALKIRE et al., 2015b; SERRA, 2017). Além dos

pontos de corte de privação, a metodologia Alkire-Foster usa um segundo ponto de corte para identificar as pessoas que são consideradas multidimensionalmente pobres. Chamado de corte da pobreza (k) representa a pontuação mínima de privação que uma pessoa deve apresentar para ser identificada como pobre. O valor de k varia de 0 a 1, e, no caso em que a pessoa é considerada pobre, k assume o valor 1; se a pessoa é considerada como não pobre, k tem valor 0.

A etapa de agregação das informações sobre pobreza é o passo seguinte após a identificação dos indivíduos considerados em situação de pobreza multidimensional. Como afirma Serra (2017), como o foco passa a ser a população identificada como multidimensionalmente pobre, torna-se necessário desconsiderar as privações dos indivíduos não pobres. Isto significa que se qualquer pessoa i for considerada pobre, o estado de privação da pessoa em todas as dimensões permanece inalterado. No entanto, se a pessoa i é considerada como não pobre, seu estado de privação em todas as dimensões será 0, o que equivale a censurar as privações das pessoas que são não pobres (ALKIRE et al., 2015a).

A etapa de agregação da metodologia de Alkire e Foster baseia-se na classe de medidas Foster-Greer-Thorbecke (FGT). Assim como cada medida da FGT pode ser vista como a média de um vetor apropriado construído a partir dos dados originais e censurada usando a linha de pobreza, o índice de contagem ajustada é a média do vetor de pontuação de privação censurada (M_0), que é expressa por:

$$M_0 = \mu(c(k)) = \frac{1}{n} \times \sum_{i=1}^n c_i(k) \quad (3.2)$$

M_0 também pode ser expresso em termos de índices parciais, isto é, por medidas que fornecem informações básicas sobre um único aspecto da pobreza. O índice de contagem ajustada, denotado como $M_0(X; z)$, também pode ser escrito como o produto de dois índices parciais: 1) índice H que é a porcentagem da população que é pobre (razão de incidência multidimensional ou incidência de pobreza); e 2) índice A que é a intensidade da pobreza. Formalmente, tem-se:

$$M_0 = H \times A \quad (3.3)$$

A taxa de incidência $H = H(X; z)$ é definida como $H = \frac{q}{n}$, onde q é o número de pessoas identificadas como pobres multidimensionalmente usando a abordagem de corte duplo. Portanto, incidência é a proporção da população multidimensionalmente pobre. Por sua vez, a intensidade da pobreza (A) é a média das privações que as pessoas sofrem simultaneamente. Observe que o escore de privação censurado $c_i(k)$ representa a parcela de possíveis privações experimentadas por um pobre i . Da mesma forma como a informação sobre o hiato da pobreza de renda, este índice parcial transmite informação relevante sobre a pobreza multidimensional, na medida em que as pessoas que experimentam privações simultâneas em um número maior de dimensões têm uma maior intensidade de pobreza e são mais pobres do que pessoas com menor intensidade (ALKIRE et al., 2015a). Como afirmam Alkire e colaboradores (2015b, p.17), a medida M_0 , por

ser decorrente de um produto simples dos dois índices parciais H e A , é sensível à incidência e à intensidade da pobreza multidimensional.

Uma vantagem de M_0 é que pode ser dividido por dimensão, após a etapa de identificação. Isto permite que, ao fazer a discriminação da contribuição de cada dimensão componente do índice, forneça informações que podem ser úteis para revelar a configuração particular de privações de um grupo ou de uma região que podem atingir pessoas em situação de pobreza (ALKIRE; SANTOS, 2010). Além disso, esta metodologia é passível de adaptação a situações diferentes porque comporta qualquer número de dimensões e indicadores em cada uma delas, da mesma forma que possibilita qualquer corte particular em qualquer indicador e conjunto de pesos. Esta flexibilidade é importante uma vez que os componentes que determinam a pobreza podem modificar-se ao longo do tempo, em diferentes territórios e entre indivíduos que estão sujeitas a este problema (ALKIRE, 2011).

3.3.1.2 Parâmetros para a construção do índice de pobreza multidimensional para a Região Metropolitana de Belém

Com o intuito de construir um índice multidimensional de pobreza para a Região Metropolitana de Belém, utilizou-se a metodologia proposta por Alkire e Santos (2010) para estimação do IPM, porém com a devida adaptação para a realidade particular aqui analisada. A seguir serão apresentados os parâmetros para sua construção.

Inicialmente, tem-se que definir quais os *funcionamentos* ou dimensões que comporão o IPM. No entanto, há um significativo debate sobre esta questão: sobre quais capacidades, *funcionamentos* ou dimensões devem ser inseridos nas análises de pobreza sob o enfoque das capacidades. Sen (1996) argumenta a este respeito que as capacidades-chave devem ser selecionadas e que esta seleção é um julgamento de valor que deve ser feito explicitamente. Alkire (2008), corroborando a afirmação de Sen, comenta que a abordagem das capacidades deve ser aplicada de maneira diferente dependendo do local e da situação, do nível de análise, da informação disponível e do tipo de decisão envolvida, de forma que os métodos empregados sejam plurais. Portanto, as dimensões potenciais que uma medida de pobreza, sob esta perspectiva, pode refletir são bastante amplas e incluem saúde, educação, padrão de vida, capacitação, trabalho, meio ambiente, segurança contra a violência, relações sociais e cultura, entre outros (ALKIRE; SANTOS, 2010).

A escolha das dimensões empregadas neste estudo teve por base as utilizadas por Alkire e Foster (2010) e tem alguma relação, direta ou indiretamente, com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Conforme Alkire e Santos (2010), o IPM por agregar várias dimensões é um índice composto que se difere dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), já que os mesmos em seus relatórios relatam o progresso de cada indicador isoladamente. Todavia, está intimamente relacionado com eles, pois utiliza indicadores que estão de alguma forma relacionados com

os ODM. Além disso, diferente dos ODM, o IPM tem como base o agregado familiar, onde a atitude ou habilidades de cada membro da família pode influenciar os demais. O IPM reflete de maneira geral as carências que ocorrem simultaneamente na família, possibilitando a identificação de diferentes formas de privação e um melhor entendimento de como essas privações se interconectam. Dessa forma, esse índice enfatiza as pessoas cujas vidas são prejudicadas por terem múltiplas privações, levando em consideração os indicadores presentes e avaliados a partir do agregado de sua unidade familiar.

Este estudo baseou as escolhas das possíveis dimensões a serem trabalhadas em Alkire e Santos (2010) que utilizaram saúde, educação e padrão de vida. Todavia, fazendo as devidas adaptações mediante as especificidades do objeto de estudo e a disponibilidade de dados. Todas as dimensões que constituem o índice (IPM) foram analisadas e identificadas como importantes na composição do bem-estar das pessoas estando em conformidade com os direitos humanos e os ODM. Além disso, levou-se em consideração que os temas são amplamente utilizados na literatura o que facilita, portando, a interpretação e análise do IPM.

Além disso, a definição das dimensões utilizadas neste trabalho obedeceu os seguintes métodos de seleção: a existência de disponibilidade de dados, o uso de uma abordagem teórica (neste caso a abordagem das capacidades) e a proposta de dimensões com base em estudos empíricos. Outro trabalho que serviu de base para a definição das dimensões foi o de Rodrigues (2015) que trata da análise da pobreza multidimensional para a Região Metropolitana de Belém. Apoiando-se, principalmente, neste último trabalho, o presente estudo adota as seguintes dimensões: saúde, educação e padrão de vida. A Figura 1 mostra as dimensões e seus respectivos indicadores e critérios de privação selecionados.

Na estimativa do IPM, as três dimensões contemplam sete (7) indicadores: dois na dimensão saúde (mortalidade infantil e água potável); dois na dimensão educação (anos de escolaridade e frequência escolar infantil); e, três na dimensão padrão de vida (destinação do lixo, esgotamento sanitário e posse de bens).

A seguir será detalhada cada dimensão e os critérios de privação que foram utilizados neste estudo.

Figura 1 – Dimensões, indicadores e critérios de privação selecionados para construção dos IPMs para a Região Metropolitana de Belém

Dimensão	Indicador	Critério
Saúde	Mortalidade infantil	Se no domicílio teve algum filho que nasceu morto (natimorto)
	Água potável	Se não há água potável no domicílio
Educação	Anos de escolaridade	Se há no domicílio pessoas de 18 anos ou mais de idade que tem ensino fundamental incompleto
	Frequência escolar infantil	Se alguma criança de 4 a 14 anos de idade não frequenta escola
Padrão de vida	Destinação do lixo	Se não há destinação de lixo adequada no domicílio
	Esgotamento sanitário	Se não há esgotamento sanitário adequado no domicílio
	Propriedade de ativos	Se as pessoas do domicílio não tem carro particular e tem só um dos seguintes bens: freezer/geladeira, televisão e telefone

Fonte: Rodrigues (2015) com adaptações.

Em relação à dimensão saúde, adotou-se dois indicadores: mortalidade infantil e água potável no domicílio de residência. Quanto à mortalidade infantil, nos censos demográficos de 2000 e 2010 as informações não estavam disponíveis para os dois levantamentos. No censo 2000, não existia nenhuma pergunta sobre o tema. Em 2010, por outro lado, existiam perguntas no questionário de coleta que permitiam obter esta informação. Desta forma, a falta de dados em um dos censos impede a comparabilidade do indicador entre os anos analisados. Para suprir essa deficiência, optou-se por empregar como *proxy* a informação sobre filhos nascidos mortos (natimorto)⁶ que está disponível nos dois anos censitários, conforme adotado por Rodrigues (2015).

Alkire e Santos (2010) afirmam que a morte de uma criança representa falha total do estado de saúde e influencia toda a família. A maioria das mortes infantis, mesmo que a intrauterina, são evitáveis, e, no caso do natimorto, geralmente são causadas pelo mal atendimento às grávidas durante o período pré-natal. Segundo Rodrigues (2015), a interpretação desse indicador é intuitiva: considera-se que o agregado familiar sofre uma consequência negativa externa pela presença de um nascido morto. Consequentemente, as pessoas serão classificadas como em estado de privação se essa situação ocorrer no domicílio.

O segundo indicador refere-se ao acesso à água potável. A disponibilidade deste recurso no domicílio contribui diretamente para um ambiente favorável a melhores condições de saúde dos indivíduos por meio da satisfação da necessidade de hidratação e higiene. Em ambos os censos foi coletada a informação sobre a forma de abastecimento de água nos domicílios de moradia⁷. Nesta variável, em ambos os censos, as categorias em que poderiam ser enquadradas as respostas eram rede geral, poço ou nascente na propriedade e outras formas. Como, na variável, a categoria sobre existência de poços nos domicílios não fica claro qual é o tipo de poço existente (comum, artesiano, etc.), optou-se por utilizar os dados sobre a rede geral de distribuição como parâmetro para água potável de boa qualidade. Desta maneira, indivíduos que não tem em seu domicílio abastecimento de água procedente da rede geral de distribuição são considerados em situação de privação, da mesma forma que Rodrigues (2015).

Em relação à dimensão educação, foram empregados os indicadores anos de escolaridade e frequência escolar infantil. Alkire e Santos (2010) comentam que estes indicadores, na composição do IPM, se complementam. Anos de escolaridade⁸ é entendido como uma *proxy* do nível de conhecimento e compreensão dos membros da família, pois segue a ideia de alfabetização efetiva em que todos os membros do domicílio se beneficiam das habilidades de uma pessoa

⁶ No Censo Demográfico de 2000, a variável utilizada foi "total de filhos nascidos mortos"(V4670) e no Censo Demográfico de 2010 a variável utilizada foi "quantos filhos e filhas nascidos mortos teve até 31 de julho de 2010"(V6693).

⁷ No Censo Demográfico de 2000, a variável utilizada foi "forma de abastecimento de água"(V0207) e no Censo Demográfico de 2010 a variável utilizada foi "forma de abastecimento de água"(V0208).

⁸ No Censo Demográfico de 2000, as variáveis empregadas para seleção das pessoas em situação de privação foram "anos de estudo"(V4300) e "idade calculada em anos"(V4572). No Censo Demográfico de 2010, por sua vez, utilizou-se as variáveis "nível de instrução"(V6400) e "idade calculada em anos"(V6036).

alfabetizada no domicílio, independentemente do nível real de educação de cada pessoa. No entanto, não captam a qualidade da educação adquirida, nem as habilidades, mas, apesar disso, são indicadores considerados robustos e, portanto, podem servir como bons representantes de *funcionamentos* que necessitam de educação, como alfabetização, conhecimento sobre matemática e compreensão de informação. Para este indicador foram selecionados os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos que não estudaram ou que não concluíram o ensino fundamental como os que apresentam a maior situação de privação. Com esse entendimento, as pessoas enquadradas nesta situação são consideradas como em condição de carência (RODRIGUES, 2015).

A frequência escolar infantil é entendida como o melhor indicador possível para indicar se as crianças em idade escolar estão ou não expostas a um ambiente de aprendizagem e, portanto, é considerada como um bom substituto dos *funcionamentos* educacionais. Além disso, o sentido de considerar todos os membros do agregado familiar em estado de privação se um ou mais filhos não frequentam escola relaciona-se com efeitos externos, pois quando uma criança não está na escola, os conhecimentos e habilidades atuais e futuros da família podem ser reduzidos. Outra vantagem de empregar esse indicador é sua imediata sensibilidade às mudanças nas políticas educacionais, enquanto que os anos médios de escolaridade mudam mais lentamente (ALKIRE; SANTOS, 2010).

No Brasil, a educação infantil é dividida em dois grupos etários: 0 a 3 anos de idade que compreende à frequência a creche e 4 a 5 anos que se refere à pré-escola. Como há uma reconhecida deficiência no acesso à creche no país, ao colocar como critério a frequência à escola/creche a partir do primeiro ano de vida da criança provocaria um viés de seleção nesse indicador, já que a grande maioria da população infantil estaria enquadrada nesse estado de privação. Para resolver esta questão, adotou-se novo critério de corte: de 4 a 14 anos para as crianças em idade escolar que não frequentam a escola, da mesma forma que o utilizado por Rodrigues (2015). A frequência à escola desse contingente populacional pode ser considerada também como uma *proxy* do trabalho infantil. A pressão para trabalhar e auxiliar na renda familiar, quando as crianças e adolescentes estão fora da escola, acaba tornando-se muito mais forte e expondo ao risco de abandonar completamente os estudos. Consequentemente, a situação de privação ocorrerá para os indivíduos que se enquadrarem nestas condições.

Em relação à dimensão padrão de vida, foram utilizados os indicadores destinação do lixo, esgotamento sanitário e propriedade de alguns bens/ativos. O indicador água potável não foi selecionado para esta dimensão dado que já está sendo empregado na dimensão saúde, como discutido anteriormente. Além disso, um dos indicadores que comumente é empregado nesta dimensão, a existência de energia elétrica no domicílio, não foi utilizado uma vez que outros indicadores que compõem esta dimensão dão conta desta questão ou podem funcionar como *proxy*, como é o caso da propriedade de eletrodomésticos como geladeira/freezer, televisão e telefone fixo (este em certa medida). A adoção de ambos os indicadores, existência de energia

elétrica e propriedade de bens/ativos, estaria sobrevalorizando este aspecto da qualidade de vida na estimação do IPM, por esta razão a existência de energia elétrica foi retirada da estimativa.

O indicador destino do lixo⁹ propicia indício da qualidade de vida e de habitação dos indivíduos. Pois, os domicílios localizados em ambientes onde o lixo não é tratado adequadamente e que conduzem à poluição do solo ou dos recursos hídricos podem comprometer a saúde dos moradores pela proliferação de insetos, ratos, animais peçonhentos, etc. Exemplos de tratamento inadequado do lixo são o lixo queimado (na propriedade), o lixo enterrado (na propriedade), jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago ou mar, etc. Além disso, a destinação do lixo é geralmente incluída como um dos indicadores de saneamento básico, associado ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário, quando se analisa o padrão de vida da população pela ótica da habitação. Usando o critério adotado por Rodrigues (2015), a situação de privação em relação a este indicador é considerada quando os indivíduos residem em domicílios cujo lixo não é coletado por serviço de limpeza pública ou colocado em caçamba de serviço de limpeza pública.

O indicador esgotamento sanitário¹⁰ é apontado como sendo necessário para que uma residência seja considerada adequada para a habitação. Os domicílios devem estar ligados aos sistemas de coleta e tratamento de esgotos a fim de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população, por meio da redução da contaminação e transmissão de doenças, e para preservação do meio ambiente. Consequentemente, indivíduos que residem em domicílios desprovidos de esgotamento sanitário via rede geral ou fossa séptica são considerados em situação de privação em relação a este indicador, seguindo o critério empregado por Rodrigues (2015).

Ainda na dimensão padrão de vida inclui-se outro indicador relativo à propriedade de alguns bens de consumo¹¹, tais como: carro particular, telefone, freezer/geladeira e televisão. Esses ativos estão inteiramente vinculados à mobilidade, à capacidade de comunicação com outras pessoas, o acesso à informação, e, até mesmo, à preservação e manutenção de alimentos em boa qualidade. Além disso, como dito anteriormente, a existência no domicílio de aparelhos eletrodomésticos como geladeira/freezer e televisão, especialmente, servem como *proxy* da existência de energia elétrica na residência. A condição de privação será considerada quando os indivíduos não possuem carro particular e apenas um dos demais bens de consumo.

O número de privações que cada pessoa sofre conjuntamente é dado pelo Índice de

⁹ Para ambos os levantamentos censitários, a variável utilizada foi "destino do lixo"(V0212 para o Censo Demográfico de 2000 e V0210 para o de 2010).

¹⁰ No Censo Demográfico de 2000, a variável utilizada foi "tipo de escoadouro"(V0211) e no Censo Demográfico de 2010 foi a variável "tipo de esgotamento sanitário"(V0207).

¹¹ Para este indicador foram usados quatro (4) variáveis em cada censo para identificação: de propriedade de veículo particular (em ambos os censos a variável empregada foi V0222); da existência de geladeira e/ou freezer no domicílio (foi selecionada a variável V0215, no censo de 2000, e V0216, no censo de 2010); da existência de linha telefônica instalada (em 2000 foi selecionada a variável V0219 e em 2010 a variável V0218); e da existência de televisão (em 2000 foi empregada a variável V0221 e em 2010 foi a V0214).

Pobreza Multidimensional (IPM). Consequentemente, os indivíduos que estão enquadrados em algumas privações básicas simultaneamente, mas não obrigatoriamente em todas, devem ser considerados pobres. O ponto de corte da pobreza é dado pela variável k que representa a soma de indicadores ponderados no qual o indivíduo em situação de privação é considerado multidimensionalmente pobre.

A ponderação para os indicadores selecionados para compor o IPM é apresentada na Figura 2. A computação das carências que cada pessoa sofre deve atingir no máximo 100%. No caso do IPM estimado para a RMB, segue a seguinte lógica: Como o IPM é composto por três (3) dimensões, cada uma delas receberá igual ponderação (de $1/3$), de forma que, no máximo, elas receberão 33,33%. Cada indicador, por sua vez, será ponderado dependendo do número de indicadores que compõe cada dimensão. Nas dimensões que são formadas por dois (2) indicadores, como são os casos de saúde e educação, seu peso será calculado por $(1/3)/2 \times 100$, que corresponderá a 16,7%. No caso da dimensão padrão de vida que tem três (3) indicadores, a contagem de cada indicador será dada por $(1/3)/3 \times 100$, que resultará em 11,11%.

Figura 2 – Ponderações dos indicadores selecionados para construção do IPM para a Região Metropolitana de Belém

Dimensão	Indicador	Ponderação
Saúde	Mortalidade infantil	$1/3 \div 2 = 16,7\%$
	Água potável	$1/3 \div 2 = 16,7\%$
Educação	Anos de escolaridade	$1/3 \div 2 = 16,7\%$
	Frequência escolar infantil	$1/3 \div 2 = 16,7\%$
Padrão de vida	Destinação do lixo	$1/3 \div 3 = 11,1\%$
	Esgotamento sanitário	$1/3 \div 3 = 11,1\%$
	Propriedade de ativos	$1/3 \div 3 = 11,1\%$

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados dos censos demográficos.

Para identificar os indivíduos multidimensionalmente pobres, deve-se somar as carências de cada um para obter posteriormente a carência total (c) correspondente a cada indivíduo. Com o intuito de diferenciar os pobres dos não pobres no IPM, admite-se como ponto de corte da pobreza (k) o valor de 33,3% correspondente à terça parte dos indicadores ponderados. Ou seja, o corte determinado para a identificação dos indivíduos pobres é de que haja privação em, pelo menos, 33,3% dos indicadores. Desta forma, assumir-se-á os seguintes critérios:

- i) Se $c \text{ for } \geq 33,3\%$ os indivíduos são considerados pobres multidimensionalmente;
- ii) Se $c \text{ for } \geq 15\% \text{ e } < 33,3\%$ os indivíduos são considerados vulneráveis ou em risco de cair em situação de pobreza multidimensional;
- iii) Se $c \geq 48\%$ os indivíduos sofrem de pobreza multidimensional extrema.

3.4 Tipologias Sócio-Ocupacionais

Para a análise da estrutura social da Região Metropolitana de Belém foi empregada a metodologia elaborada pelo Observatório das Metrôpoles tanto para o conjunto da população regional, quanto para o contingente de pessoas em situação de privação multidimensional. A seguir é apresentado tal metodologia e como foi empregada para a RMB.

3.4.1 Tipologia Sócio-ocupacional da população total da Região Metropolitana de Belém

De acordo com Lima et al. (2015, p. 148), o esquema de estratificação baseado na concepção de espaço social, construído pelo Observatório das Metrôpoles, analisa a estrutura social a partir da "posição dos agentes ou grupos de agentes no espaço social". Para isso, o trabalho, que é uma parte central na estrutura e no funcionamento da sociedade, foi empregado na construção da hierarquia social expressa por meio de uma tipologia socioespacial. Assim, a ocupação, como definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi utilizada como variável principal para análise do espaço social, que serviu como *proxy* da estrutura social (CARDOSO et al., 2006).

Na primeira fase de construção da tipologia foi adotada a concepção de Sorokin (1927) para a classificação dos grupos ou classes sociais que orientou a “descrição das estruturas socioespaciais, sua dinâmica de organização e a respectiva avaliação, através de um sistema de categorias sócio-ocupacionais”, empregando as ocupações elaboradas pelo IBGE usadas nos censos demográficos e nas pesquisas domiciliares (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 25).

Para a construção das categorias sócio-ocupacionais, utilizou-se, inicialmente, a divisão clássica de classes: detentores de capital versus despossuídos de capital. Posteriormente, são feitos "sucessivos cortes entre grande capital e pequeno capital, trabalho manual e trabalho não-manual, trabalho formal e trabalho informal e entre setores econômicos (secundário versus terciário, moderno versus tradicional)"(CARDOSO et al., 2006). Além disso, outros atributos foram usados para auxiliar na identificação das diferentes posições no espaço como são os casos do "nível de renda, escolaridade, qualificação, setor de atividade econômica (tradicional ou moderna), setor institucional (público ou privado) e tamanho do empreendimento (para o grupo de empregadores)"(LIMA et al., 2015, p. 148).

Os critérios utilizados para a elaboração de uma estratificação social, conforme os princípios teóricos orientadores e a formação social da sociedade brasileira, foram os seguintes (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 23-25):

1. Relação capital vs. trabalho: ser proprietário ou não da atividade econômica é a principal característica que define a posição dos indivíduos no processo de produção. Os indivíduos

são divididos entre aqueles que são empregadores ou trabalham por conta-própria e aqueles que são empregados.

2. Trabalho manual vs. trabalho não-manual: exercer ocupação manual difere socialmente de ocupação não-manual, isto ocorre porque geralmente se exige algum grau de escolaridade para a ocupação não-manual (nível médio ou nível superior).
3. Trabalho de comando vs. trabalho subordinado: há diferenças importantes entre as ocupações que exercem atividade de comando (direção, gerência e supervisão) daquelas ocupações subordinadas, que são comandadas por outras pessoas. Entre as ocupações de comando, há diferenças se a atividade é exercida em grandes ou em pequenas em empresas.
4. Trabalho público vs. trabalho privado: outro critério utilizado para diferenciar as ocupações é entre aquelas ocupações que se realizam no setor público e aquelas que se realizam no setor privado, tendo em vista que esse critério seja demarcador de posições sociais diferenciadas na sociedade brasileira.

Com esses critérios estabelecidos, foi definida a estratificação social composta por 24 categorias sócio-ocupacionais, que são agrupadas em 8 grandes grupos sócio-ocupacionais, ou mesmo, segundo a classe social a que pertence (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 23-25). A Figura 3 mostra essas categorias.

Para a construção da tipologia sócio-ocupacional foram empregadas a análise de correspondência e a análise de *clusters*. Na análise de correspondência, com o intuito de medir o grau de associação das variáveis, os dados formam uma matriz na qual foram plotadas as áreas territoriais da localidade estudada e as categorias da estratificação sócio-ocupacional. Desta forma, cada elemento da matriz é composto pelo número de pessoas ocupadas de cada área territorial correspondente a cada categoria sócio-ocupacional. Ao reduzir as informações de um amplo conjunto de variáveis (categorias sócio-ocupacionais) em fatores (eixos ou dimensões), cada fator corresponde ao relacionamento existente entre as variáveis (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 26).

O passo seguinte é realizar a análise de *cluster* para a definição do número de agrupamentos (ou *clusters*) que dependerá das variâncias intra-classe e inter-classe. Quanto menor for a variância intra-classe, mais homogêneo será o agrupamento formado, significando que os indivíduos pertencentes a cada agrupamento apresentam características muito semelhantes, e, por sua vez, a variância inter-classe será muito grande já que os diferentes agrupamentos serão mais heterogêneos entre si. Situação contrária ocorrerá quanto maior for a variância intra-classe. Com a preocupação de formar agrupamentos homogêneos no seu interior e heterogêneos entre si, o critério utilizado será definir a variância intra-classe em torno de 25% e a variância inter-classe em torno de 75% (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 27).

Figura 3 – Agregados e categorias sócio-ocupacionais

Agregados sócio-ocupacionais	Categorias sócio-ocupacionais
Dirigentes	Grandes Empregadores
	Dirigentes do Setor Público
	Dirigentes do Setor Privado
Profissionais de nível superior	Profissionais Autônomos de Nível Superior
	Profissionais Estatutários de Nível Superior
	Profissionais Empregados de Nível Superior
	Professores de Nível Superior
Pequenos empregadores	Pequenos Empregadores
Ocupações médias	Artistas e similares
	Ocupações de Supervisão
	Ocupações de Escritório
	Ocupações Técnicas
	Ocupações da Saúde e Educação
	Ocupações da Justiça, Segurança Pública e Correios
Trabalhadores do terciário especializado	Trabalhadores do Comércio
	Prestadores de Serviços Especializados
Trabalhadores do secundário	Trabalhadores da Indústria Moderna
	Trabalhadores da Indústria Tradicional
	Trabalhadores dos Serviços Auxiliares
	Operários da Construção Civil
Trabalhadores do terciário não-especializado	Prestadores de Serviços Não Especializados
	Ambulantes e Biscateiros
	Trabalhadores Domésticos
Trabalhadores agrícolas	Agricultores

Fonte: RIBEIRO, RIBEIRO (2013).

Após a realização destes procedimentos, está encerrada a tarefa de construção da tipologia sócio-ocupacional, em que cada agrupamento corresponderá a um tipo dessa tipologia. Como os diferentes tipos corresponderão às áreas de ponderação obtidos pela malha cartográfica do censo demográfico, foi possível plotar em um mapa a tipologia para verificar como se apresenta a organização social do território analisado (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 28), que neste caso é a Região Metropolitana de Belém.

3.4.2 Tipologia sócio-ocupacional da população em situação de pobreza multidimensional da RMB

Para a construção da tipologia sócio-ocupacional da população em situação de pobreza multidimensional, procedeu-se, inicialmente, à estimação dos índices de pobreza multidimensional conforme os mesmos procedimentos adotados para o conjunto da população regional.

O primeiro passo foi a identificação dos indivíduos em situação de pobreza multidimensional conforme descrito nas seções anteriores. Para isso, definiu-se os indicadores a serem usados na construção do índice multidimensional e a linha de corte para cada dimensão conforme

procedimento adotado para a população total. Em seguida, usou-se o corte da pobreza (k), que é o segundo ponto de corte, para identificar os indivíduos em situação de privação multidimensional, conforme a metodologia de Alkire-Foster, correspondendo ao escore mínimo de privação que uma pessoa deve ter para ser classificada como pobre.

Na etapa de agregação das informações sobre pobreza multidimensional, que é o passo seguinte, desconsiderou-se as privações das pessoas não pobres, significando que, se uma pessoa i não foi identificada como em situação de pobreza, suas privações foram censuradas. Para isso, retirou-se da matriz de privações (ponderada) líquida ($\bar{g}^0$) os indivíduos cujas privações não os caracterizam como pobres aplicando-se, para isso, a função de identificação ao vetor de pontuação de privação censurada $c(k)$ usado para definir os pobres. Desta forma, excluiu-se todos os elementos iguais a zero correspondentes às pessoas consideradas não pobres.

Definida a população considerada em situação de privação multidimensional, passou-se a utilizar os procedimentos para a construção da tipologia sócio-ocupacional para a população em situação de pobreza multidimensional. Para isso, empregou-se, inicialmente, os critérios utilizados para a elaboração da estratificação social, já mencionada anteriormente, quais sejam: relação capital vs. trabalho, trabalho manual vs. trabalho não-manual, trabalho de comando vs. trabalho subordinado e trabalho público vs. trabalho privado. A estratificação social construída foi distribuída em 24 categorias sócio-ocupacionais e agrupadas em 8 grandes grupos sócio-ocupacionais de acordo com a classe social a que cada pessoa pertencia.

As análises de correspondência e de *clusters* foram empregadas para a construção da tipologia sócio-ocupacional para formar os agrupamentos que caracterizam a população em estudo. Na análise de correspondência, para medir o grau de associação entre as variáveis, os dados foram organizados em uma matriz que relaciona as áreas territoriais com as categorias de estratificação sócio-ocupacional da área em estudo. Cada elemento dessa matriz representa o número de pessoas ocupadas em uma área territorial específica, correspondente a uma determinada categoria sócio-ocupacional.

A análise de *clusters* tem a função de definir o número de agrupamentos conforme as variâncias intra-classe e inter-classe. Para formar agrupamentos homogêneos no seu interior (variância intra-classe) e heterogêneos entre si (variância inter-classe), o critério utilizado foi definir a variância intra-classe em torno de 25% e a variância inter-classe em torno de 75%, conforme adotado para o conjunto da população regional. Desta forma, construiu-se a tipologia sócio-ocupacional da população em situação de pobreza multidimensional para os anos de 2000 e 2010.

Após este detalhamento dos procedimentos metodológicos, o próximo capítulo tratará das características da população da Região Metropolitana de Belém.

4 ÍNDICES DE POBREZA MONETÁRIA E MULTIDIMENSIONAL: A EXPERIÊNCIA DA RMB

Este capítulo tem por objetivo apresentar a análise da pobreza sob os enfoques monetário e multidimensional. O capítulo é dividido em três tópicos. O primeiro trata da apresentação e discussão dos resultados da pobreza monetária por meio, principalmente, das taxas de incidência. O segundo tópico mostra os resultados da pobreza multidimensional. O terceiro tópico, por fim, procura fazer uma análise inicial sobre os aspectos mais desagregados das situações de privação monetária e multidimensional empregando, para isso, algumas áreas de ponderação selecionadas.

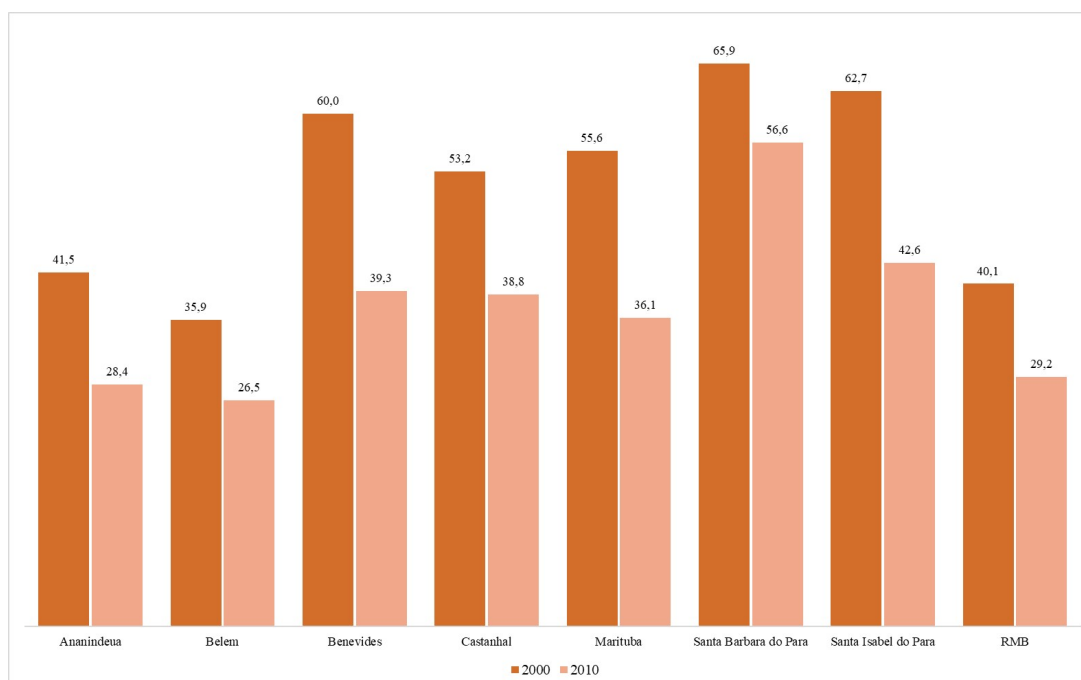
4.1 A pobreza monetária

A evolução da pobreza monetária na RMB no primeiro decênio do século XXI revelou uma queda de aproximadamente 30% na proporção de pobres para o conjunto regional, passando de 40,1% para 29,2%, conforme mostrado na Figura 4.

Diversos autores, como Rocha (2006), IPEA (2012), Rocha (2013), Fahel, Teles e Caminhas (2016), Oliveira e Lima (2019), dentre outros, afirmam que na primeira metade dos anos 2000 ocorreu redução nos indicadores de pobreza do país, inclusive dos índices de extrema pobreza, em decorrência de condições econômicas e políticas públicas favoráveis. A partir de 2003, cerca de 20 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza absoluta no Brasil quando se considera a renda como parâmetro. Esse resultado também foi acompanhado por significativas melhorias nas condições de vida da população brasileira, como a melhora no acesso a serviços públicos, maior formalização do mercado de trabalho, elevação da oferta de crédito e redução dos preços de bens duráveis.

Como afirma Rocha (2013, p.15), o período que compreende os anos 2003 a 2011 foi marcado por três fatores que tiveram impacto direto sobre a redução da pobreza no Brasil sob o ponto de vista da renda: o comportamento do mercado de trabalho, a política de valorização do salário mínimo e a expansão das transferências de renda assistenciais. Estes fatores contribuíram concomitantemente para aumentar a renda das famílias brasileiras, em geral, e beneficiar preponderantemente as mais pobres. Em consequência, nesse período, a proporção de pobres no país cai em mais da metade, de 22,6% para 10,1%, declinando sistematicamente ao longo de todo o período, até mesmo em 2009, ano marcado pelo auge da crise financeira internacional.

Rocha (2013, p.15) comenta ainda que a evolução favorável da pobreza resulta, naturalmente, do aumento sustentado da renda, potencializado pelo declínio da desigualdade. Embora a desigualdade de renda tenha começado a declinar em 1997, seu ritmo de queda praticamente dobra no período 2003-2011. Seus achados corroboram as afirmações de IPEA (2012): a partir de 2003, após o fim da recessão, o Brasil retomou seu crescimento de tal forma que alcançou uma taxa acumulada, em 2011, de 40,7%. Assim, o crescimento econômico associado à forte

Figura 4 – Região Metropolitana de Belém - Taxa de incidência da pobreza monetária por município (%) - 2000/2010

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

redução da desigualdade de renda contribuíram para queda da pobreza no país.

No final dos anos 2000, de acordo com IPEA (2012), a desigualdade de renda brasileira, medida pelo índice de Gini, atingiu o mais baixo nível da série histórica, passando de 0,610 em 2001 para 0,539 em 2009. Na RMB também foi constatada queda na desigualdade de renda (0,63 para 0,61 entre 2000 e 2010), no entanto ela foi bem menos expressiva do que a registrada no conjunto do território nacional e, inclusive, o diferencial entre as duas regiões foi ampliado significativamente no período.

O comportamento dos indicadores de pobreza monetários da RMB acompanharam a tendência de queda observada no país. No entanto, o ritmo dessa queda foi bem menor que o registrado para o conjunto nacional. Enquanto o Brasil contou com redução da incidência da pobreza de renda superior a 50% durante a década de 2000, na RMB ela não atingiu 30%. Além disso, os níveis da proporção de pobres da RMB são bem maiores que os nacionais. Portanto, os efeitos da conjuntura econômica nacional parecem ter contribuído positivamente para a diminuição da pobreza metropolitana, no entanto os níveis registrados na RMB ainda permanecem bastante elevados.

Em relação aos municípios metropolitanos, em 2000, quase todos apresentavam proporção de pobres superior a 50% de sua população residente, apenas Belém e Ananindeua¹ eram

¹ As origens do município de Ananindeua estão profundamente relacionadas a uma dinâmica ribeirinha, que inclui, de um lado, atividades extrativistas ao longo do furo do Rio Maguari, e, de outro, o surgimento de um povoado a partir da instalação de uma estação da antiga Estrada de Ferro de Bragança, em 1908. Em 1938, Ananindeua foi elevada à categoria de Distrito da capital paraense e, em 1943, a município por meio do Decreto-Lei Estadual

exceções. Santa Bárbara do Pará², Santa Izabel do Pará³ e Benevides⁴ eram aqueles com as maiores taxas de incidência. Nesses municípios, em torno de 40% da população residente estava fora da condição de pobreza quando se considera a renda como principal indicador.

Em 2010, ocorreu uma redução generalizada nos níveis de incidência da pobreza monetária nos municípios metropolitanos quando comparado com 2000, de forma que apenas um município continuava com mais de 50% de sua população enquadrada em situação de pobreza (Santa Bárbara do Pará). Os municípios que contaram com as mais fortes reduções no período analisado foram Marituba⁵, Benevides, Santa Izabel do Pará e Ananindeua. Por outro lado, Santa Bárbara do Pará foi o que apresentou a menor queda deste indicador no período analisado.

O município de Santa Bárbara do Pará, emancipado em ano recente ao período aqui analisado, de acordo com Soares (2022, p.122), até os dias atuais, historicamente, tem servido como um dos destinos para populações de baixa renda, principalmente vinculadas ao processo de invasão e sucessão em áreas centrais de Belém. Esse fenômeno se intensificou após a superação da Primeira e Segunda Léguas Patrimoniais. Santa Bárbara do Pará possui uma relevância no processo de ocupação do território, pois, devido à sua infraestrutura limitada e ao difícil acesso a serviços, torna-se "atraente" para grupos socialmente menos favorecidos. Desde a década de 1990, esse município tem se consolidado como um espaço de dispersão de moradias precárias na Região Metropolitana de Belém. No mesmo sentido, é o que observa Mendes (2018, p. 112) ao afirmar que, entre 1991 e 2008, surgiram dez novos assentamentos com condições precárias no

No. 4.505, de 30 de dezembro (MENDES, 2018).

² Santa Bárbara era um distrito do município de Benevides, tendo se emancipado em 1991 (Lei No. 5.693, de 13 de dezembro). De acordo com Mendes (2018), essa emancipação ocorreu após a pavimentação da rodovia PA-391, que permite o acesso à Ilha de Mosqueiro (local com muitas praias e destinos turísticos), e que corta a sede municipal. Devido à proximidade com Belém, a Baía do Guajará e vários rios e furos na região, historicamente atraiu grupos tradicionais que ali se instalavam. Soares (2022), por sua vez, afirma que, apesar de ser um município relativamente recente, sua ocupação é antiga remontando ao ano de 1938 quando foi criado o distrito denominado de Araci (Decreto-lei estadual No. 2.972, de 31/03/1938) subordinado à época ao município de Santa Isabel.

³ Santa Izabel do Pará tornou-se município em 30 de dezembro de 1931, com território desmembrado de Belém e Castanhal. Em 1932, o município foi extinto. No ano seguinte, o município foi reestruturado pelo Decreto estadual No 1.110, sendo reinstalado em 07 de janeiro de 1934. As mudanças nas estruturas administrativas de Santa Izabel do Pará, segundo Ferreira (2003, apud MENDES, 2018, p.115), estão relacionadas ao crescimento populacional ligado à Estrada de Ferro de Bragança. No entanto, sua origem como colônia agrícola para imigrantes é anterior à ferrovia. Fundada em 1878, a colônia de Santa Izabel de Benevides (como ficou conhecida à época da fundação) experimentou um período de auge com a chegada de imigrantes nordestinos, seguido por um declínio devido ao abandono do local. No início do século XX, com a instalação da ferrovia e a necessidade de colonizar a Zona Bragantina, imigrantes japoneses e portugueses se estabeleceram na região. Em 1928, os imigrantes japoneses contribuíram para o desenvolvimento agrícola do povoado, especialmente no cultivo da pimenta-do-reino (MENDES, 2018).

⁴ De acordo com Mendes (2018), Benevides surge como uma colônia agrícola na área de influência da antiga Estrada de Ferro de Bragança. Fundado em 1878 como povoado vinculado à Belém, o núcleo fica a trinta e três quilômetros da capital estadual. Em 1943, com a criação do município de Ananindeua, passa a fazer parte desse novo município. Em 1961, foi emancipado de Ananindeua com a promulgação da Lei Estadual No. 2.460.

⁵ Marituba, localizada a 16 Km de Belém, surgiu de uma vila operária vinculada à Estrada de Ferro de Bragança. Fundada em 1907, inicialmente parte do município de Belém, Marituba passou a integrar Ananindeua em 1943 e, em 1961, tornou-se parte do município de Benevides. Sua emancipação ocorreu em 1994, após um plebiscito que refletiu a luta por melhores condições de vida (FERREIRA, 2003; TRINDADE JR., 1998; MENDES, 2018).

município.

A Figura 5 apresenta as taxas de incidência da pobreza monetária distribuída por áreas de ponderação da RMB. Constatou-se claramente a redução da incidência de pobreza monetária como observado no nível municipal no período 2000 a 2010. As unidades geográficas com as mais reduzidas proporções de pobres sob a ótica da renda (até 15%), em 2000, estavam localizadas apenas no município de Belém como são os casos do Marco, Umarizal, Batista Campos/Jurunas/Nazaré/Cremação, Centro Histórico e Guamá/São Brás/Canudos.

No mesmo ano, a incidência da pobreza monetária entre 30% e 50% contava com o maior número de áreas de ponderação, representando 1/3 das áreas da RMB. Encontravam-se nessas faixas áreas localizadas apenas nos municípios de Belém e Ananindeua. Na Capital, elas ficavam mais ao sul do município, a oeste da linha da Primeira Léguas Patrimonial e na área de expansão do município⁶. Em Ananindeua, enquadravam-se nesta categoria as áreas de ponderação Paar, Jaderlândia, 40 Horas, Centro/Geraldo Palmeira, Guanabara/Atalaia, Guajará/Maguari/Cajuí e Coqueiro. Boa parte delas, localizadas no município de Ananindeua, estão nas proximidades do traçado da Rodovia BR-316.

Em 2000, havia um número expressivo de unidades geográficas com elevada proporção de pobres. Aproximadamente 40% das áreas de ponderação tinham mais de 50% de pessoas em situação de pobreza monetária. Todos os municípios, com exceção de Marituba, tinham pelo menos uma área de ponderação com mais de 60% de pobres em sua população. As unidades geográficas com os mais elevados níveis de incidência encontravam-se em Jaderlândia/Bom Jesus/Santa Catarina/Santa Lídia/Cariri, Área rural 02 de Castanhal e Município de Santa Bárbara do Pará.

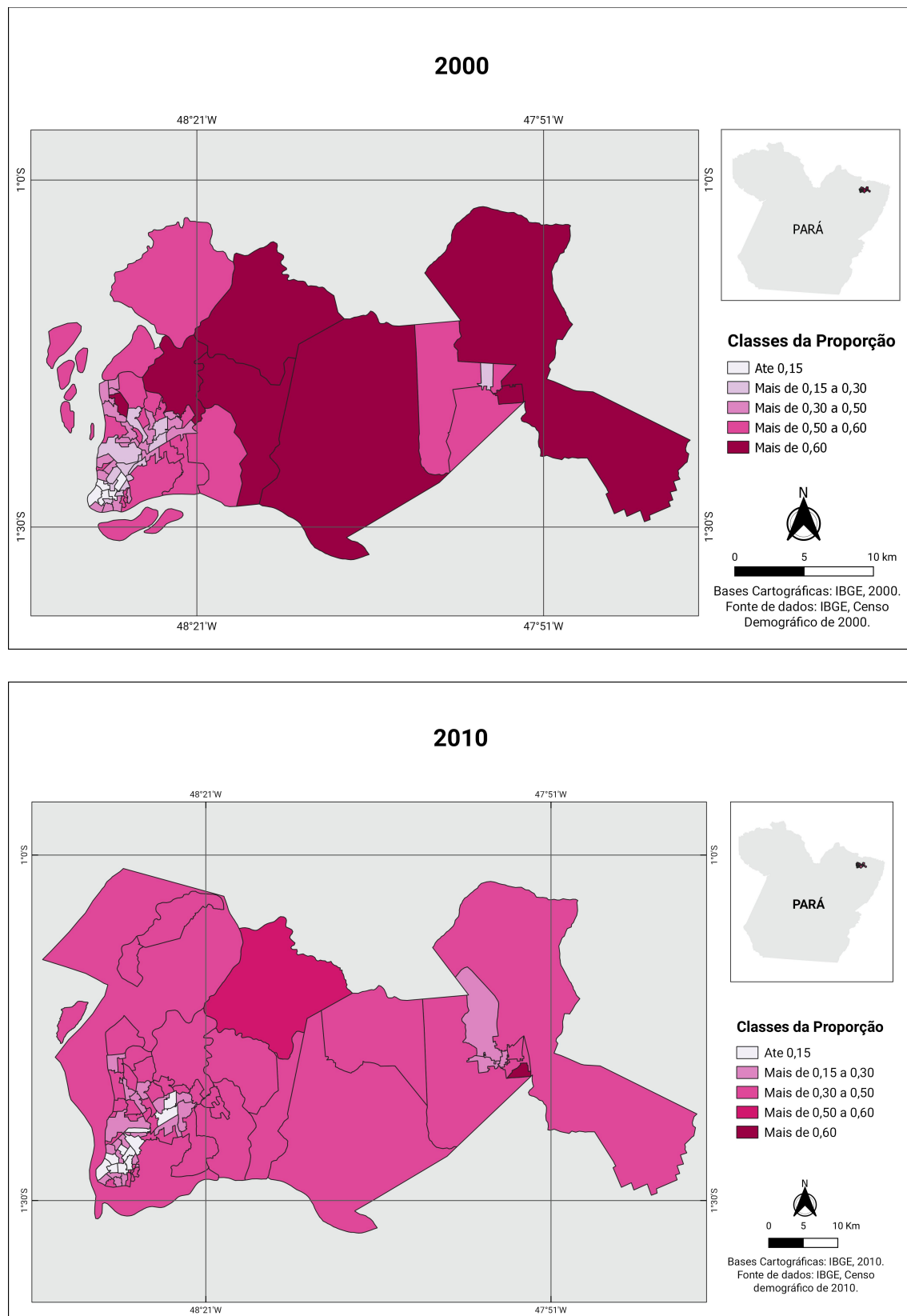
Em 2010, a tendência de declínio das taxas de incidência da pobreza monetária na RMB nas áreas de ponderação também são claramente observadas nos mapas. As faixas mais baixas de incidência tiveram aumentada sua participação relativa, enquanto as faixas de incidência mais elevadas tiveram redução expressiva. O "clareamento" na parte central da RMB nos municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Izabel do Pará ilustra esta situação nos mapas. Em Castanhal⁷, também houve redução expressiva da proporção de pobres (parte leste do município).

Nesse ano, havia apenas duas áreas de ponderação na região metropolitana que ainda superavam os 50% de pobres em suas populações. Eram elas: Santa Bárbara do Pará e Jaderlândia em Castanhal. Os valores destas áreas eram bem inferiores aos maiores percentuais de pobres do ano anterior, que alcançaram mais de 70%. Estas duas unidades geográficas (com valores

⁶ A área de expansão do município de Belém compreende o distrito de Icoaraci, a Ilha de Mosqueiro e a parte sul de Ananindeua.

⁷ A origem do município de Castanhal remonta a um povoado formado por colonos e imigrantes nordestinos voltado para o comércio agrícola, impulsionado pela Estrada de Ferro de Bragança. A chegada da ferrovia foi um fator crucial para seu desenvolvimento. Assim, o Núcleo de Castanhal, por meio da Lei No. 646, de 1899, tornou-se uma Vila, sendo sua instalação oficial realizada em 15/08/1901. Castanhal foi elevado à categoria de município pelo Decreto Estadual No. 600, em 1932, desmembrando-se de Belém ((IBGE), ; MENDES, 2018).

Figura 5 – Região Metropolitana de Belém - Taxa de incidência da pobreza monetária por área de ponderação - 2000/2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

superiores a 50% de pobres) representavam em 2010 apenas 2,7% do total de áreas da região metropolitana, diferentemente do que ocorreu em 2000 quando atingiram aproximadamente 40% do total. Assim, fica claro que ocorreu redução da proporção de pobres nas áreas de ponderação na RMB sob o enfoque da renda no período 2000 a 2010.

A análise da pobreza que se limita a um indicador monetário permite apenas a identificação do volume de pessoas que estão em situação de pobreza e não consegue identificar a intensidade com que as pessoas estão sujeitas a ela. Além disso, a estimação da pobreza por este indicador pode levar tanto a superestimação, quanto a subestimação do contingente de pobres. A superestimação pode ocorrer, por exemplo, nas áreas rurais quando os indicadores baseados exclusivamente na insuficiência de renda não consideram o valor dos rendimentos oriundos do autoconsumo. Por outro lado, os indicadores que se baseiam unicamente na renda podem não conseguir captar toda amplitude da pobreza devido à diversidade existente entre as pessoas que estão sob esta condição (SEN, 2000). Por estas razões é fundamental levar em consideração na análise da pobreza outros elementos que podem explicar melhor os níveis de pobreza experimentados por uma população. É o que será feito a seguir com a análise da pobreza multidimensional.

4.2 A Pobreza multidimensional

A Tabela 1 apresenta os indicadores que compõem as estimativas do índice de pobreza multidimensional para a RMB, como a taxa de incidência (H), a intensidade da pobreza (A) e o próprio IPM para os anos de 2000 e 2010 distribuídos por municípios.

Em relação à taxa de incidência da pobreza multidimensional⁸, as estimativas indicam que no período 2000/2010 houve um pequeno aumento nesse indicador para o conjunto da RMB, da ordem de 2,1%. O nível de incidência que já era muito elevado, em 2000, tornou-se ainda maior em 2010, de forma que superou os 50% da população residente.

Comparando a incidência metropolitana com a do Brasil em períodos próximos, conforme estudos sobre a pobreza multidimensional que adotam a metodologia de Alkire e Foster e dimensões semelhantes as deste estudo, constatou-se que os níveis metropolitanos encontravam-se muito acima dos nacionais, como pode ser visto pelos trabalhos de Serra (2017) e Silva, Bruno e Silva (2020). De acordo com Serra (2017), em 2010, a proporção dos pobres multidimensionais no país atingiu 21,9%. Silva, Bruno e Silva (2020), por sua vez, afirmam que a taxa de incidência brasileira passou de 27,1% em 2004 para 21,3% em 2009.

A tendência de aumento da incidência não foi acompanhada por todos os municípios metropolitanos no período analisado. Apenas Benevides e Santa Bárbara do Pará tiveram desempenho semelhante ao do conjunto da RMB. Todos os demais municípios contaram com

⁸ A taxa de incidência é a proporção da população multidimensionalmente pobre em relação à população total de determinada localidade.

Tabela 1 – Região Metropolitana de Belém - Taxa de incidência da pobreza multidimensional, Intensidade da pobreza e Índice de Pobreza Multidimensional por município - 2000/2010

Região/Município	Taxa de incidência (H)		Intensidade da Pobreza (A)		IPM	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
RMB	49,37	50,40	49,20	43,68	24,29	22,01
Ananindeua	59,26	58,39	49,96	44,56	29,61	26,02
Belém	40,57	36,80	46,82	42,20	19,00	15,53
Benevides	61,37	62,81	51,91	43,03	31,86	27,02
Castanhal	69,59	67,09	53,27	44,74	37,07	30,01
Marituba	84,88	74,27	55,27	44,46	46,91	33,02
Santa Bárbara do Pará	68,45	72,98	51,62	44,39	35,33	32,40
Santa Izabel do Pará	68,47	64,26	54,19	45,80	37,10	29,43

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

comportamento oposto.

No período 2000/2010, todos os municípios apresentaram incidência da pobreza multidimensional superior a 55% da população residente, a exceção de Belém. Este município contava, em 2000, com 40,6% de sua população em situação de privação e, em 2010, caiu para 36,8%. Apesar da queda, o nível desse indicador ainda pode ser considerado muito elevado quando comparado com os níveis nacionais mostrados anteriormente.

Dos municípios metropolitanos, Marituba⁹ foi o que atingiu os níveis mais elevados de incidência. Neste município, em 2010, apenas 25,7% de sua população estava fora da condição de pobreza multidimensional. Este município foi o que contou com a mais expressiva redução na incidência monetária durante o período analisado. Porém, quando se considera a evolução do rendimento real domiciliar *per capita*, percebe-se que Marituba foi o município metropolitano que, no período analisado, contou com o mais baixo crescimento. Portanto, os ganhos no rendimento domiciliar *per capita* sozinho não explicaria a evolução positiva da incidência da pobreza multidimensional municipal. No entanto, o aumento da proporção de pessoas ocupadas de, aproximadamente, 90% pode ter jogado papel importante nessa evolução.

Em Marituba, a maior participação de pessoas ocupadas estava ligada, principalmente, às atividades da construção civil. Os programas governamentais Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cuja implementação teve início na segunda metade dos anos 2000, tiveram impacto significativo sobre este setor em todo o país. Conforme afirmam Lima et al. (2013) e Avelar et al. (2013), esses programas contribuíram para o aquecimento do setor da construção civil da região metropolitana na medida em que foram

⁹ Com o crescimento da Vila e a abertura da Rodovia BR-010, Marituba começou a se consolidar como um destino de expansão metropolitana, alcançando uma população de 49.322 habitantes em 1996. Esse crescimento incluía 13 ocupações espontâneas até a década de 1980, totalizando cerca de 25 mil habitantes, e outras 24 ocupações na década de 1990, elevando a população a mais de 51.000, ainda como distrito de Benevides. A emancipação de Marituba ocorreu em 1994, após um plebiscito que refletiu a luta por melhores condições de vida. Na época, a cidade tinha 47 ocupações. Elas surgiram como respostas aos problemas urbanos, e Marituba, com suas áreas desocupadas, se tornou um importante foco de expansão urbana na RMB nos anos 2000 (FERREIRA, 2003; TRINDADE JR., 1998; MENDES, 2018).

realizadas diversas obras nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura. Marituba recebeu o maior número de empreendimentos do segmento habitacional na região metropolitana, só inferior a Ananindeua. Naquele município foram construídos vários conjuntos habitacionais para diversos segmentos de renda da população. Mercês (2013) comenta que, dos empreendimentos contratados até início de 2011, Marituba recebeu quatro (4) dos doze (12) empreendimentos habitacionais para o segmento de até 3 salários mínimos de renda familiar mensal e três (3) dos 20 na faixa de 3 a 10 salários mínimos.

Todos estes investimentos realizados em Marituba contribuíram para a ampliação do número de pessoas recebendo rendimentos ao longo do período analisado. Este fator associado ao aumento do valor dos rendimentos domiciliares *per capita*, mesmo que não tão elevado quando comparado com os demais municípios metropolitanos, e à melhoria da infra-estrutura urbana e de saneamento no município, em consequência dos investimentos referidos acima, foram importantes para auxiliar a redução na proporção de pobres multidimensionais em Marituba entre 2000 e 2010.

Santa Bárbara do Pará apresentou comportamento contrário à maioria dos municípios metropolitanos. De 2000 a 2010, observou-se aumento da taxa de incidência da pobreza multidimensional neste município. De forma que atingiu patamar muito próximo ao de Marituba em 2010 (73%). Entre os municípios metropolitanos, Santa Bárbara do Pará é o de menor quantitativo populacional, com presença significativa de áreas em condições de precariedade.

De acordo com Mendes (2018), as transformações que ocorreram na região metropolitana a partir do seu principal centro pouco afetaram Santa Bárbara quando considerado sua incorporação em termos da oferta de serviços, número de agências bancárias, atividades comerciais, entre outros aspectos. Isto pode estar relacionado ao fato de que o município de Santa Bárbara seja o mais ruralizado entre os membros da RMB, com um grau de urbanização que variou de apenas 35,2% para 31,8% no período em análise. Além disso, Mendes (2018) afirma ainda que a cidade de Santa Bárbara do Pará passou a receber significativos contingentes de pessoas em situação de pobreza expulsas do centro metropolitano a partir da abertura da Rodovia PA-391 e que "aqueles que possuíam um vínculo maior com o espaço agrário assentaram-se no núcleo populacional que se formava"(p. 111).

Além de Santa Bárbara, o município de Benevides¹⁰ também apresentou aumento na taxa de incidência no período em análise, porém bem inferior ao observado pelo outro município, atingindo, em 2010, nível de 62,8%.

Mendes (2018) aponta que as crises econômicas globais, especialmente as da década de

¹⁰ De acordo com Mendes (2018), no período da criação do município, "Benevides tinha dois importantes distritos, Benfica e Santa Bárbara, que surgem de engenhos e vinculados às atividades agrícolas realizadas por nordestinos e outros estrangeiros, como franceses e canadenses. Com o passar dos anos, o município se constituiu como um importante núcleo urbano, impactado com a abertura da rodovia Belém-Brasília em 1960. [...] A rodovia pouco impactou na forma do centro desse município, no entanto provoca a chegada e, consequentemente, a ocupação de nordestinos na cidade"(p. 108).

1990, impactaram o Brasil e contribuíram para o aumento da pobreza urbana em Benevides, que, naquele período, passou a fazer parte da Região Metropolitana. Entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, ocorreram dezessete desapropriações de terrenos pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA) e pela prefeitura de Benevides, onde viviam populações de baixa renda em ocupações espontâneas. Essas ocupações evidenciam a expansão dos assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém durante as décadas de 1990 e 2000. Dessa forma, de acordo com o autor, dois fatores essenciais para compreender a reestruturação de Benevides e sua inserção na dinâmica metropolitana são: a transformação econômica do país e os "novos" espaços de assentamento que surgiram no município a partir dos anos 2000 (p. 110).

Com a tendência verificada nos municípios metropolitanos, a taxa de incidência no final do período analisado ainda era extremamente elevada na maioria deles, sendo que em cinco mais de 60% de sua população encontrava-se em situação de pobreza multidimensional. Apenas Belém e Ananindeua estavam fora desse quadro. Ananindeua, no entanto, estava com patamar muito próximo a esse nível.

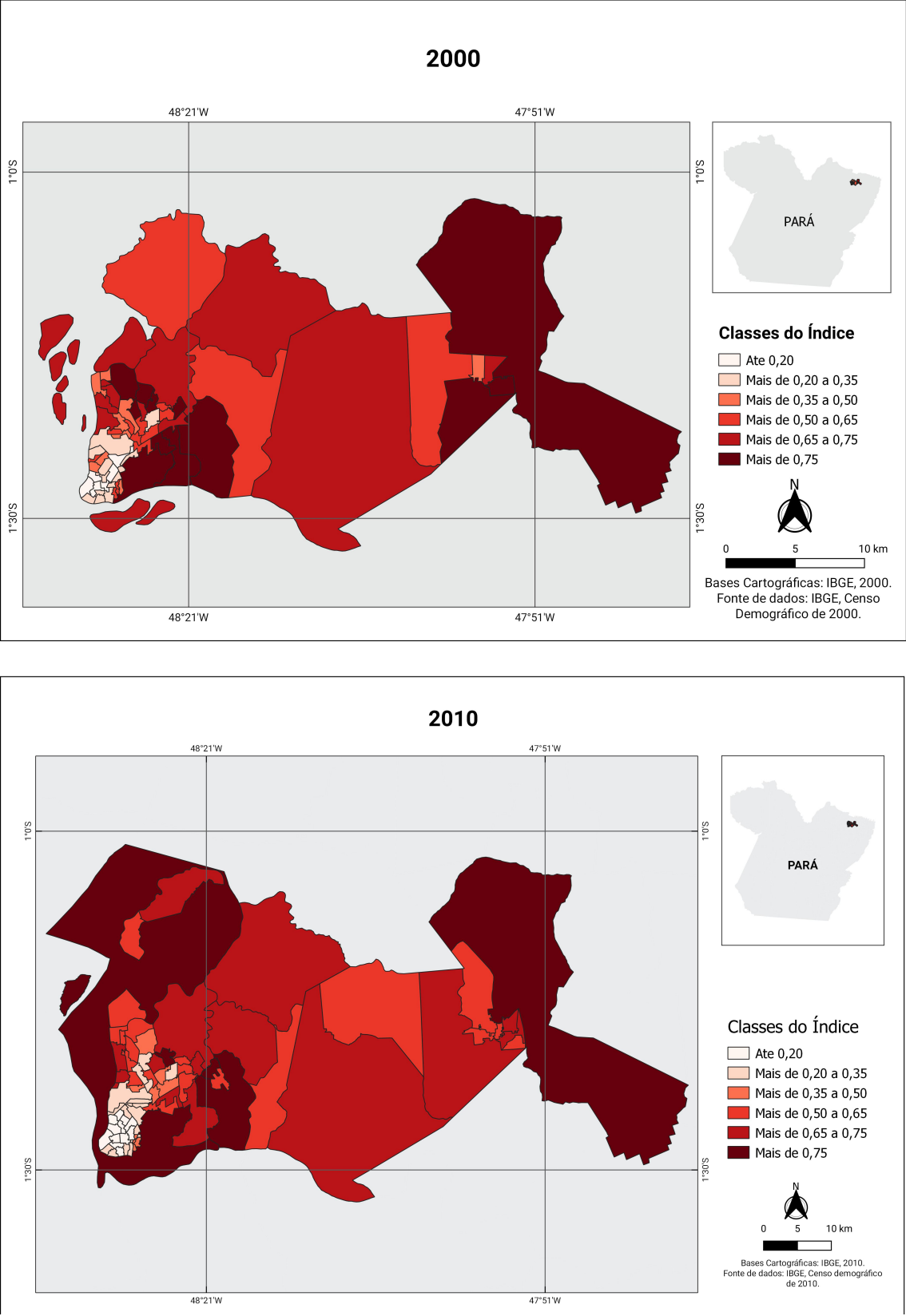
A Figura 6 mostra as taxas de incidência da pobreza multidimensional segundo áreas de ponderação.

No período 2000/2010 houve redefinição das áreas de ponderação dos municípios da Região Metropolitana de Belém, a exceção foi o município de Santa Bárbara do Pará no qual não foi criada nenhuma nova área de ponderação, continuando com apenas uma área. Então, uma das áreas de ponderação que aumentou consideravelmente seu tamanho territorial, apesar de contar com um volume populacional reduzido, foi a que abrange a região das ilhas no município de Belém. Em 2010, esta área passou a contar também com partes dos bairros Águas Lindas, Curió-Utinga e Terra Firme e os bairros Universitário e Aurá. Estes bairros, em 2000, possuíam taxas de incidência extremamente elevadas, acima de 75%. Em 2010, como eles passaram a compor a área de ponderação em que está inserida a região das ilhas (que é uma área territorial extensa), a unidade geográfica toda passou a apresentar taxa de incidência bem mais elevada, até mesmo a que não ostentava esse nível em 2000. Este fato pode ser consequência ou da nova configuração territorial da área de ponderação ou do real aumento do nível de incidência dessa área.

Praticamente todas as áreas de ponderação que exibiam taxas de incidência de até 35% estavam localizadas no município de Belém. Em 2000, encontravam-se circunscritas na região da Primeira Léguas Patrimonial, como são exemplos Guamá/São Brás/Canudos, Centro Histórico e Batista Campos/Jurunas/Nazaré/Cremação, e, em 2010, no Centro Histórico, São Brás, Umarizal e Nazaré. Este grupo de unidades geográficas teve aumentado o seu número, de forma que passou a representar 37% do total de áreas de ponderação em 2010.

As áreas de ponderação com mais de 50% até 65%, em 2000, estavam concentradas, principalmente, nos municípios de Ananindeua, Belém, Benevides e Castanhal. Em Belém e Ananindeua havia o maior número dessas áreas. Em 2010, todos os municípios tinham pelo

Figura 6 – Região Metropolitana de Belém - Taxa de incidência da pobreza multidimensional por área de ponderação - 2000/2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

menos uma área de ponderação nesta faixa de incidência, a exceção era Santa Bárbara do Pará. Belém continuava como o município com maior número de áreas, seguido por Castanhal e Ananindeua. Tanto em 2000, quanto em 2010, esta classe de áreas de ponderação contava com o maior número de unidades no total de áreas. Por outro lado, as unidades geográficas de mais de 75% de incidência tiveram reduzida sua participação no computo total, representando apenas 6,8% no final do período.

A intensidade da pobreza (A)¹¹ no conjunto da Região Metropolitana de Belém também encontrava-se bastante elevada no período 2000/2010 (49,2% e 43,7%). Ao contrário da taxa de incidência da pobreza multidimensional, a intensidade apresentou tendência declinante.

Quando se compara a intensidade da pobreza metropolitana com a do Brasil, percebe-se que a RMB apresentou patamares próximos aos nacionais. É o que afirmam Fahel, Teles e Caminhas (2016). De acordo com os autores, em 2002, as pessoas multidimensionalmente pobres no país eram privadas, em média, 43% dos indicadores analisados; em 2013, este indicador havia sido reduzido para 38%.

Em relação aos municípios, diferentemente do que ocorreu com a taxa de incidência, em que alguns municípios aumentaram os níveis desse indicador no período analisado, todos os componentes da RMB apresentaram tendência de queda da intensidade da pobreza. Apesar disso, os municípios continuavam com patamares muito elevados, todos superiores a 40%.

Marituba foi o município com mais forte queda neste indicador, declinando mais fortemente que a taxa de incidência. Os outros municípios que contaram com mais expressivos decréscimos foram Castanhal e Benevides. Por outro lado, Belém teve a mais fraca redução entre os municípios metropolitanos.

Quanto ao ranking dos municípios em relação à intensidade, Belém contava com o mais baixo nível deste indicador nos anos em análise, porém ainda considerados elevados. Marituba, por sua vez, tinha em 2000 a mais alta intensidade da pobreza na região metropolitana. Porém, devido à forte redução ocorrida no período, passou a apresentar, em 2010, o terceiro menor patamar deste indicador, superando inclusive os municípios de Ananindeua e Santa Bárbara do Pará que, em 2000, ocupavam o segundo e terceiro lugares no ranking de menor intensidade da pobreza. Em 2010, Santa Isabel do Pará tornou-se o município com a situação mais crítica na região.

A Figura 7 mostra a distribuição da intensidade da pobreza multidimensional para o período 2000/2010 por áreas de ponderação.

As áreas de ponderação com os mais baixos níveis de intensidade da pobreza multidimensional (mais de 35% a 40%), em 2000, estavam todas localizadas no município de Belém, dentro dos limites da Primeira Léngua Patrimonial englobando Guamá/São Brás/Canudos e Centro

¹¹ Significa o percentual médio de privações experimentadas pelas pessoas classificadas como multidimensionalmente pobres

Histórico. Em 2010, praticamente todas as áreas de ponderação localizadas dentro dos limites da Primeira Légua Patrimonial passaram a integrar este grupo. Inseriram-se também nesse grupo áreas de ponderação adjacentes aos limites da Primeira Légua, como são os casos da Marambaia, Souza, Sacramento e Cabanagem. Apenas uma área de ponderação não fazia parte do município de Belém, mas de Ananindeua, localizando-se na região centro oeste deste município. Entre 2000 e 2010, houve uma expressiva ampliação do número de áreas nesta classe de intensidade da pobreza: passou de 3,2% para 32,9% do total de unidades geográficas, respectivamente.

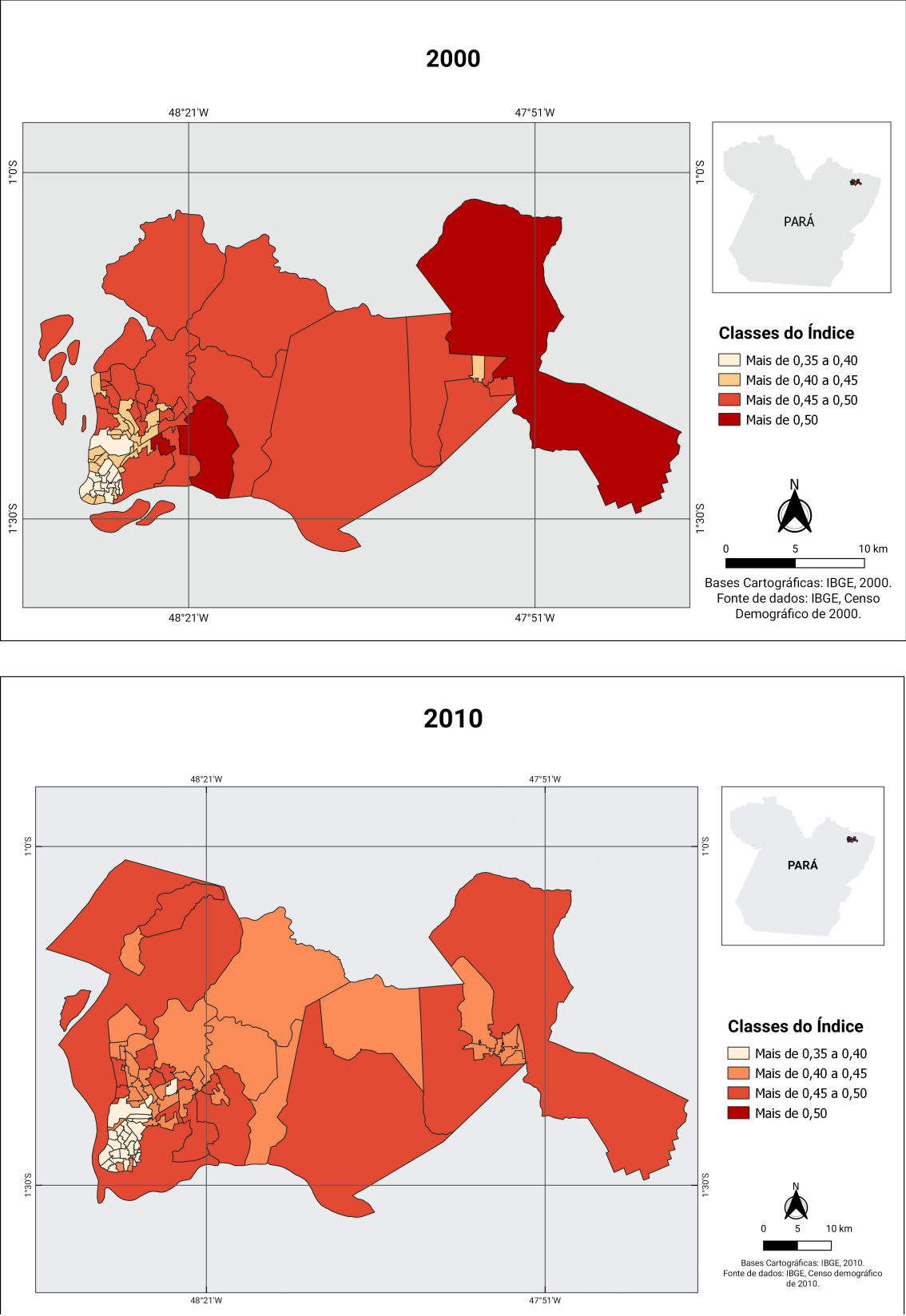
As áreas de ponderação com mais de 40% a 45% de intensidade da pobreza multidimensional, em 2000, estavam localizadas, principalmente, nos municípios de Ananindeua e Belém. Neste município, as unidades geográficas deste grupo localizavam-se na região da Primeira Légua Patrimonial. Em Ananindeua, só havia uma área de ponderação (Cidade Nova). Em 2010, esta classe de intensidade passou a ocupar uma região mais extensa, atingindo todos os municípios metropolitanos. Este grupo de áreas de ponderação correspondia a 47% do total de unidades geográficas, a maior de 2010.

Na Figura 7, chama a atenção o fato de que a classe de áreas de ponderação com os níveis mais elevados de intensidade (mais de 50%) não estavam mais presentes em 2010. Em 2000, ela representava 1/3 das áreas de ponderação da RMB. Isto ilustra, claramente, a redução da intensidade da pobreza no período analisado.

Em relação ao índice de pobreza multidimensional, foi constatada na Região Metropolitana de Belém redução em seus níveis durante os anos em análise, passando de 24,3%, em 2000, para 22%, em 2010. No entanto, quando se compara o IPM regional com o nacional, percebe-se que a RMB registra índices muito mais elevados. É o que mostram Fahel, Teles e Caminhas (2016) e o relatório técnico do MDS/SAGI (SAGI, 2014). De acordo com Fahel, Teles e Caminhas (2016), verifica-se que em 2002 e 2012 o país contava com IPM da ordem de 7% e 2%, respectivamente. Por sua vez, SAGI (2014) mostra que, em 2009 e em 2012, o Brasil apresentou IPM de 3,7 e 2,8%, respectivamente. Ambos os estudos utilizaram a metodologia de Alkire e Foster com dimensões e indicadores semelhantes aos adotados neste trabalho.

De acordo com SAGI (2014, p. 13-14), em um curto espaço de tempo o país conseguiu retirar da situação de pobreza multidimensional praticamente 25% da população que se encontrava nessa condição. "Essa constatação é importante porque nos informa que, aparentemente, a pobreza no país, de caráter estrutural e de difícil solução no âmbito social, vem "respondendo" às políticas públicas e programas ofertados pelo governo na área". No entanto, as políticas públicas que tem contribuído para a retirada de parcela significativa da população brasileira da condição de pobreza multidimensional não parece ter apresentado os mesmos resultados para a RMB, haja vista que os níveis da pobreza multidimensional apresentados por esta região eram muito elevados em comparação com as médias nacionais. Isto significa que os programas de transferência de renda empreendidos pelo governo ao longo da década de 2000, no caso da RMB, não foram suficientes para provocar reduções mais expressivas na pobreza multidimensional.

Figura 7 – Região Metropolitana de Belém - Intensidade da pobreza multidimensional por área de ponderação - 2000/2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

Analisando o índice desagregado por município, constata-se que, no decênio 2000/2010, houve uma redução sistemática e generalizada da pobreza multidimensional nos municípios da RMB, com exceção apenas de Santa Bárbara do Pará. Ele foi o único que contou com crescimento da pobreza multidimensional no período em consequência do aumento da incidência de pobres. Em 2000, aqueles municípios que apresentavam os maiores valores de pobreza multidimensional eram Marituba, Castanhal e Santa Izabel do Pará, enquanto os que atingiram os melhores resultados foram Belém e Ananindeua. Em 2010, estes dois municípios continuavam apresentando os menores níveis de IPM, enquanto Marituba continuava registrando o maior patamar acompanhado, desta vez, por Santa Bárbara do Pará.

Os municípios identificados como os mais pobres, em 2000, foram os que apresentaram queda mais acentuada do IPM no período analisado, superior a 10%. O destaque fica por conta de Marituba cuja redução do índice foi de 23,4%. Apesar da significativa queda nos níveis do IPM, Marituba ainda contava com nível muito elevado do IPM, da mesma forma como os demais municípios metropolitanos.

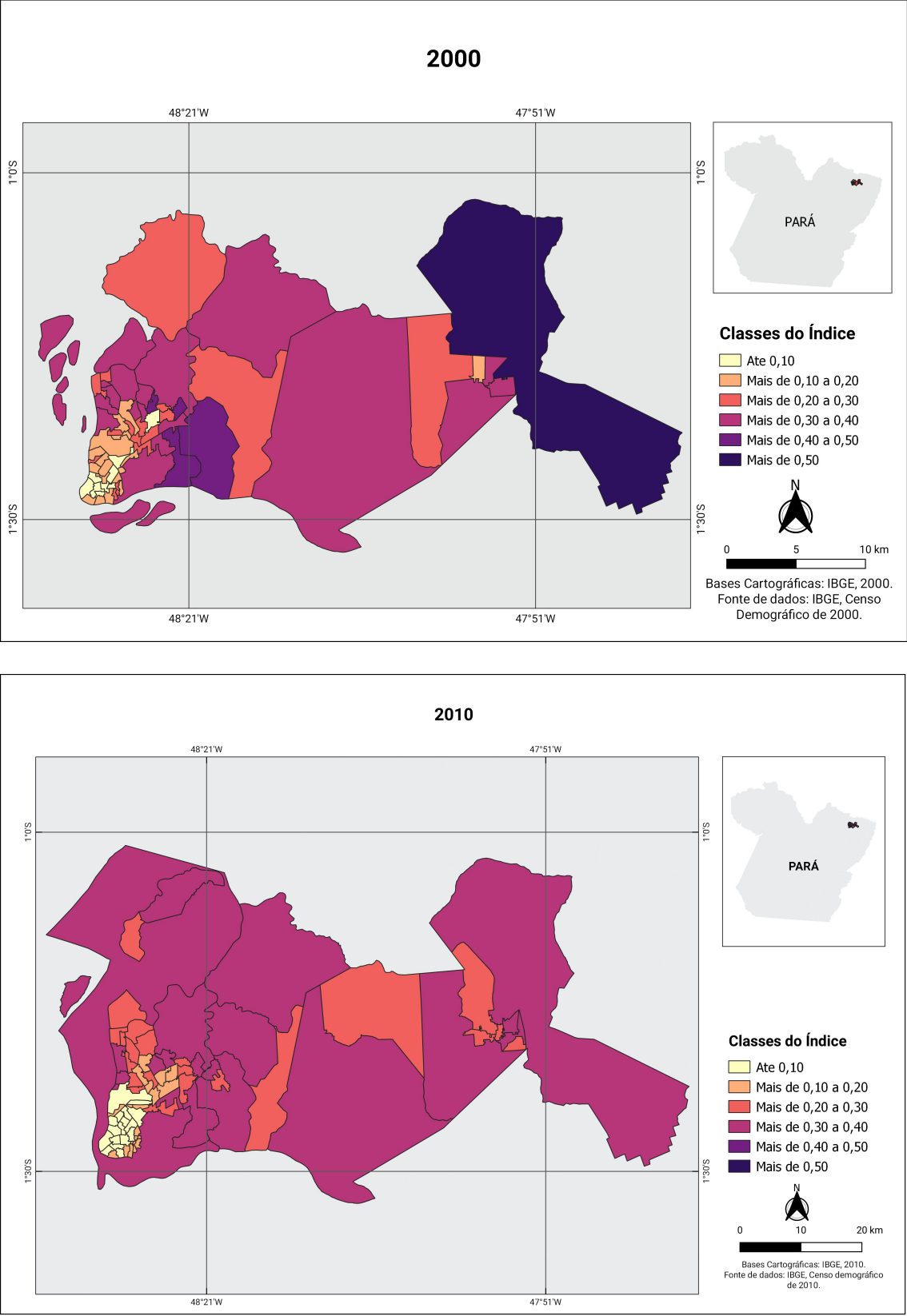
A Figura 8 mostra a distribuição do IPM por áreas de ponderação para os anos de 2000 e 2010.

Nos dois anos analisados, praticamente todas as áreas de ponderação com os mais baixos níveis do índice de pobreza multidimensional (até 10%) se situavam no município de Belém. Em 2000, quase todas estavam localizadas dentro dos limites da Primeira Légua Patrimonial (a exceção era Souza/Castanheira). Em 2010, abrangiam a maior parte do município de Belém que se encontrava dentro da Primeira Légua Patrimonial e na área de expansão deste município (Sacramenta, Souza e Val-de-Cães). Este grupo de áreas de ponderação registrou o maior crescimento percentual (83%) no número de unidades dentre as diversas classes de valores do índice-sintético no período 2000/2010.

As áreas de ponderação que estavam enquadradas na segunda classe de IPM (mais de 10% a 20%), em 2000, achavam-se concentradas apenas no município de Belém. Estas áreas estavam distribuídas tanto na região da Primeira Légua Patrimonial, quanto na área de expansão contígua à Primeira Légua. Em 2010, as áreas de ponderação deste grupo estavam distribuídas em três regiões no município de Belém com áreas de ponderação incluídas neste grupo: ao sul (como são exemplos Condor, Jurunas, Guamá 2 e Terra Firme); em uma faixa central de leste a oeste nas proximidades da linha divisória da Primeira Légua Patrimonial englobando, por exemplo, Barreiro e Marambaia; e em uma faixa territorial próxima a Ananindeua que abarcavam Cabanagem e Parque Verde. Outro município com esta classe de unidades geográficas era Ananindeua. Nele, essas áreas estavam concentradas na região centro-oeste do município (das quais pode-se citar Cidade Nova, Coqueiro-01 e 02 e Atalaia-Jaderlândia). No período 2000/2010, este grupo, com IPM variando entre mais de 10% e 20%, não apresentou modificação na sua participação relativa no conjunto das áreas de ponderação.

As áreas de ponderação com mais de 20% a 30% de IPM, em 2000, localizavam-se em

Figura 8 – Região Metropolitana de Belém - Índice de Pobreza Multidimensional por área de ponderação - 2000/2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

Ananindeua, Belém e Castanhal. Em Ananindeua, as áreas de ponderação deste grupo eram Jaderlândia, Paar, Guanabara e Atalaia, Providência, Coqueiro e Guajará/Maguari/Cajuí. Em Belém, a maioria das unidades geográficas deste grupo estavam localizadas na área de expansão do município onde se encontravam, por exemplo, Una/Coqueiro, Parque Verde, Mangueirão e Icoaraci. Em Castanhal, a área de ponderação deste grupo estava localizada na região oeste do município. Em 2010, no entanto, este grupo passou a abarcar todos os municípios metropolitanos, com exceção de Santa Bárbara do Pará. A participação relativa deste grupo de áreas de ponderação registrou aumento nos anos 2000 (11,7%).

Com relação aos níveis de IPM de mais de 30% a 40%, em 2000, apenas o município de Marituba não tinha unidades geográficas nesta classe. Belém, Ananindeua e Castanhal tinham o maior número de áreas de ponderação. Em Belém, este grupo estava concentrado na região noroeste do município em áreas tais como Parque Guajará, Agulha, Tapanã e na região das ilhas (Mosqueiro e Outeiro). Em Ananindeua, as áreas de ponderação eram Centro e Geraldo Palmeira, 40 horas e a região das ilhas ao norte do município (Curuçambá/Ilhas). Em Castanhal, as unidades geográficas enquadradas neste grupo eram Área rural 01 e 03 e Caiçara/São José/Imperador/Salgadinho. Em 2010, houve um espraiamento das áreas nesta faixa de IPM. Os três municípios anteriormente mencionados continuaram como os que continham o maior número de áreas de ponderação, porém com Ananindeua capitaneando do grupo. Este grupo era o que contava com os mais elevados patamares de IPM, em 2010, como Área rural-Castanhal, Residencial Almir Gabriel-Parque Verde (Marituba) e Área Rural (Belém), todas com mais de 38%.

Chama a atenção também nos mapas de pobreza multidimensional as áreas de ponderação de mais elevados níveis (mais de 40% até 50% e mais de 50%). Entre 2000 e 2010, houve redução dessas áreas na região metropolitana. Em 2000, haviam unidades geográficas enquadradas nestes dois grupos de IPM localizados nos municípios de Ananindeua, Marituba e Castanhal. Em Castanhal encontrava-se a área de mais extrema pobreza da RMB que ficava na região leste do município (Área rural 02). Em 2010, houve uma melhora da pobreza extrema nos espaços territoriais em que antes se encontravam as áreas de ponderação destes grupos de pobreza multidimensional. Neste ano, não haviam mais áreas de ponderação que estivessem apresentando níveis tão elevados.

Silva Neto e Oliveira (2017) afirmam que o Programa Bolsa Família¹², nos primeiros catorze anos de implementação, contribuiu para tirar da pobreza extrema parcela considerável da população brasileira. O Programa Bolsa Família teve maior efetividade para combater a extrema pobreza do que a pobreza, uma vez que os indicadores de extrema pobreza tiveram redução mais

¹² Silva Neto e Oliveira (2017, p.60) afirmam que, em 2003, foi criado o "Programa Bolsa Família (PBF), constituído pela integração dos benefícios monetários concedidos às famílias em situação de pobreza", alguns já implementados desde o governo Fernando Henrique Cardoso. O PBF "incorporou essas políticas em um único programa, de maneira a unificar as ações públicas nas áreas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Saúde, Educação Infantil e Transferência de Renda".

intensa no período 2003/2013, ao mesmo tempo que os indicadores de pobreza permaneceram estáveis a partir de 2008. Portanto, segundo os autores, a população que saiu da condição de extrema pobreza passou à condição de pobreza. Esta parece ser a mesma situação enfrentada pela RMB no período 2000/2010 em que a extrema pobreza foi reduzida, porém a condição de pobreza foi mais resistente à queda.

De acordo com Currello (2012), a existência, no Brasil, de uma ampla matriz institucional de proteção social não garante que o combate à pobreza ocorra sem obstáculos. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, devem ser articulados com outras políticas para que a pobreza possa ser enfrentada em suas diversas dimensões. A autora afirma também que ao longo do período 2003/2010 o Programa Bolsa Família atingiu uma abrangência importante, "demonstrando a possibilidade e os efeitos benéficos de se conciliar políticas universais com estratégias seletivas de intervenção" pública (p. 228). Mas apesar disso, indicadores socioeconômicos relativos à educação, saneamento e condições de moradia, mercado de trabalho, entre outros aspectos, permaneceram precários na população pobre.

A pobreza multidimensional de uma população também pode ser analisada levando em consideração a contribuição que cada dimensão e indicador tem sobre o índice, permitindo, assim, uma análise desagregada do IPM. A seguir faremos esta análise para a RMB referente os anos 2000 e 2010.

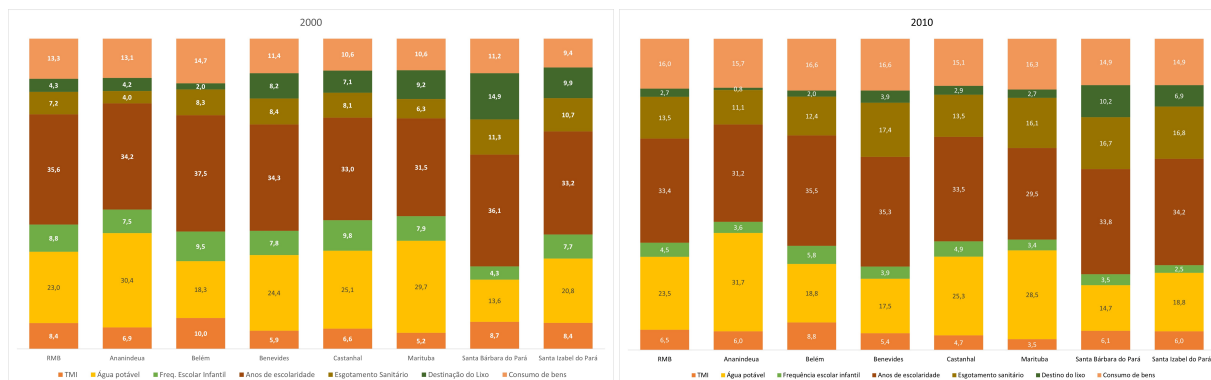
A Tabela 2 e a Figura 10 mostram a contribuição das dimensões saúde, educação e padrão de vida e dos indicadores na estimativa do índice de pobreza multidimensional da RMB para os anos 2000 e 2010 em termos relativos. A reduzida queda do índice de pobreza multidimensional na região metropolitana está diretamente relacionada com o comportamento diferencial das dimensões e dos indicadores no período analisado.

Tabela 2 – Região Metropolitana de Belém - Contribuição Relativa das Dimensões no Índice de Pobreza Multidimensional por município - 2000/2010

Região/Município	Contribuição relativa das Dimensões					
	Saúde		Educação		Padrão de Vida	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
RMB	28,93	29,94	40,54	37,97	30,52	32,09
Ananindeua	34,89	37,63	38,48	34,82	26,64	27,54
Belém	26,12	27,64	43,08	41,31	30,81	31,04
Benevides	27,70	22,90	38,21	39,15	34,09	37,95
Castanhal	29,16	30,01	39,14	38,47	31,70	31,53
Marituba	32,08	32,04	35,80	32,89	32,13	35,07
Santa Bárbara do Pará	19,83	20,82	35,72	37,30	44,45	41,88
Santa Izabel do Pará	26,51	24,81	37,02	36,63	36,47	38,56

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

A dimensão de maior contribuição foi a educação para a composição do IPM da Região Metropolitana de Belém em 2000 e 2010. Esta dimensão foi a única a apresentar queda de sua contribuição relativa no período, significando que a educação registrou maiores níveis de redução

Figura 9 – Região Metropolitana de Belém - Contribuição Relativa dos Indicadores no Índice de Pobreza Multidimensional por município - 2000/2010

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

de carências que as demais dimensões (saúde e padrão de vida), apesar de continuar como a de maior percentual.

Em termos da dimensão educação, uma questão importante é o acesso da população em idade escolar ao sistema educacional. Desde a década de 1960, a educação no Brasil vem aumentando expressivamente em consequência da legislação¹³ que possibilitou o acesso a crianças e jovens, de forma gratuita, aos ensinos fundamental e médio. Nos anos 2000, a legislação em vigor (Lei No. 9.394/1996) estabelecia que o ensino obrigatório e gratuito deveria atender a população de 7 a 14 anos de idade que necessitaria permanecer na escola oito (8) anos letivos para concluir o ensino fundamental (anteriormente denominado de primeiro grau). Posteriormente, com a Lei No. 11.274/2006, a duração foi ampliada para nove (9) anos com a matrícula a partir dos seis (6) anos de idade. No entanto, esta modificação somente entrou em vigor a partir de 2010.

A frequência escolar da população em idade de 7 a 14 anos ainda estava abaixo do nível que se preconiza para atingir a universalização do ensino na RMB no início dos anos 2000. No entanto, ao longo da década, ocorreu aumento no percentual de crianças e jovens na faixa de 4 a 14 anos de idade que frequentavam escola, de forma que em 2010 atingiu 93,6%. O aumento da frequência escolar foi ocasionado pela entrada de crianças e adolescentes no sistema escolar durante o período analisado e que ainda não haviam tido acesso às escolas na região metropolitana. Este indicador contribuiu positivamente para reduzir as privações na dimensão educação da Região Metropolitana de Belém no período 2000/2010.

O indicador de maior contribuição para a pobreza multidimensional na Região Metropolitana de Belém no período analisado é anos de escolaridade, com aproximadamente 1/3. Este

¹³ Legislação que regulamenta o ensino obrigatório e gratuito no país até os anos 2000: BRASIL. Lei No. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 27 de dezembro de 1961; BRASIL. Lei No. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 12 de agosto de 1971; BRASIL. Lei No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 23 de dezembro 1996; BRASIL. Lei No. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 de fevereiro de 2006.

indicador contou com queda de 6% entre 2000 e 2010, mas, apesar disso, continuou como o de maior participação do IPM metropolitana.

A ampliação do nível de instrução da população metropolitana no período 2000/2010 contribuiu para a redução das privações na dimensão educação. Esta ampliação foi consequência da diminuição do contingente de pessoas sem instrução e com nível fundamental incompleto associada ao aumento dos níveis educacionais mais elevados, como médio completo/superior incompleto e superior completo. Apesar disso, em 2010, ainda persistia a baixa escolaridade na RMB, uma vez que mais de 50% da população tinha, no máximo, o ensino médio incompleto. Esta é uma carência que tem impacto sobre diversos aspectos da vida das pessoas, como, por exemplo, conseguir emprego ou novas oportunidades, reduzir riscos à saúde, contribuir para uma melhor alimentação, etc. (SILVA; BRUNO; SILVA, 2020; SERRA, 2017). Como afirma Sen (2000): a educação pode contribuir para aumentar as capacidades de forma geral.

A persistência de altos patamares do indicador anos de escolaridade vai ao encontro dos achados em outros trabalhos sobre pobreza multidimensional, dos quais podemos citar Fahel, Teles e Caminhas (2016) e Quintela, Alves e Silva (2014). De acordo com estes autores, este indicador mostra sua relevante contribuição relativa na composição da pobreza multidimensional no país e aponta para a necessidade de superar as dificuldades crônicas no campo da educação. Diante disso, é coerente inferir que existe a "necessidade de fortalecer as políticas sociais voltadas para a área de educação, enfatizando melhorias no desempenho escolar e na qualidade do ensino" (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016, p. 14). Mas também tem que focar na ampliação da cobertura a fim de atender, especialmente, as pessoas nas faixas etárias de 18 anos ou mais de idade que ainda não completaram o ensino fundamental, pois são estas as pessoas consideradas como as que apresentam a maior situação de privação.

A dimensão saúde iniciou o período analisado como aquela que tinha a segunda maior participação relativa para a pobreza multidimensional da RMB. Ao final do período, havia perdido esta posição para a dimensão padrão de vida. O indicador água potável era o que tinha a segunda maior participação na composição do IPM metropolitano. Durante a década de 2000, o serviço de abastecimento de água na RMB permaneceu praticamente constante. As pessoas residentes em domicílios sem serviço adequado de fornecimento de água ficavam em torno de 35%. Portanto, a cobertura deste serviço era bastante deficitária, carecendo de políticas sociais mais eficazes, inovadoras e focalizadas que pudessem contribuir para melhorar o bem-estar da população em situação de privação (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016, p. 14).

Enquanto o comportamento do indicador água potável não contribuiu para diminuir as condições de pobreza da RMB, a tendência declinante da taxa de mortalidade infantil (natimorto), o outro indicador da dimensão saúde, teve um efeito positivo para a redução das privações nesta dimensão.

A dimensão padrão de vida é a que contabilizava, em 2010, a segunda maior participação relativa no IPM da Região Metropolitana de Belém (32,1%). Diferentemente do que acontece

com as dimensões saúde e educação, que têm um indicador com participação relativa mais expressiva para as condições de pobreza metropolitana, a dimensão padrão de vida contava com dois (2) indicadores com maior importância para o IPM: consumo de bens e esgotamento sanitário. O indicador propriedade de bens de consumo, como telefone, freezer/geladeira e televisão, durante os anos em análise, teve significativo aumento na sua participação relativa para o IPM, atingindo nível somente inferior a anos de escolaridade e água potável. Fahel, Teles e Caminhas (2016) afirmam que os bens adquiridos apresentaram redução importante de sua contribuição relativa no computo do IPM nacional. Afirmam ainda que "tal resultado é condizente com o que se observa no Brasil recentemente: a diminuição da taxa de desemprego, o aumento real do salário mínimo e o maior acesso ao crédito contribuíram para elevar o consumo de bens duráveis da população de baixa renda"(p.10-11). No entanto, no caso da RMB, esta conjuntura econômica favorável parece não ter tido os mesmos efeitos que para o conjunto nacional, uma vez que ao invés de reduzir a participação relativa no IPM metropolitano, a tendência foi justamente a oposta, dificultando a aquisição desses bens pela população em situação de privação.

Ao longo dos anos 2000, o indicador de esgotamento sanitário teve crescimento expressivo na participação relativa do IPM, alcançando no final do período 13,5%. A ampliação da contribuição deste indicador como componente do índice-sintético foi resultado da piora dos serviços, de forma que, em 2010, mais de 40% da população metropolitana não tinha em seus domicílios serviço adequado de rede de esgoto. Na ausência de um sistema geral de coleta de esgoto que atenda todos os domicílios da região metropolitana de forma adequada, a população utiliza, em grande medida, o sistema de fossas sépticas. No entanto, durante o período 2000/2010, ocorreu queda no serviço de coleta de esgotos, especialmente de fossas sépticas, tornando ainda mais precário o atendimento da população. Estudos como de Fahel, Teles e Caminhas (2016) e Quintela, Alves e Silva (2014) mostram que nas macrorregiões com pobreza multidimensional mais acentuada, em que o Norte e o Nordeste se destacam, a contribuição relativa dos indicadores de serviços básicos de saneamento (lixo, esgoto e água) é maior.

Considerando os municípios metropolitanos, constata-se que todos registraram queda na contribuição das dimensões educação e saúde (exceto Ananindeua nesta dimensão), da mesma forma que o observado para o conjunto metropolitano. No caso da educação, Ananindeua, Marituba, Belém, Santa Izabel do Pará e Castanhal contaram com expressivas reduções. Por outro lado, Benevides e Santa Izabel do Pará tiveram decréscimo bem significativo na dimensão saúde. Além disso, todos os municípios apresentaram acréscimo na contribuição da dimensão padrão de vida, alguns com considerável expansão como foram os casos de Benevides, Marituba, Ananindeua e Santa Izabel do Pará.

Além disso, constata-se que o indicador anos de escolaridade é o que contribui mais significativamente para a pobreza multidimensional em cada município, como ocorre para o conjunto metropolitano. No entanto, nem todos apresentaram comportamento declinante deste indicador. Os municípios Santa Izabel do Pará, Benevides e Castanhal tiveram aumentos, ainda

que bem modestos, deste indicador, garantindo crescimento na contribuição relativa de seus respectivos IPM. O outro indicador em que nem todos os municípios acompanharam a tendência do conjunto metropolitano foi água potável. Benevides, Santa Izabel e Marituba contaram com queda na contribuição relativa da pobreza multidimensional de seus respectivos municípios. Nos demais indicadores, os municípios acompanharam a tendência observada no total da RMB.

Quanto às áreas de ponderação, a Figura 10 mostra a contribuição relativa da dimensão educação no computo da pobreza multidimensional da Região Metropolitana de Belém para os anos de 2000 e 2010.

Em 2000, da mesma forma que no conjunto metropolitano, o indicador anos de escolaridade foi o que mais contribuiu para o computo da pobreza multidimensional de cada área de ponderação, sempre superior a 30%, a exceção foi a unidade geográfica que englobava o município de Santa Bárbara do Pará. Por outro lado, a área de ponderação com mais elevada participação neste indicador foi a São Brás/Canudos.

Em 2000, no grupo de mais de 30% a 40%, as áreas de ponderação estavam distribuídas em praticamente todos os municípios, exceto Benevides. Em Ananindeua, se situavam o maior número de unidades geográficas. Em Belém, havia apenas uma área de ponderação (Tapanã), a oeste do município. Em Castanhal, as regiões centro-sul e leste continham áreas enquadradas neste grupo.

Em 2010, este grupo de contribuição da dimensão educação conta com áreas de ponderação em todos os municípios metropolitanos. Em Ananindeua, praticamente todo o município integra este grupo, a exceção é a área de ponderação Atalaia-Jaderlândia. Em Belém, há um número maior de unidades geográficas neste grupo, diferentemente do que ocorria em 2000.

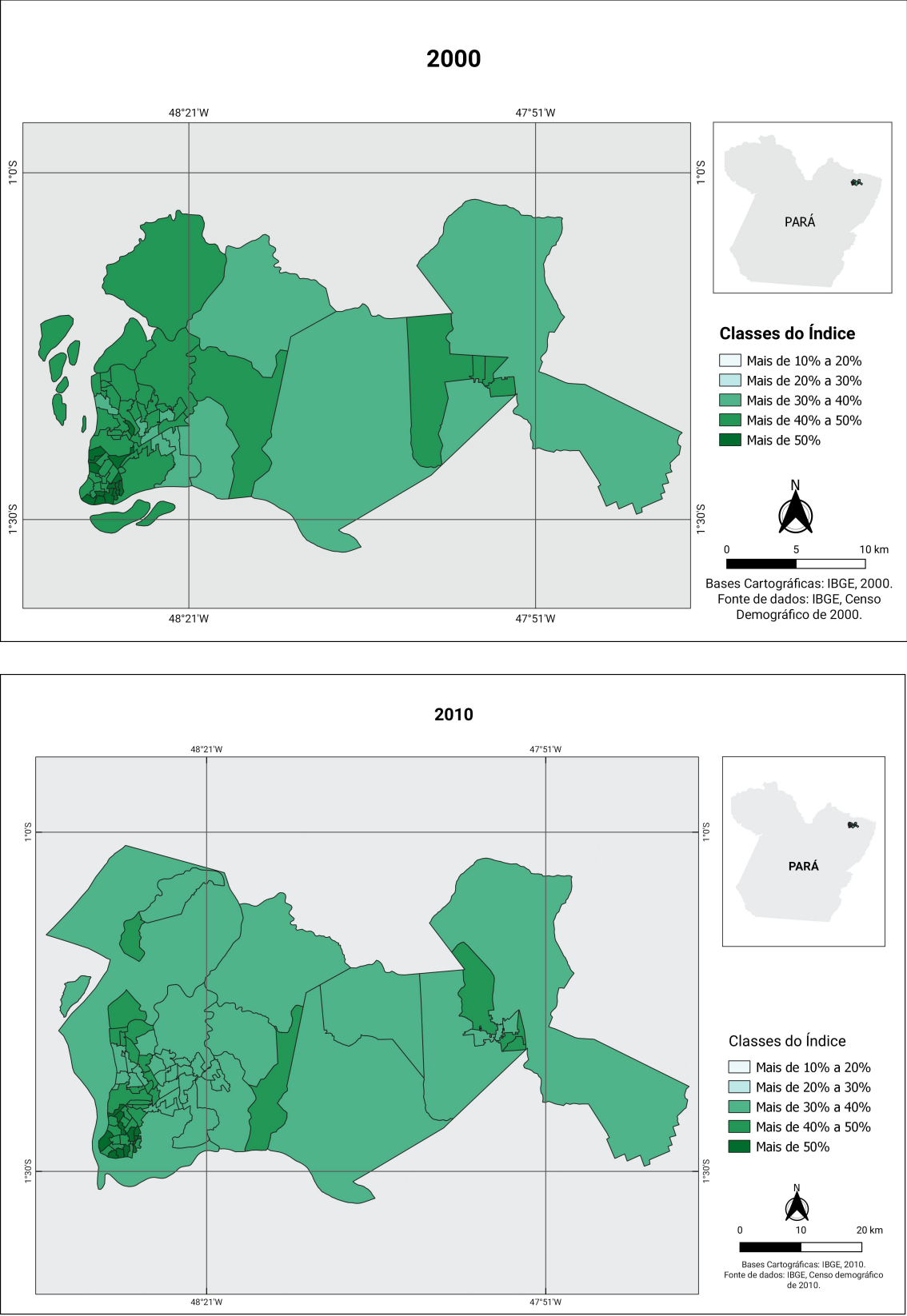
O grupo de mais de 40% a 50% de contribuição da dimensão educação na pobreza multidimensional, em 2000, situavam-se nos municípios de Ananindeua, Belém, Benevides e Castanhal. Em Ananindeua, grande parte das unidades geográficas do município estavam incluídas neste grupo. Em Belém, da mesma forma que em Ananindeua, a maioria das áreas de ponderação integrava este grupo. A mesma situação encontramos em Castanhal.

Em 2010, as áreas de ponderação estavam concentradas nos municípios de Belém e Castanhal. Em Belém, entre as áreas de ponderação podemos citar Centro Histórico, Umarizal, Val-de-Cães, Marambaia, Souza, Pedreira-03 e Cremação. Em Castanhal, podemos citar a área de ponderação Centro-Castanhal, onde está localizado a sede municipal.

A contribuição da dimensão saúde está exposta na Figura 11 na qual estão distribuídas por área de ponderação para os anos de 2000 e 2010.

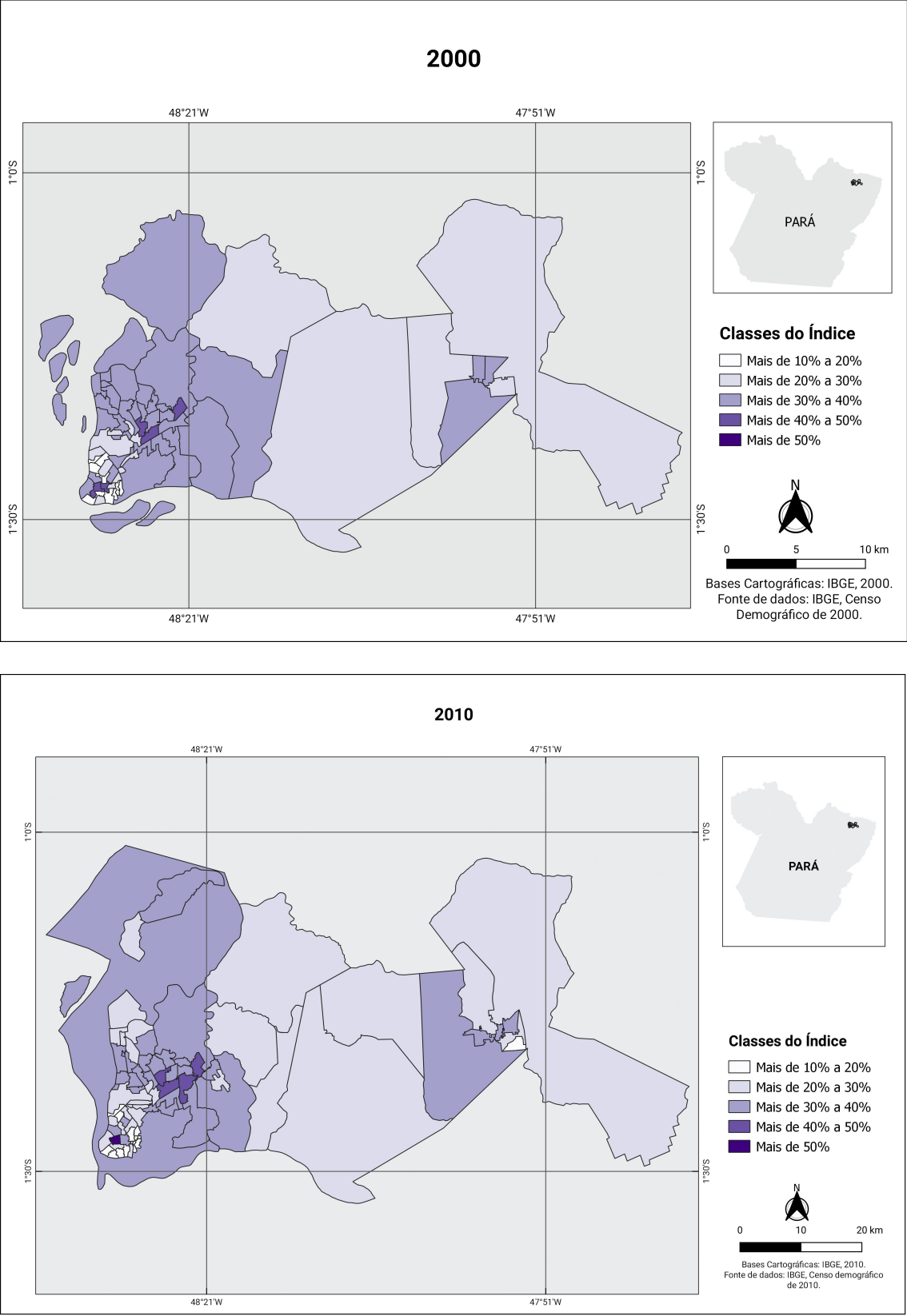
Em 2000, no grupo que apresentava a mais baixa contribuição da dimensão saúde (mais de 10 a 20%) era a taxa de mortalidade infantil que determinava a participação desta dimensão, de forma que o indicador água potável pouco concorria para os níveis da pobreza multidimensional em cada área de ponderação. Exemplos dessas áreas eram Telégrafo, São

Figura 10 – Região Metropolitana de Belém - Contribuição da Dimensão Educação no Índice de Pobreza Multidimensional por área de ponderação - 2000/2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

Figura 11 – Região Metropolitana de Belém - Contribuição da Dimensão Saúde no Índice de Pobreza Multidimensional por área de ponderação - 2000/2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

Brás/Fátima/Umarizal/Marco, Guamá 2. Em 2010, da mesma forma que em 2000, o indicador taxa de mortalidade infantil é fundamental para definir a contribuição da dimensão saúde no computo do IPM. As áreas de ponderação Telégrafo, Sacramento, Jurunas-01 e Condor.

O grupo de áreas de ponderação com mais de 20% a 30% de contribuição da saúde para a pobreza multidimensional, em 2000, estava distribuído em praticamente todos os municípios da RMB, exceto Benevides e Marituba. Em torno de 1/3 dessas unidades geográficas tinham o indicador água potável como o elemento de maior peso na contribuição da dimensão saúde no IPM de cada área. Dentre elas pode-se citar as áreas de ponderação Jaderlândia/Bom Jesus/Santa Catarina/Santa Lídia/Cariri em Castanhal, a área de Santa Izabel do Pará, Jaderlândia em Ananindeua, Souza, Castanheira, Curió-Utinga, Cabanagem e Bengui em Belém. Neste grupo haviam também as áreas de ponderação em que a taxa de mortalidade infantil participava de forma decisiva na contribuição da dimensão saúde. Entre elas podem ser citadas Pedreira, Condor, São Brás/Canudos no município de Belém. Novamente, a situação se repete em 2010 com relação à participação da água potável como indicador mais importante neste grupo de áreas de ponderação em 2/3 dessas.

O grupo de maior proporção entre as áreas de ponderação, em 2000, era o que contribuía com mais de 30% a 40% (da dimensão saúde) na pobreza multidimensional. Neste grupo das 33 áreas de ponderação apenas quatro não tinha o indicador água potável como o que definia a participação da dimensão no computo do IPM. Em 2010, o comportamento é similar ao verificado em 2000 onde o indicador água potável tinha a maior participação relativa da dimensão saúde no IPM.

Quanto ao último grupo que contava com mais de 40% a 50% de contribuição da dimensão saúde no IPM, em 2000, haviam apenas cinco áreas de ponderação e entre elas três atingiam níveis semelhantes ao indicador anos de escolaridade, todas localizadas no município de Ananindeua (Coqueiro, Providência e Heliolândia). Em 2010, estavam inseridas neste grupo quatro áreas de ponderação que apresentavam níveis mais elevados do que os indicadores da dimensão educação. Da mesma forma que em 2000, todas as áreas Centro-Júlia Sefer, Cidade Nova, Coqueiro-01 e 02, Guajará-Maguari, Geraldo Palmeira e Heliolândia.

Enquanto em 2000, não havia nenhuma área de ponderação que atingissem níveis superiores a 50% de contribuição da dimensão saúde, em 2010, surge uma área de ponderação pertencente a este grupo no computo da pobreza multidimensional. Esta unidade geográfica, situada no município de Belém (Batista Campos/Cremação/Nazaré), superava a participação relativa da dimensão educação e de seu maior indicador, anos de escolaridade.

A Figura 12 apresenta os resultados da dimensão padrão de vida no IPM para os anos de 2000 e 2010. As diversas áreas de ponderação que compõem a RMB foram classificadas da mesma forma que as dimensões anteriormente discutidas. Em 2000, a dimensão padrão de vida não apresentou nenhuma área de ponderação que superasse 40% de contribuição para o IPM. Portanto, todas enquadravam-se nos grupos de até 40%.

Em relação à contribuição da dimensão padrão de vida, constata-se que comparativamente às duas outras dimensões que compõem o IPM, a dimensão padrão de vida é aquela que, no geral, apresentava-se como a que detinha a terceira posição na contribuição para o indicador síntese no ano de 2000. Nenhuma das 63 áreas de ponderação da região metropolitana apresentaram maior contribuição desta dimensão do que a dimensão educação. Em relação à dimensão saúde, apenas as áreas de ponderação com as mais elevadas contribuições na dimensão padrão de vida (grupos de mais de 30% a 40%) superam a participação da saúde, como são exemplos as áreas Telégrafo, Sacramento, Guamá, Terra Firme, Barreiro e São Brás/Fátima/Umarizal/Marco no município de Belém, as que abarcam os municípios de Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Para e uma área em Castanhal.

Em 2000, entre os indicadores que compõem a dimensão padrão de vida (esgotamento sanitário, destinação do lixo e consumo de bens), o consumo de bens¹⁴ é o indicador que contava com a maior participação para a estimativa do IPM. Em praticamente todas as áreas de ponderação este indicador superava os demais que compunham a dimensão. Apenas a área de ponderação que abrangia o município de Santa Bárbara do Pará contava com o indicador destinação do lixo como o mais importante nesta dimensão.

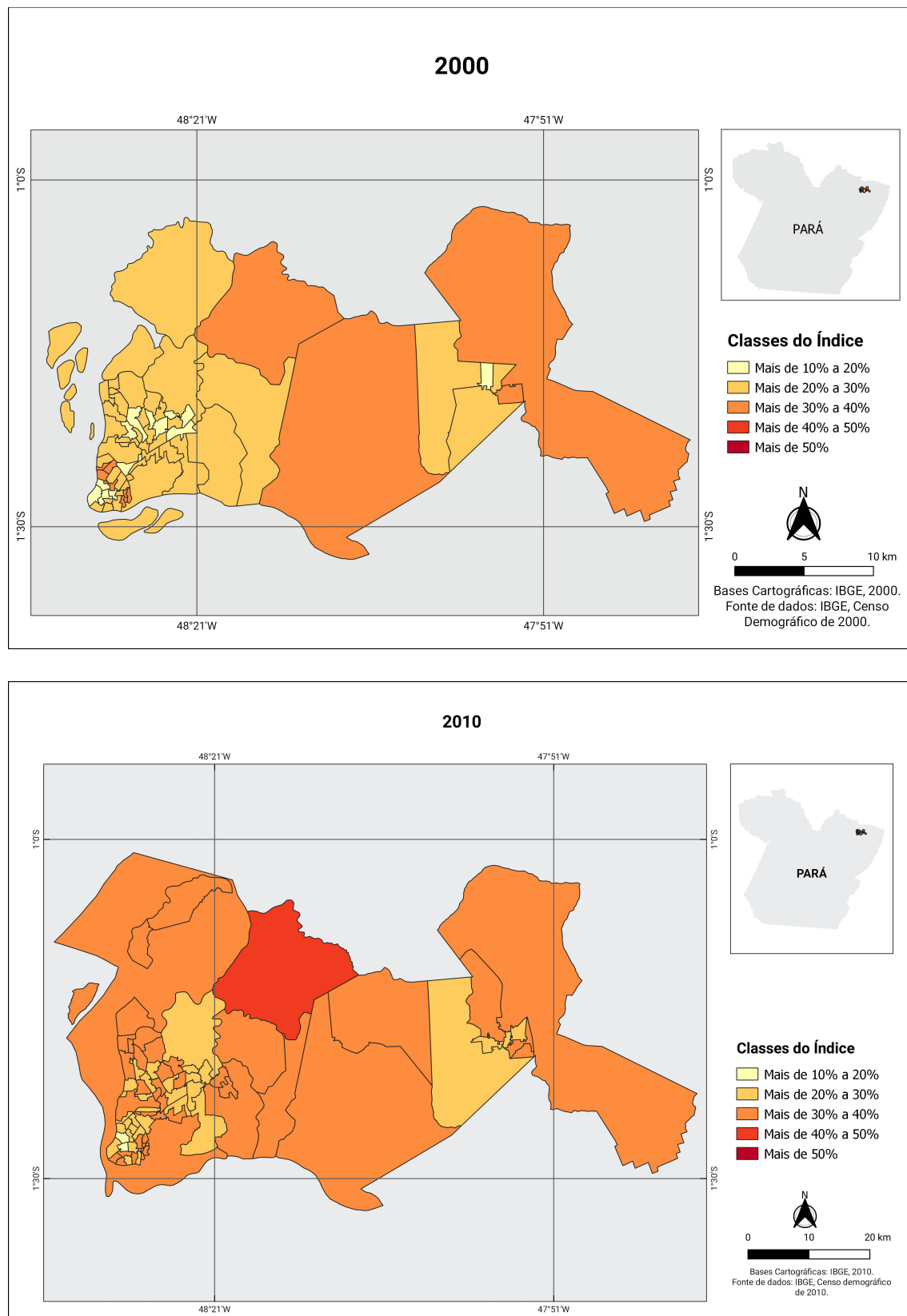
Em 2010, a situação entre os indicadores que compõem a dimensão padrão de vida praticamente permanece a mesma, onde o consumo de bens manteve-se como o mais importante no computo da dimensão. Da mesma forma, o esgotamento sanitário apresentou-se como o mais importante indicador da dimensão em 12% das áreas de ponderação da RMB. Como discutido anteriormente, a falta de investimentos no sistema de esgotamento sanitário durante a década de 2000 na RMB provocou uma piora no adequado atendimento da população. Provavelmente este cenário contribuiu para que, em 2010, um número razoável de áreas de ponderação ter no esgotamento sanitário um indicador que contribuiu significativamente para os elevados índices de pobreza multidimensional.

4.3 Considerações finais

Conforme comentam Fahel, Teles e Caminhas (2016), é fundamental destacar que a perspectiva multidimensional apresenta maior amplitude conceitual ao incorporar outras dimensões e indicadores explicativos da pobreza, que não são contemplados pela visão unidimensional, restrita à questão de renda. Ou seja, a saúde, a educação e o padrão de vida, componentes da concepção da pobreza multidimensional no caso deste estudo, agregam novos juízos e valores à questão da pobreza e contribui para uma melhor identificação das múltiplas áreas que demandam um investimento mais focalizado em termos de políticas sociais por parte do poder público.

¹⁴ O consumo de bens abrange a existência de geladeira/freezer, telefone e televisão no domicílio dos indivíduos e não ter carro próprio

Figura 12 – Região Metropolitana de Belém - Contribuição da Dimensão Padrão de vida no Índice de Pobreza Multidimensional por área de ponderação - 2000/2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

5 ESTRUTURA SOCIAL E POBREZA MULTIDIMENSIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Este capítulo tem por função analisar a estrutura social em que se enquadram os indivíduos residentes na Região Metropolitana de Belém, tanto para 2000, quanto para 2010, e sua relação com a pobreza multidimensional. Para isso, são apresentados e discutidos os resultados da estrutura social da RMB usando as categorias sócio-ocupacionais e a tipologia socioespacial. Em seguida, apresenta-se a estrutura social da população em situação de pobreza multidimensional.

5.1 Tipologia socioespacial da população metropolitana

Como discutido no capítulo teórico, a grosso modo, na investigação sobre desigualdade e pobreza tradicionalmente são consideradas duas perspectivas teóricas. A primeira dá destaque às características da oferta de trabalho, com a motivação básica de compreender a relação entre educação, experiência e renda. A segunda tem como foco principal a relação entre a estrutura de classes e a desigualdade. De acordo com Souza e Carvalhaes (2014), essas perspectivas geralmente coincidem com divisões disciplinares, sendo a primeira mais comum entre economistas e a segunda entre sociólogos, apesar de haver uma relativa sobreposição entre os debates.

Em relação ao primeiro tipo de explicação, a principal objeção sob a ótica da sociologia refere-se ao demasiado foco que as análises empíricas dão às características individuais da oferta da mão de obra quando comparado com os aspectos estruturais. Souza e Carvalhaes (2014) argumentam que a dimensão ocupacional ou à análise de classes podem ser tratadas com mais atenção com o fim de resolver esta questão. De acordo com PARKIN(1979), SORENSEN e KALLEBERG(1981) e GOLDTHORPE(2000), algumas ocupações ou classes seriam menos protegidas e mais sujeitas às flutuações ligadas à composição da oferta de trabalho devido à menor especialização e à maior facilidade de substituição de trabalhadores. Outras ocupações ou classes têm outro tipo de dinâmica, mais fechada em razão de suas características peculiares, como complexidade das tarefas, interdependência na cadeia produtiva, entre outras. Nesta perspectiva, Souza e Carvalhaes (2014, p.103) afirmam que é a atenção a essas características um dos "pontos centrais dos trabalhos ligados à análise de classes, em seus esforços para agrupar as ocupações em tipologias, independente dos princípios analíticos adotados".

Para analisar esta questão adotou-se a metodologia do Observatório das Metrôpoles para a construção das categorias sócio-ocupacionais da Região Metropolitana de Belém. Considerou-se a segmentação social no Brasil para os anos de 2000 e 2010. Tendo por base os dados dos censos demográficos, foram definidos seis tipos socioespaciais para cada ano analisado considerando o local de residência da população ocupada. Esses tipos socioespaciais mostram a relação entre a estrutura social e seu reflexo no espaço físico, representando a organização social do território.

Lima et al. (2015, p. 154) afirmam que a análise da ocorrência dos tipos socioespaciais

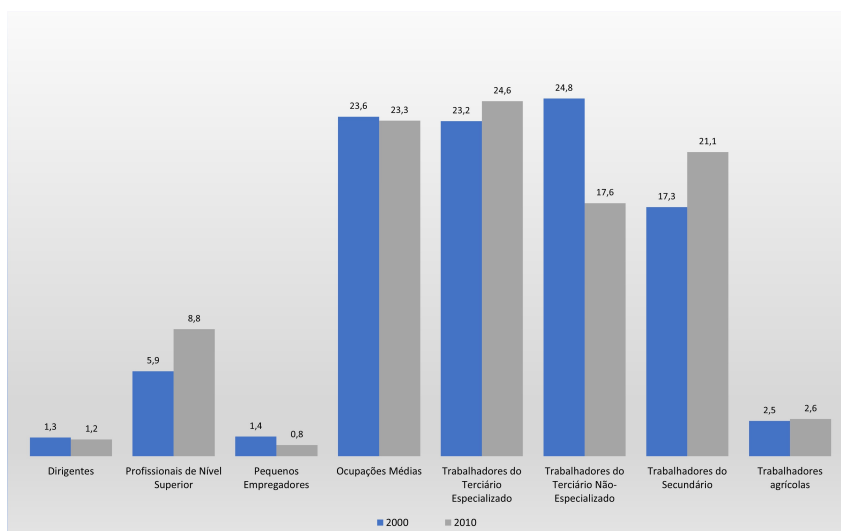
permite o entendimento de relações que se expressam no território, como é o caso da RMB. Os autores afirmam ainda que o perfil sócio-ocupacional de cada um dos tipos identificados nos anos analisados mostra quais são as categorias responsáveis ou preponderantes na estrutura social.

Conforme Ribeiro e Ribeiro (2013, p.28) destacam, na análise territorial, há que se relativizar o fato de que em cada um dos tipos corresponda as categorias sócio-ocupacionais que mais se destacam em cada um deles. Isto ocorre por que mesmo num determinado tipo que possui forte presença de uma determinada categoria da estratificação social, há também a presença de outras categorias da referida estratificação, mesmo que seja em menor escala. Como no mesmo espaço territorial co-existem grupos de pessoas de diferentes estratos sociais (indivíduos com atributos socioeconômicos que as caracterizam como ricas, pobres, de classe média, etc.), a presença mais expressiva de alguns grupos é que vai definir as categorias sócio-ocupacionais e, conseqüentemente, os tipos socioespaciais. Desta forma, pode-se analisar como a estrutura social de uma determinada população se concretiza no território. Então, a tipologia socioespacial pode funcionar como um instrumento importante na condução de outros tipos de análises.

A estratificação social utilizada neste trabalho é composta por 24 categorias. Para facilitar a análise, as categorias sócio-ocupacionais foram agregadas em oito grupos, como segue: Dirigentes (grandes empregadores, dirigentes do setor público e dirigentes do setor privado), Profissionais de nível superior (profissionais autônomos de nível superior, profissionais empregados de nível superior, profissionais estatutários de nível superior e professores de nível superior), Pequenos empregadores, Ocupações médias (ocupações artísticas e similares, ocupações de escritório, ocupações de supervisão, ocupações técnicas, ocupações médias da saúde e educação e ocupações de segurança pública, justiça e correio), Trabalhadores do terciário especializado (trabalhadores do comércio e prestadores de serviços especializados), Trabalhadores do secundário (trabalhadores da indústria moderna, trabalhadores da indústria tradicional, operários dos serviços auxiliares e operários da construção civil), Trabalhadores do terciário não especializado (prestadores de serviços não especializados, trabalhadores domésticos e ambulantes e biscoiteiros) e Trabalhadores agrícolas (agricultores).

A Figura 13 apresenta a distribuição da população ocupada segundo os grupos de categorias sócio-ocupacionais para o conjunto da Região Metropolitana de Belém nos anos 2000 e 2010. Consta-se que a composição da estrutura social da RMB apresentava preponderância das ocupações médias, do terciário especializado e não especializado e do setor secundário. Isto se deu tanto em 2000, quanto em 2010.

A presença das ocupações do terciário não especializado, das ocupações médias e do terciário especializado era importante na região metropolitana nos anos analisados. Em 2000, os trabalhadores do terciário não especializado se mantinha em patamar pouco superior aos dos outros grupos de categorias mencionados. Os ambulantes e biscoiteiros representavam quase 45% do total deste grupo. Em 2010, por outro lado, os trabalhadores não especializados do setor terciário perderam importância, passando a ocupar a quarta posição no ranking das categorias

Figura 13 – Região Metropolitana de Belém - Perfil social da população total (%)- 2000/2010

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

sócio-espaciais da RMB.

O percentual das ocupações médias praticamente se manteve constante ao longo dos anos 2000, em torno de 23%. Entre as ocupações que compõem este grupo, as de supervisão tinham maior expressão no computo total, voltadas tanto para o apoio do setor público, quanto do setor privado.

As ocupações do terciário especializado, por sua vez, em 2000, contavam com participação no total das ocupações realizadas na RMB semelhante às ocupações médias. Em 2010, tornou-se a categoria com a maior parcela do contingente da população ocupada, próximo a 25%. Em 2000, os trabalhadores do comércio eram a categoria com maior representatividade. Em 2010, sua participação era ainda maior (aproximadamente 2/3 desta categoria).

De acordo com Lima et al. (2015, p. 153-154), o predomínio dessas ocupações na estrutura social da RMB confirma sua função de metrópole prestadora de serviços para o restante do Estado do Pará como parte do seu papel de apoio no "processo de desenvolvimento regional desenhado por meio da participação do setor público que instalou ali o aparato regional para projetos econômicos, incluindo bancos estatais, representantes dos poderes e de todas as sedes do governo estadual" mostrando, assim, a continuidade da concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços nos municípios que compõem a RMB.

O grupo de categorias dos trabalhadores do setor secundário, em 2000, ocupava o quarto lugar entre as categorias de ocupações. Em 2010, este grupo passou a ocupar o terceiro lugar entre aquelas ocupações em que a população metropolitana mais estava envolvida. Dentre as ocupações que compõem este grupo, chama a atenção as relacionadas à construção civil e aos serviços auxiliares da indústria. Os serviços auxiliares tinham maior representatividade do que os trabalhadores da indústria tradicional, situação que se repetiu em 2010.

Quanto às ocupações da construção civil, constata-se que, tanto em 2000 quanto em 2010, elas representavam a maior participação do grupo de categorias do setor secundário. Nesses anos, os operários da construção civil superaram os trabalhadores das indústrias moderna e tradicional. Este desempenho significativo das ocupações da construção civil devem-se às modificações ocorridas no setor, tanto no âmbito local, quanto nacional.

No âmbito local, as alterações na legislação asseguraram a intensificação do uso do solo urbano da cidade de Belém em áreas de interesse tanto do empresariado quanto da população demandante (público-alvo). Na esfera nacional, o estabelecimento de novos marcos legais para a política habitacional brasileira implementadas pelo Governo Federal, como forma de liberar crédito para as operações imobiliárias, assegurou a recuperação das empresas locais do setor a partir do início dos anos 2000 e de outras cidades no Brasil.

Ventura Neto (2012, p. 110) afirma que o impacto desse novo cenário já aparece no ano de 2005 quando se verificou o aumento no número de contratações no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que apresentou um expressivo crescimento em escala somente vista no período áureo do Banco Nacional da Habitação (BNH) de 1979/1982. Assim, no período 2003 a 2008, o setor imobiliário enfrentou um período de crescimento progressivo, que ficou conhecido como *boom* imobiliário da habitação e, neste último ano, chegou a um número anual de financiamentos superior ao recorde histórico do SFH ocorrido em 1981. Além disso, os anos de 2009 a 2011 foram marcados pelo Programa Minha Casa Minha Vida que aqueceu ainda mais o setor contribuindo para a ampliação dos investimentos.

As categorias que ocupavam o ponto mais alto da hierarquia social, representadas pelos dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores, atingiam em seu conjunto 8,7% e 10,8% em 2000 e 2010, respectivamente. Quanto aos profissionais de nível superior, preenchiam a quinta colocação no ranking dos grupos de categorias nos anos em análise. Os profissionais estatutários e os professores de nível superior são os que contaram com as mais elevadas participações no grupo. As exigências do mercado de trabalho cada vez maiores nas últimas décadas tem contribuído para a ampliação da participação desses profissionais, especialmente dos professores. Lima et al. (2015, p. 153) afirmam que essa incidência estaria relacionada diretamente com o aumento do número de instituições privadas de ensino superior que vem se estabelecendo nos diversos municípios da região metropolitana, além da capital.

O aumento do número de estabelecimentos da rede privada de ensino superior foi ampliado significativamente entre 2000 e 2010 atingindo aproximadamente 300% conforme dados do Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (INEP, 2001; INEP, 2011). No entanto, apesar deste impressionante crescimento, foram as instituições públicas de ensino superior que ampliaram significativamente o quantitativo de docentes com nível superior, especialmente com mestrado e doutorado. Estas instituições devido à exigência de maior qualificação para inserção em seus quadros, principalmente por meio de concursos públicos, contrataram em média 425 novos

professores universitários com pós-graduação *stricto sensu* por estabelecimento de ensino, enquanto as instituições privadas contrataram 55 novos docentes com estas mesmas qualificações por entidade de ensino. Isto significa que apesar do número de instituições públicas ter aumentado apenas uma unidade no período 2000/2010, elas contrataram 8 vezes mais professores melhor qualificados do que as instituições privadas.

Por fim, os agricultores possuíam uma participação bastante reduzida, ainda que superior ao percentual de pessoas incluídas nas categorias de dirigentes e pequenos empregadores. Apesar desta categoria estar em clara redução nas metrópoles brasileiras, ela permaneceu relativamente estável na Região Metropolitana de Belém no período 2000/2010.

Quando se analisa a estrutura social do conjunto da RMB e a participação de cada município, logicamente percebe-se que os municípios mais populosos influenciam significativamente essa estrutura, como são os casos de Belém e Ananindeua. Em 2000, a participação de Belém nos diversos grupos de categorias variou de 83,5% no conjunto de profissionais de nível superior a 30,8% nas classes de trabalhadores agrícolas. Esta situação se repete em 2010. Até mesmo neste último grupo, sua participação é a mais elevada entre as localidades metropolitanas nos dois anos em análise quando se considera o volume de pessoas ocupadas. Isto ocorre pelo fato da população residente na região das ilhas (Mosqueiro, Outeiro e outras) contribuir com parcela importante nessas atividades, apesar de Belém, por ser a capital do Estado, ter uma série de funções administrativas, políticas e econômicas que a direcionam para atividades não-agrícolas.

Ananindeua, por sua vez, também contribuiu com parcela importante na participação relativa das categorias ocupacionais da RMB nos anos considerados. Em 2000, a variação percentual foi de 22,2% nas categorias trabalhadores do secundário e trabalhadores do terciário especializado a 10,3% nos trabalhadores agrícolas. Em 2010, este comportamento se manteve.

A Tabela 3 mostra a distribuição dos grupos de categorias sócio-ocupacionais por município da Região Metropolitana de Belém para os anos 2000 e 2010.

Em 2000, os municípios metropolitanos contavam com estruturas sociais semelhantes ao conjunto da RMB. As ocupações médias, os trabalhadores do terciário especializado, do terciário não-especializado e do secundário contavam com as mais elevadas participações. Porém, cada um dos municípios tinha ênfase maior em algum desses grupos ocupacionais, como mostra a Tabela 3.

Em 2000, Ananindeua era o município metropolitano que contava com a maior representatividade das ocupações do terciário especializado. Belém tinha nas ocupações médias a maior percentagem de pessoas ocupadas. Santa Bárbara do Pará, por sua vez, possuía maior participação de pessoas ocupadas nas atividades do terciário não-especializado. Os municípios de Castanhal, Marituba e Santa Isabel do Pará tinham nas ocupações do setor secundário maior parcela de sua população ocupada. Além disso, os municípios de Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará tinham participações importantes do setor agrícola, superior a 15%. Por fim, o

Tabela 3 – Região Metropolitana de Belém - Estrutura das categorias sócio-ocupacionais da população total por município (%) - 2000/2010

Categoria	Ananindeua	Belém	Benevides	Castanhal	Marituba	Santa Bárbara do Pará	Santa Izabel do Pará	Total
2000								
Dirigentes	0,80	1,59	0,87	1,20	0,24	0,18	0,47	1,33
Profissionais de Nível Superior	3,53	7,42	1,78	2,35	2,07	0,92	2,05	5,92
Pequenos Empregadores	1,23	1,46	0,36	2,04	0,78	0,22	0,58	1,39
Ocupações Médias	23,47	24,82	17,36	18,43	16,30	16,16	16,37	23,55
Trabalhadores do Terciário Especializado	25,62	23,33	16,20	21,23	20,02	14,49	15,08	23,24
Trabalhadores do Terciário Não-Especializado	21,31	21,01	28,36	19,74	28,09	29,37	20,71	21,35
Trabalhadores do Secundário	22,67	19,13	28,23	24,37	30,16	23,00	22,95	20,74
Trabalhadores agrícolas	1,38	1,24	6,85	10,65	2,33	15,67	21,78	2,47
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2010								
Dirigentes	0,73	1,54	0,39	0,55	0,14	0,41	0,53	1,20
Profissionais de Nível Superior	5,88	11,02	3,45	3,75	4,51	2,12	2,81	8,83
Pequenos Empregadores	0,68	0,91	0,65	0,54	0,30	0,43	0,92	0,81
Ocupações Médias	22,90	24,77	16,16	18,36	19,43	11,45	14,18	23,27
Trabalhadores do Terciário Especializado	25,75	24,46	21,49	24,19	27,70	17,44	19,07	24,62
Trabalhadores do Terciário Não-Especializado	18,64	17,28	21,90	14,32	18,65	18,96	17,23	17,56
Trabalhadores do Secundário	23,85	18,75	30,13	27,54	27,08	27,29	24,01	21,10
Trabalhadores agrícolas	1,56	1,28	5,83	10,76	2,19	21,89	21,24	2,61
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

município de Benevides também manteve uma estrutura social semelhante aos demais municípios metropolitanos. As ocupações do setor secundário e terciário não especializado mantinham o primeiro lugar no ranking das categorias sócio-ocupacionais (28%).

Em 2010, a composição da estrutura social permaneceu a mesma para praticamente todos os municípios metropolitanos, em linhas gerais, no entanto o percentual mais expressivo das ocupações em alguns municípios foi modificado.

Em Ananindeua, em 2010, as ocupações do terciário especializado continuaram como as de maior participação da população ocupada no município, permanecendo no mesmo nível que em 2000. Entre as áreas de ponderação do município, a maioria superava os 25% de participação desta categoria, como são exemplos as áreas Guanabara e Águas Lindas, Atalaia-Jaderlândia e Heliolândia/Geraldo Palmeira. No entanto, foram observadas mudanças nas posições das ocupações médias e dos trabalhadores do secundário. Devido à maior participação da população ocupada nas atividades relacionadas ao setor secundário (como os serviços auxiliares e operários da construção civil) e menor nas atividades ligadas às ocupações médias (como as ocupações técnicas, ocupações da Saúde e Educação e ocupações da Justiça, Segurança Pública e Correios), estes dois grupos de categorias modificaram suas posições no ranking municipal: os trabalhadores do secundário passaram para o segundo lugar de maior participação e as ocupações médias passaram para o terceiro. As áreas de ponderação que contavam com percentual elevado das ocupações médias, em 2010, foram, por exemplo, Cidade Nova, Centro de Ananindeua e Coqueiro/Cidade Nova. Por outro lado, as áreas de ponderação Curuçambá/Distrito Industrial/Ilhas, Heliolândia/Geraldo Palmeira e Jiboia Branca/40 Horas contavam com elevados percentuais de pessoas ocupadas nas atividades do setor secundário.

Chama a atenção em Ananindeua a categoria dos profissionais de nível superior que,

apesar de não atingir percentual elevado no computo geral das categorias em 2010, contou com crescimento expressivo no período analisado, especialmente em decorrência do aumento de pessoas ocupadas como professores de nível superior, profissionais estatutários de nível superior e profissionais empregados de nível superior. As áreas de ponderação Coqueiro/Cidade Nova, Cidade Nova e Coqueiro/Providência contavam com as mais elevadas porcentagens de pessoas ocupadas em atividades de nível superior, ultrapassando 10%.

Belém, como mencionado anteriormente, tinha nas ocupações médias a de maior participação no ranking das categorias, permanecendo praticamente estável no período 2000/2010. As áreas de ponderação com as mais expressivas participações nesta categoria eram Val-de-Caes/Marambaia, Souza/Castanheira, São Brás/Fátima/Umarizal/Marco e Pedreira. Nessas áreas os percentuais variam de 30% a 36%.

Além disso, Belém continuava como o principal centralizador das atividades de serviços especializados do estado e da região metropolitana, correspondendo a 25% no final do período. Em 2010, as principais atividades relacionadas às ocupações do terciário especializado foram: o comércio com destaque para os segmentos de venda no atacado de combustíveis, loja de departamento, veículos e produtos alimentícios; administração pública; aluguel e intermediações financeiras. Essas quatro atividades representavam 25,6% dos serviços do Estado e 60,2% da Região Metropolitana. Além disso, o município concentrava e centralizava a maioria dos órgãos públicos federais e estaduais, como também 32,5% das agências bancárias (SEDOP, 2018). As áreas de ponderação que contemplavam as mais elevadas participações do terciário especializado eram Jurunas 02, Condor, Agulha/Campina de Icoaraci, Guamá, Outeiro, Icoaraci, Bengui e São Clemente.

As ocupações do terciário não especializado, que em 2000 contava com a terceira posição no conjunto das categorias do município de Belém, passou para o quarto lugar em 2010 em decorrência da menor participação das atividades de ambulantes e trabalhadores domésticos. Nesta categoria, as unidades geográficas com mais elevadas proporções eram a Mosqueiro-01 e 02, Universitário/Curió-Utinga/Águas Lindas/Aurá, Barreiro, Terra Firme e Tapanã-02. Nestes casos, as proporções variaram entre 24% e 29%.

Em 2010, na capital paraense a posição das ocupações do setor secundário atingiram o terceiro lugar, subindo uma posição em relação a 2000. As áreas de ponderação que apresentaram as maiores porcentagens de participação foram Barreiro, Tapanã-02, Maracacuera, Outeiro, Agulha/Campina de Icoaraci, Pratinha e Tenoné. Nestas áreas os percentuais superavam os 25%.

Como é afirmado no relatório da SEDOP (2018), apesar do setor industrial não se constituir na atividade motriz do município de Belém, ainda assim não se deve desprezar a importância da indústria nesse município, que representava, em valores absolutos, o primeiro lugar do PIB neste segmento na RMB. Ressalte-se que, além do distrito industrial de Belém e da concentração de indústrias na Avenida Arthur Bernardes, existem vários estabelecimentos industriais dispersos no território, destacando-se a indústria da construção civil e os serviços

auxiliares.

Em 2010, outra categoria que chama a atenção pela mais elevada participação no município de Belém quando comparado com os demais municípios metropolitanos foi a de profissionais do nível superior, que alcançou 11%. Belém atingia quase o dobro da participação de Ananindeua nesta categoria, município que apresentava a segunda posição entre os municípios da RMB. As áreas de ponderação que continham as maiores participações desta categoria de ocupações eram Nazaré, São Brás, Umarizal, Centro Histórico e Marco-01 e 02. Estas unidades geográficas eram as que contemplavam no município de Belém a maior infraestrutura urbana e com os maiores níveis de instrução, com mais de 40% de seu contingente populacional com ensino superior completo.

As ocupações do setor secundário envolveram contingente elevado de pessoas nos municípios de Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Benevides em 2010. Em Castanhal, 27,5% das pessoas ocupadas estavam enquadradas nesta categoria sócio-ocupacional. As áreas de ponderação com as maiores participações eram Jaderlândia/Bom Jesus, Santa Catarina/Bom Jesus/Santa Lídia/Cariri/Saudade II, Caiçara/São José/Imperador/Salgadinho e Área rural 01, cujos percentuais variavam entre 25% e 30%.

Esta última área, apesar de ser composta por extensa área rural, conta com o Distrito de Apeú, que é o mais antigo núcleo populacional de Castanhal e representa a segunda unidade política do município. As indústrias ali instaladas são, geralmente, de pequeno e médio porte e dedicadas à produção de gêneros alimentícios e beneficiamento de produtos primários (CASTANHAL, 2006).

Da mesma forma que em Castanhal, percentual semelhante contavam os municípios de Marituba e Santa Bárbara do Pará. Em Marituba, todas as áreas de ponderação tinham elevadas participações das ocupações do setor secundário, sempre acima dos 25%. Este grupo de categorias ocupacionais apresentava, juntamente com a categoria trabalhadores do terciário especializado, os maiores níveis de ocupação de sua população. Em Marituba, esta última categoria apresentava as mais elevadas participações nas mesmas áreas de ponderação em que as ocupações do setor secundário também tinham maior importância.

Em 2010, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará, além da elevada participação dos trabalhadores do setor secundário, da mesma forma que em 2000, contavam com contingente importante dos trabalhadores agrícolas, superior a 20%.

Benevides, por sua vez, no início da década de 2000, apresentava maior representatividade das ocupações do terciário não especializado e do setor secundário. Em 2010, ocorreu aumento do terciário especializado e do setor secundário, ao mesmo tempo que se observou redução do terciário não especializado. Nesse ano, as pessoas ocupadas no setor secundário atingiram 30,1%, a mais elevada entre todas as categorias sócio-ocupacionais do município. As duas áreas de ponderação apresentaram taxas bastante elevadas de participação desse setor, com

destaque para o Distrito 10. Os operários da construção civil foram os que apresentaram a maior participação. No período 2003-2010, de acordo com a publicação "Estatísticas Municipais Paraenses: Benevides" (FAPESPA, 2016), o número de estabelecimentos da construção civil, com vínculo empregatício, no município mais que triplicou. Apesar de se constituir no quinto setor de atividade em termos de número de estabelecimentos, ele foi o que mais cresceu no período.

Outro segmento de atividades deste setor que teve crescimento importante no período 2003-2010 foi o da indústria de transformação. Seu crescimento ficou em 180% no período mencionado (FAPESPA, 2016). A importância desse setor deveu-se, principalmente, à implantação e funcionamento de indústrias dos subsetores de bebidas e cosméticos que passaram a atrair e ocupar volume importante de mão-de-obra em Benevides (SEDOP, 2018).

A mudança ocorrida na estrutura sócio-ocupacional do município de Benevides no período 2000-2010 modificou a liderança do setor produtivo que passou a comandar a economia municipal: antes as ocupações do terciário não especializado contavam com uma pequena vantagem sobre o setor secundário; em 2010, o setor industrial passou a comandar a ocupação da mão de obra.

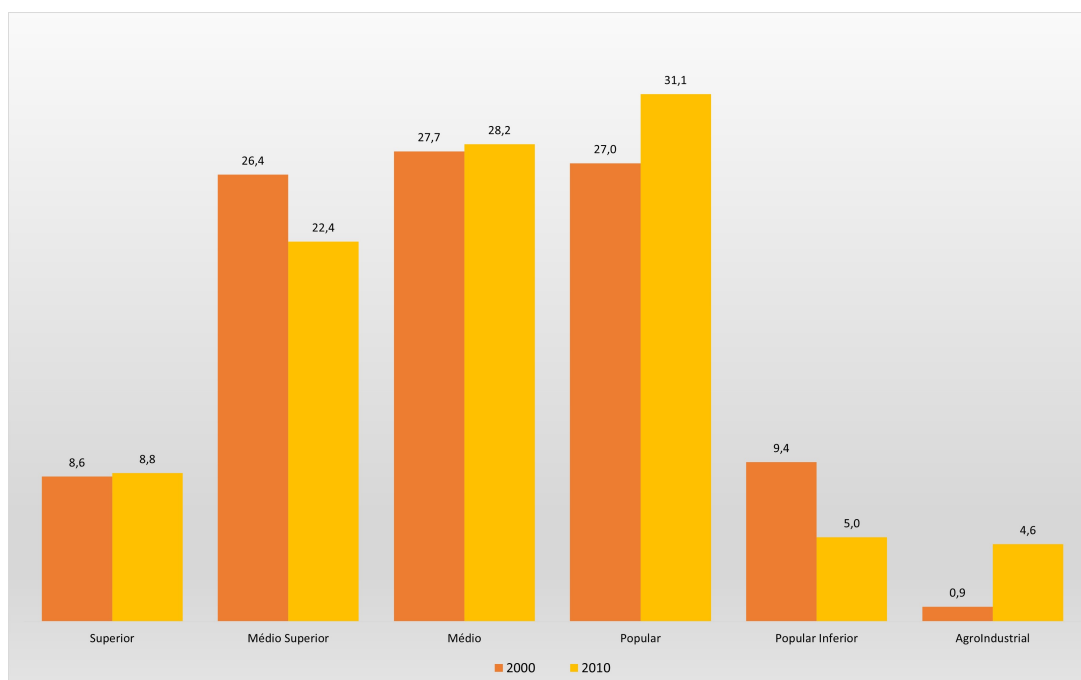
A Figura 14 mostra o perfil da tipologia socioespacial para o conjunto da Região Metropolitana de Belém para os anos 2000 e 2010. Como enfatizam Lima et al. (2015), devido à falta de correspondência entre as classificações realizadas pelo IBGE entre um censo e outro, não foi possível fazer uma análise das mudanças ocorridas no período. Por esta razão, a análise da composição será feita para cada ano separadamente.

De acordo com os resultados dos censos demográficos de 2000 e 2010, os tipos socioespaciais com maior representatividade na Região Metropolitana de Belém eram o médio superior, o médio e o popular. Em 2000, a distribuição desses três tipos apresentavam valores muito próximos, em torno de 27%. Por outro lado, os tipos superior e popular inferior também contavam com percentuais próximos, em torno de 9%.

Em 2010, os tipos socioespaciais popular e médio tomaram a dianteira no ranking. Diferentemente de 2000, em que os tipos superior e popular inferior contavam com representatividade na estrutura social com alguma semelhança em termos percentuais, em 2010, estes tipos diferiram bastante. O tipo superior atingiu 8,8%, ao passo que os tipos popular inferior e agroindustrial contavam com valores próximos a 5%.

A Tabela 4 apresenta a distribuição relativa na Região Metropolitana de Belém da tipologia socioespacial conforme as categorias sócio-ocupacionais para os anos 2000 e 2010 e a Figura 15 mostra a mesma distribuição, porém segundo as áreas de ponderação.

Chama a atenção na Tabela 4, em 2000, no tipo agroindustrial a maior concentração de pessoas ocupadas na categoria trabalhadores agrícolas na Região Metropolitana de Belém, próximo a 50% do total. Este tipo socioespacial era o que contava com a mais distinta distribuição das categorias sócio-ocupacionais. Neste ano, havia apenas uma área de ponderação classificada

Figura 14 – Região Metropolitana de Belém - Tipologia socioespacial da população total (%) - 2000/2010

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

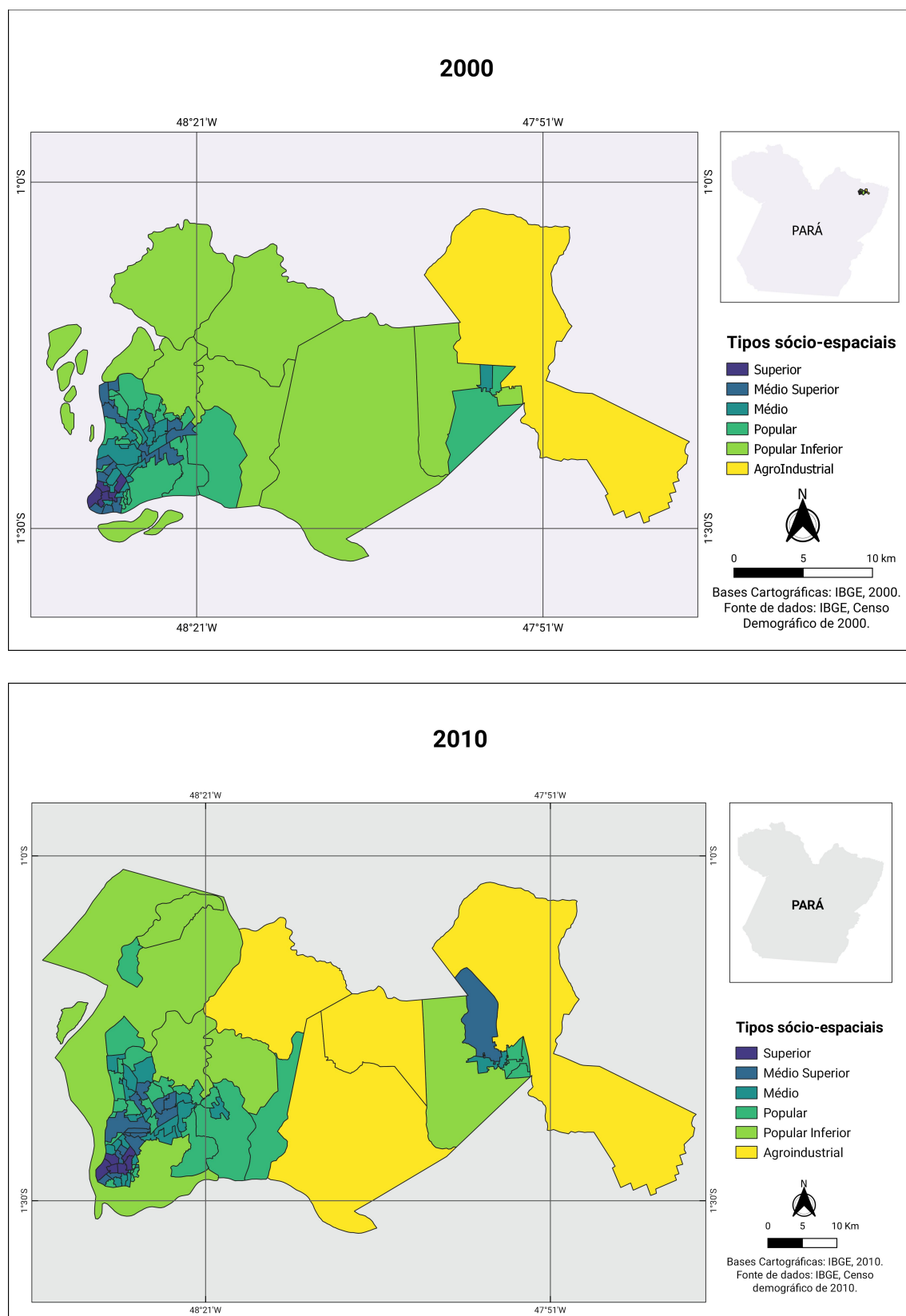
Tabela 4 – Região Metropolitana de Belém - Perfil da tipologia socioespacial segundo categorias sócio-ocupacionais - 2000/2010

Categorias	Superior	Médio Superior	Médio	Popular	Popular Inferior	Agroindustrial	Total
2000							
Dirigentes	6,45	1,68	0,69	0,31	0,41	0,55	1,33
Profissionais de Nível Superior	25,09	7,72	3,78	1,73	1,79	0,63	5,92
Pequenos Empregadores	4,09	1,61	1,19	0,76	0,62	1,67	1,39
Ocupações Médias	33,85	30,97	23,36	16,62	14,33	7,30	23,55
Trabalhadores do Terciário Especializado	12,57	23,33	25,89	25,49	19,96	10,91	23,24
Trabalhadores do Terciário Não-Especializado	11,59	18,99	24,54	32,53	33,14	17,79	24,81
Trabalhadores do Secundário	6,00	15,18	19,59	20,72	17,84	12,86	17,29
Trabalhadores agrícolas	0,36	0,52	0,96	1,84	11,91	48,29	2,47
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2010							
Dirigentes	5,13	1,91	0,60	0,34	0,38	0,49	1,20
Profissionais de Nível Superior	31,24	13,21	6,80	3,16	2,20	2,67	8,83
Pequenos Empregadores	1,76	1,18	0,73	0,45	0,24	0,73	0,81
Ocupações Médias	31,38	30,20	24,52	17,75	13,09	14,62	23,27
Trabalhadores do Terciário Especializado	13,30	22,96	27,33	27,65	22,75	19,23	24,62
Trabalhadores do Terciário Não-Especializado	10,84	14,31	17,00	21,59	23,95	23,46	17,56
Trabalhadores do Secundário	6,01	15,73	22,19	26,80	27,91	15,54	21,10
Trabalhadores agrícolas	0,33	0,50	0,81	2,26	9,49	23,25	2,61
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

como do tipo agroindustrial, a Área rural 02, em Castanhal. Durante a década ocorreram mudanças importantes de forma que, em 2010, apesar dos trabalhadores agrícolas continuarem como os mais importantes na composição deste tipo (correspondendo a aproximadamente 25%), outras categorias passaram a ter relevância na sua configuração, como são os casos dos trabalhadores do terciário não especializado e especializado e do secundário. Quatro (4) áreas de ponderação passaram a fazer parte deste tipo socioespacial (Área rural 02, Município de Santa Bárbara do Pará,

Figura 15 – Região Metropolitana de Belém - Tipologia socioespacial da população total por área de ponderação - 2000/2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

Centro de Santa Izabel e Jardim das Acácias/Santa Rita de Cássia/Comunidades). Na década de 2000 ocorreu redução do grau de urbanização em alguns municípios da região metropolitana, ampliando, portanto, o volume de residentes nas suas zonas rurais. Castanhal, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará foram, justamente, aqueles que tiveram tendência de declínio urbano e cujas áreas de ponderação passaram a compor o tipo socioespacial agroindustrial.

Com relação aos profissionais de nível superior, em 2010, havia maior porcentagem desta categoria do que em 2000. O mesmo se constata em todos os tipos socioespaciais quanto a estes profissionais. O tipo superior era o que concentrava a maior parcela deste grupo de categorias na sua composição. Os estatutários, autônomos e professores de nível superior eram os que contavam com a mais elevada participação do grupo nos anos analisados. Em 2010, o tipo socioespacial superior teve um desempenho ainda mais expressivo dos trabalhadores de nível superior que atingiu o mesmo patamar das ocupações médias. Estes grupos de categorias alcançaram os valores mais elevados do tipo superior. Em 2000, as áreas de ponderação com maiores percentuais desta categoria eram Batista Campos/Jurunas/Nazaré/Cremação e Centro Histórico. Em 2010, por sua vez, Nazaré, São Brás e Umarizal estavam no topo do ranking.

O terciário não-especializado apresentou menor percentual em 2010 do que em 2000. A conjuntura econômica favorável da década de 2000 teve como uma das suas características a melhoria da formalização no mercado de trabalho brasileiro, como atestam diversos autores, dentre eles Oliveira e Lima (2019), Rocha (2006), Rocha (2013). A mesma tendência foi constatada no mercado de trabalho metropolitano, no qual se observou um aumento de aproximadamente 25% na formalização das atividades desempenhadas pela população ocupada e uma redução na informalidade, superior a 15%. Esta conjuntura parece ter tido efeito direto sobre as ocupações mais precarizadas como, são os casos, dos ambulantes e biscateiros, trabalhadores domésticos e prestadores de serviços não-especializados, que compõem a categoria trabalhadores do terciário não-especializado, e que, geralmente, exercem suas atividades sem amparo da legislação trabalhista. Em todos os tipos socioespaciais houve uma menor participação desta categoria de trabalhadores no final do período analisado, com exceção do agroindustrial. Os tipos popular e popular inferior foram os que contaram com maiores discrepâncias entre 2000 e 2010, justamente os que apresentavam patamares mais elevados deste grupo de ocupações no início do período.

O tipo socioespacial popular abarcava a maior quantidade de áreas de ponderação em comparação com os demais tipos na RMB em 2000. Em relação aos trabalhadores do terciário não-especializado que compunham este tipo socioespacial, as áreas de ponderação Igarapé Matafome, Guamá - Tucunduba, Terra-Firme - Tucunduba e Município de Marituba tinham as mais elevadas porcentagens

Em 2000, as áreas de ponderação Igarapé Matafome, Guamá - Tucunduba, Terra-Firme - Tucunduba e Município de Marituba tinham as mais elevadas porcentagens de trabalhadores do terciário não-especializado que compunham o socioespacial popular. Em 2010, por sua vez, algumas das unidade geográficas com maior participação foram Atalaia e Jaderlândia, Icuí,

Guamá 03, Terra Firme e Tapanã-02. Quanto ao tipo popular inferior, Mosqueiro e os municípios de Benevides e Santa Izabel do Pará, em 2000, e Universitário/Curió-Utinga/Águas Lindas/Aurá e Curuçambá/Distrito Industrial/Ilhas, em 2010, foram as áreas de ponderação do tipo popular inferior com as maiores participações dos trabalhadores do terciário não-especializado.

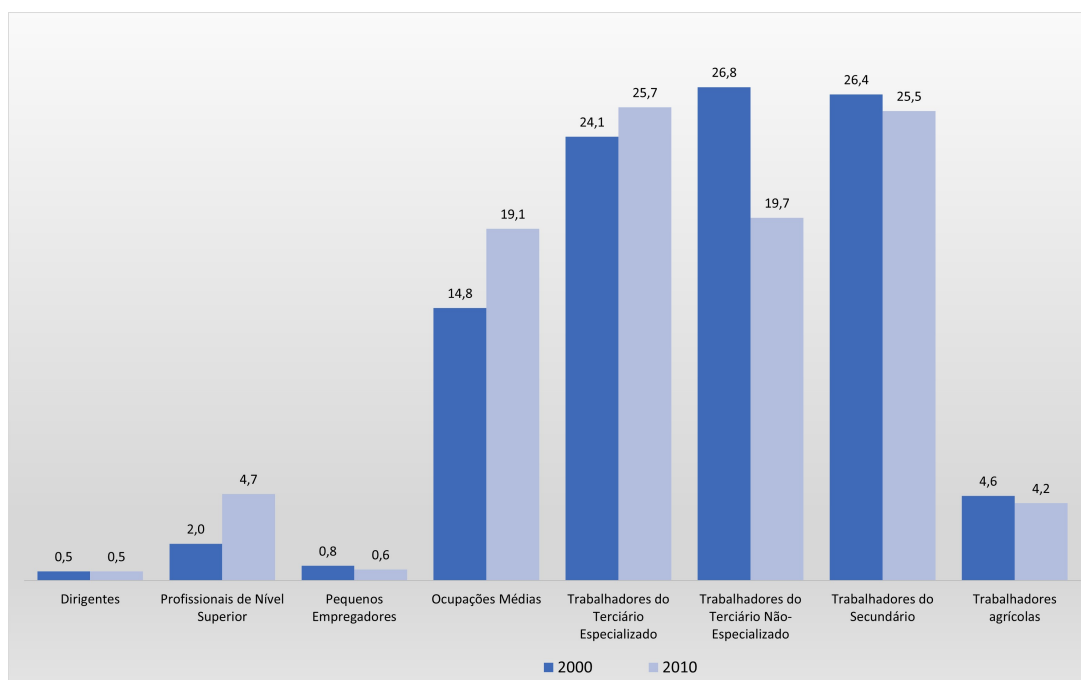
O tipo socioespacial médio superior contava, em 2000, com participação significativa das categorias ocupações médias e trabalhadores do terciário especializado e não-especializado. As ocupações de supervisão, técnicas e de saúde/educação concentravam os maiores percentuais na categoria de ocupações médias. Por sua vez, no terciário especializado, os trabalhadores do comércio tinham maior contribuição. As categorias que se destacaram em 2000 também foram as que participaram mais decisivamente no tipo socioespacial médio superior em 2010.

Lima et al. (2015) afirmam que o setor de comércio na RMB tinha como particularidade a forte presença de estabelecimentos formados por grupos locais de supermercados e lojas de departamentos que impediam a entrada de grupos de varejo nacionais no início do século XXI; não havia lojas das cadeias nacionais de supermercados na RMB. Mesmo os shopping centers construídos em Belém, a partir de 1999, continham grandes lojas-âncora de grupos locais. As poucas lojas de cadeias nacionais existentes na RMB restringiam-se a Belém em quantidade bastante reduzida até os anos 1990.

5.2 Tipologia socioespacial da população em situação de pobreza multidimensional

Nesta secção apresenta-se a tipologia socioespacial da população que se encontra em situação de privação multidimensional para os anos de 2000 e 2010. Diferentemente da tipologia socioespacial construída para o conjunto da população residente na RMB, apresentada no tópico anterior, a tipologia da população multidimensionalmente pobre conta com cinco (5) tipos bem caracterizados: Superior, Médio Superior, Médio, Popular e Agroindustrial. A seguir são apresentados os resultados obtidos em relação as categorias sócio-ocupacionais e os tipos socioespaciais da população em situação de pobreza multidimensional.

A Figura 16 apresenta o perfil social da população em situação de pobreza multidimensional da Região Metropolitana de Belém para os anos de 2000 e 2010. A composição social da população multidimensionalmente pobre é relativamente diferente do conjunto regional nos anos de 2000 e 2010. Em 2000, as ocupações do terciário não-especializado e do secundário perfaziam mais da metade desse contingente populacional. Além disso, os trabalhadores do terciário especializado participavam como o terceiro maior agrupamento ocupacional, com patamar muito próximo aos dois grupos sócio-ocupacionais anteriormente mencionados. Chama a atenção a menor participação do terciário não-especializado em 2010, acompanhando o mesmo comportamento verificado na população total da RMB. Por outro lado, os profissionais de nível superior e as ocupações médias tiveram importante ampliação de seus percentuais.

Figura 16 – Região Metropolitana de Belém - Perfil social da população em situação de pobreza multidimensional (%) - 2000/2010

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

Da mesma forma que na população total da região metropolitana, em 2000, o contingente de pobres que se ocupava com atividades do terciário não-especializado tinha nos ambulantes e biscoiteiros a maior participação (50%), seguido pelos trabalhadores domésticos. Em 2010, os ambulantes continuaram como a categoria de maior representatividade, inclusive com patamar mais elevado. No entanto, os prestadores de serviços não-especializados passaram à segunda posição na participação ocupacional, mesma tendência observada na população total.

Em relação aos trabalhadores do secundário, em 2000, praticamente 45% deles era composto pelos operários da construção civil, seguido pelos trabalhadores dos serviços auxiliares e da indústria tradicional, que tinham praticamente o mesmo percentual. No final do período analisado, os trabalhadores da construção civil e dos serviços auxiliares mantiveram sua participação mais expressiva para a categoria sócio-ocupacional. Porém, as atividades da indústria tradicional teve seu contingente reduzido.

As ocupações do terciário especializado da população em situação de pobreza apresentou participação muito semelhante entre as duas categorias que a compõem em 2000. Porém, em 2010, os trabalhadores do comércio ganham maior proeminência, com quase 2/3 do total das pessoas ocupadas neste grupo ocupacional.

Quanto às ocupações médias, a distribuição percentual das ocupações de supervisão e de saúde e educação nos dois anos censitários são bastante semelhantes, sendo que a primeira categoria abarcava mais de 1/3 do agrupamento ocupacional. Quanto aos profissionais de nível superior, em 2000, os estatutários e autônomos contemplavam as duas maiores participações. Em

2010, verifica-se mudança nessa distribuição interna: os professores de nível superior superam os estatutários, juntos atingem praticamente 75% do contingente desta categoria sócio-ocupacional.

A Tabela 5 mostra a distribuição dos grupos de categorias sócio-ocupacionais por município da população em situação de privação da Região Metropolitana de Belém para 2000 e 2010.

Tabela 5 – Região Metropolitana de Belém - Estrutura das categorias sócio-ocupacionais da população em situação de pobreza multidimensional distribuída por município (%) - 2000/2010

Categoria	Ananindeua	Belém	Benevides	Castanhal	Marituba	Santa Bárbara do Pará	Santa Izabel do Pará	Total
2000								
Dirigentes	0,49	0,50	0,29	0,60	0,18	0,00	0,35	0,48
Profissionais de Nível Superior	1,55	2,56	0,36	1,02	1,54	0,21	0,48	1,99
Pequenos Empregadores	0,98	0,73	0,28	1,36	0,83	0,34	0,49	0,84
Ocupações Médias	15,73	15,32	10,77	13,40	11,54	12,13	9,61	14,76
Trabalhadores do Terciário Especializado	26,17	25,34	13,68	20,81	19,73	9,96	12,47	24,12
Trabalhadores do Terciário Não-Especializ	25,91	27,69	35,41	21,22	30,88	32,10	21,43	26,80
Trabalhadores do Secundário	27,17	25,37	29,01	26,46	32,71	24,31	26,78	26,43
Trabalhadores agrícolas	2,00	2,50	10,20	15,12	2,59	20,94	28,40	4,57
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2010								
Dirigentes	0,44	0,62	0,37	0,80	0,09	0,43	0,37	0,53
Profissionais de Nível Superior	4,75	5,25	2,96	4,62	4,11	2,04	2,34	4,73
Pequenos Empregadores	0,61	0,55	0,67	0,91	0,30	0,35	0,74	0,60
Ocupações Médias	21,34	18,48	15,18	19,20	18,86	10,79	12,74	19,08
Trabalhadores do Terciário Especializado	25,87	26,79	21,54	23,51	28,02	17,34	19,20	25,68
Trabalhadores do Terciário Não-Especializ	19,57	21,51	22,34	13,70	18,44	18,73	16,40	19,68
Trabalhadores do Secundário	25,66	24,26	30,93	27,21	27,85	27,42	24,83	25,54
Trabalhadores agrícolas	1,75	2,55	6,01	10,06	2,34	22,89	23,37	4,16
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

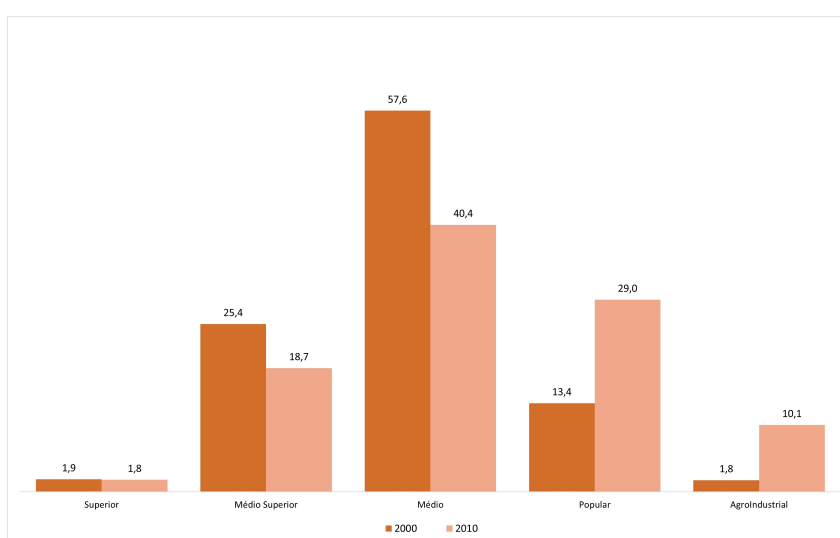
Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

Da mesma forma que no conjunto regional da população em situação de pobreza multidimensional, a ampliação do contingente de profissionais de nível superior ocorreu em todos os municípios metropolitanos nos anos 2000. Ananindeua, Belém e Castanhal foram os municípios que contaram com percentuais mais elevados no final do período analisado. O mesmo comportamento ocorreu com relação às ocupações médias, novamente Ananindeua, Belém, Castanhal e também Marituba tiveram maior representatividade deste grupo ocupacional nas suas estruturas sociais. Santa Izabel do Pará e Santa Bárbara do Pará chamam a atenção pelo maior percentual de trabalhadores do setor agrícola, enquanto Benevides pelo de trabalhadores do setor secundário.

Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará apresentavam estrutura social com certa semelhança entre si, mas distinto do contingente total de pobres. Nestes municípios a maior parcela da população em situação de privação estava enquadrada como trabalhadores do setor secundário, da mesma forma que na maioria dos municípios metropolitanos, porém os trabalhadores agrícolas tinham forte presença tornando-se o grupo de categorias com o segundo maior percentual, diferentemente dos demais. Castanhal também tinha uma presença importante dos trabalhadores agrícolas, mas não tão expressiva quanto nos dois municípios mencionados anteriormente.

A Figura 17 apresenta a tipologia socioespacial da população em situação de privação da Região Metropolitana de Belém para 2000 e 2010. Como afirmado no início deste tópico, a representação desse contingente populacional abarca cinco (5) tipos bem caracterizados: superior, médio superior, médio, popular e agroindustrial. Procurou-se nomear os tipos de forma a se aproximar o mais possível dos tipos representativos da população total com o intuito de facilitar a comparação. Logicamente, apesar das nomenclaturas dos tipos socioespaciais serem semelhantes, isto não significa que, em cada um deles, façam parte as mesmas áreas de ponderação. Isto ocorreria somente se as duas populações fossem exatamente as mesmas, mas isso não acontece. Nas categorias e na tipologia a seguir constam apenas as pessoas em situação de pobreza multidimensional. Significa, portanto, que as pessoas classificadas como não pobre ou em situação de vulnerabilidade à pobreza não se encontram presentes nesta tipologia. Dito isso, passa-se a seguir a apresentar os resultados da tipologia do contingente de pobres.

Figura 17 – Região Metropolitana de Belém - Tipologia socioespacial da população em situação de pobreza multidimensional (%) - 2000/2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

No gráfico, chama a atenção a redução na participação dos tipos socioespaciais que encontram-se no topo da hierarquia social (superior e médio superior), enquanto os tipos da base da estrutura social tiveram ampliada seus percentuais de representação.

O tipo socioespacial com maior preponderância do contingente de pessoas em situação de pobreza multidimensional residentes na Região Metropolitana de Belém era o médio. Como mostra a Figura 17, este tipo abrangia, em 2000, aproximadamente 60% da população, porém no ano seguinte ocorreu redução expressiva, mas ainda assim continuou como o de maior representação entre os pobres. Os tipos médio superior e popular se revesaram na segunda posição do ranking socioespacial ao longo dos anos 2000. O tipo médio superior iniciou a década com a segunda posição, porém foi superado pelo popular ao final do período.

A Tabela 6 e a Figura 18 apresentam a tipologia socioespacial dos residentes na Região Metropolitana de Belém que encontravam-se em situação de pobreza multidimensional por

categoria sócio-ocupacional e área de ponderação para os anos de 2000 e 2010.

Tabela 6 – Região Metropolitana de Belém - Tipologia socioespacial da população em situação de pobreza multidimensional distribuída por categoria sócio-ocupacional (%) - 2000/2010

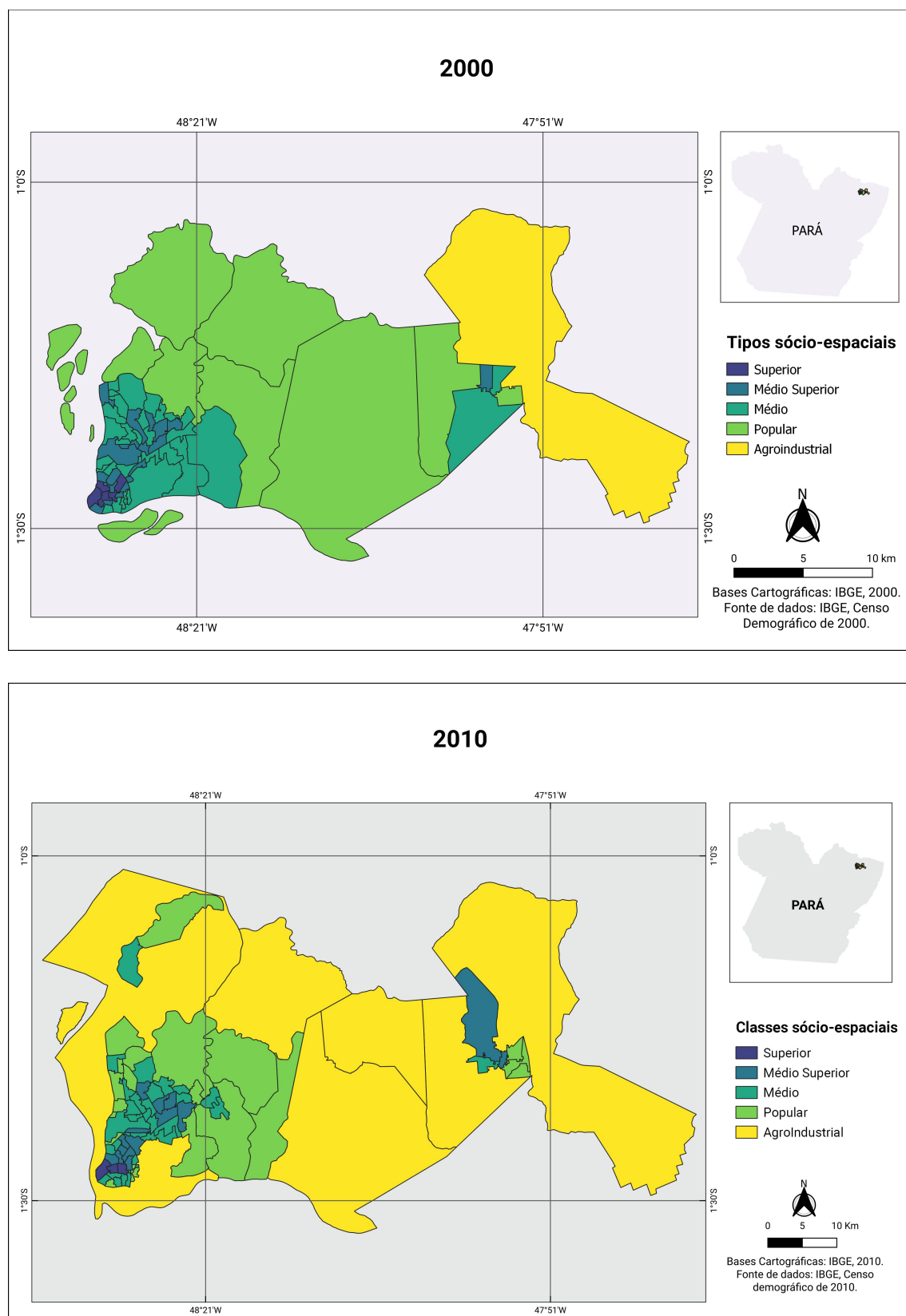
Categoria	Superior	Médio Superior	Médio	Popular	Agroindustrial	Total
2000						
Dirigentes	5,1	0,9	0,2	0,2	0,4	0,5
Profissionais de Nível Superior	18,1	3,3	1,2	0,7	0,3	2,0
Pequenos Empregadores	2,5	1,3	0,6	0,6	1,5	0,8
Ocupações Médias	26,3	19,4	13,9	9,2	6,6	14,8
Trabalhadores do Terciário Especializado	17,9	26,1	25,1	18,6	10,4	24,1
Trabalhadores do Terciário Não-Especializado	23,5	24,5	27,9	28,4	14,6	26,8
Trabalhadores do Secundário	5,8	23,3	28,9	26,2	13,6	26,4
Trabalhadores agrícolas	0,7	1,1	2,1	16,1	52,7	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2010						
Dirigentes	5,4	1,1	0,3	0,2	0,4	0,5
Profissionais de Nível Superior	29,7	9,1	4,1	2,1	2,1	4,7
Pequenos Empregadores	2,5	1,2	0,4	0,4	0,5	0,6
Ocupações Médias	27,8	29,2	18,4	14,9	13,3	19,1
Trabalhadores do Terciário Especializado	12,9	24,4	27,9	26,5	19,2	25,7
Trabalhadores do Terciário Não-Especializado	13,8	14,9	21,2	21,9	17,2	19,7
Trabalhadores do Secundário	7,5	19,3	26,3	29,9	24,7	25,5
Trabalhadores agrícolas	0,2	0,7	1,4	4,1	22,6	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

O contingente de pessoas em situação de pobreza multidimensional tinha no tipo superior a participação mais expressiva dos profissionais que realizavam ocupações médias, do terciário não-especializado e dos trabalhadores de nível superior, em 2000. Com relação às ocupações médias, as pessoas inseridas nas atividades técnicas e de supervisão apresentavam as mais elevadas porcentagens neste tipo. Além disso, os trabalhadores do terciário não-especializado eram mais presentes neste tipo socioespacial do contingente de pobres. Entre os profissionais de nível superior eram os estatutários e autônomos que tinham a maior representatividade. Neste tipo socioespacial, o grupo de categorias dos dirigentes apresentava maior participação relativa entre todos os tipos socioespaciais. Nele, a categoria grandes empregadores contava com o maior percentual.

Em 2010, as pessoas enquadradas no tipo superior componentes do contingente de pobres multidimensionais residiam em apenas três áreas de ponderação da RMB: Centro Histórico, Nazaré e São Brás. O volume de pessoas em situação de pobreza multidimensional era bastante reduzido no Centro Histórico e em Nazaré (inferior a 15%). Em São Brás, por outro lado, havia um quantitativo bem maior (48,4%) devido às características de ocupação de seu território, como apontado em tópico anterior. Isto significa que, mesmo nos bairros nobres da capital paraense, havia uma parcela não desprezível de pessoas em situação de privação.

Em relação ao tipo socioespacial médio superior, as participações mais expressivas

Figura 18 – Região Metropolitana de Belém - Tipologias socioespaciais da população em situação de pobreza multidimensional por área de ponderação - 2000/2010

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

eram dos grupos de categorias ocupações médias e trabalhadores do terciário especializado. As ocupações de supervisão e de saúde e educação concentravam os maiores percentuais na classe de categorias ocupações médias, em conjunto abrangiam mais de 55% das pessoas enquadradas neste grupo de categorias. No terciário especializado da tipologia socioespacial do contingente de pobres, como na população total, os trabalhadores do comércio tinham maior contribuição, com aproximadamente 2/3. Outra categoria com importante participação neste grupo eram os trabalhadores do secundário, sendo que os operários da construção civil e os trabalhadores dos serviços industriais auxiliares apresentavam parcela expressiva desse contingente. Nele, os operários da construção, sozinhos, computavam mais de 50%.

Quanto ao tipo socioespacial médio, contava com os maiores percentuais dos grupos de categorias trabalhadores do terciário especializado, do secundário e do terciário não-especializado. Os valores desses grupos variavam de 27,9% a 21,2%. Os trabalhadores do comércio compreendiam aproximadamente 60% do total do terciário especializado. Entre os trabalhadores do setor secundário, novamente os operários da construção civil e os trabalhadores dos serviços industriais auxiliares abarcavam os maiores contingentes, superando os 70%. Os ambulantes e biscoiteiros e os prestadores de serviços não-especializados eram as categorias com porcentagens mais expressivas no grupo de trabalhadores do terciário não-especializado.

O tipo popular, entre as categorias sócio-ocupacionais, contava com maior presença dos trabalhadores do secundário, do terciário especializado e não-especializado. No setor secundário, os operários da construção continuam com sua predominância no percentual de participação, no entanto com menor expressão que nos tipos socioespaciais anteriores. Observa-se inclusive maior presença dos trabalhadores das industriais tradicional e moderna. Quanto ao terciário não-especializado, os ambulantes e biscoiteiros continuavam como o grupo com maior percentual. Porém, quando comparado com os demais tipos socioespaciais, constata-se que no tipo popular os ambulantes e biscoiteiros contavam com a menor participação. Chama a atenção nele a maior presença dos prestadores de serviços não-especializados.

Por fim, o tipo agroindustrial tinha nos grupos de categorias sócio-ocupacionais trabalhadores do secundário e agrícolas as maiores participações (24,7% e 22,6%, respectivamente). Os operários da construção civil contavam com a segunda maior contribuição em comparação com os outros tipos socioespaciais.

O tipo socioespacial médio superior da população em situação de privação na RMB tinha a mesma repartição observada para o conjunto da população regional em termos municipais. As pessoas classificadas nesse tipo socioespacial residiam em Belém, Ananindeua e Castanhal em 15 áreas de ponderação. Comparando estas áreas com as unidades territoriais que fazem parte do tipo médio superior da população total, constata-se que: 60% delas também foram classificadas como médio superior nas duas tipologias, como são exemplos Cidade Nova, Coqueiro-01 e 02, Souza, Pedreira-02 e 03 e Fonte Boa-Nova Olinda; este tipo socioespacial também abarcava áreas que foram rotuladas como tipos superior e médio da tipologia da população total da RMB, como

são os casos de Umarizal e Marco-01 e 02 no tipo superior e Centro-Júlia Sefer, Pedreira-01 e Centro-Castanhal no tipo médio.

O tipo médio do contingente de pobres multidimensionais abarcava o maior número de áreas de ponderação da RMB (29). Entre essas áreas, 16 já estavam classificadas como de tipo médio na tipologia da população total, como são exemplos Sacramento, Telégrafo, Condor, Saudade I-Vila de Apeú, Cruzeiro, Decouville-Centro e Guanabara-Águas Lindas. Nessas unidades geográficas, as condições de vulnerabilidade à pobreza, pobreza e extrema pobreza estavam presentes ao considerar o conjunto da população regional e passaram para pobreza e extrema pobreza quando se leva em conta apenas o contingente de pessoas em situação de privação. Outras cinco (5) áreas tinham sido enquadradas como médio superior e passaram, na tipologia dos pobres, ao tipo médio. Todas passaram de vulnerável à pobreza. Pode-se citar neste subgrupo as áreas Cremação, Val-de-Cães e Marambaia. Por fim, oito (8) áreas passaram do tipo popular para médio. Entre elas pode-se mencionar Coqueiro, Mosqueiro-Urb, PAAR e São Francisco-Bairro Novo. Apenas Coqueiro não estava classificado em condição de extrema pobreza nesse subgrupo.

Entre as 20 unidades geográficas rotuladas como popular na tipologia dos pobres, apenas quatro (4) não recebiam esta classificação nas duas tipologias: Parque Guajará que recebeu o tipo médio na tipologia regional e Curuçambá-Norte, Benfica e Mosqueiro-Exp que foram contempladas com o tipo popular inferior. A maioria das áreas de ponderação estavam em condição de pobreza ou extrema pobreza. As exceções foram Jurunas-02 e Guamá-03 que passaram de vulneráveis para pobres e Pratinha que passou de pobre para extrema pobreza.

Por fim, o tipo agroindustrial se localizava em seis (6) áreas territoriais, onde quatro (4) delas já havia recebido a mesma classificação na tipologia regional, como são os casos de Norte-Santa Izabel, Santa Bárbara do Pará, Centro-Sul-Santa Izabel e Área rural-Castanhal. As outras duas (2) passaram de popular inferior para agroindustrial (Apeú e Área Rural de Belém). Todas estavam em condição de extrema pobreza.

Entre todas as áreas de ponderação da RMB, 19% apresentaram mobilidade ascendente, enquanto 15% contaram com mobilidade descendente. No primeiro caso, passaram de médio para médio superior, de popular para médio ou de popular inferior para popular. No segundo, passaram de superior para médio superior, médio para popular ou de popular inferior para agroindustrial. A maioria, portanto, permaneceu no mesmo enquadramento nas duas tipologias.

5.3 Considerações finais

Neste capítulo procurou-se analisar a estrutura social da Região Metropolitana de Belém usando, para isso, a tipologia socioespacial desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles. Discutiu-se também como estava distribuída a pobreza no período 2000/2010 tendo por base os diferentes tipos socioespaciais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta tese foi discutir as relações entre pobreza multidimensional e estrutura social na Região Metropolitana de Belém no período 2000 a 2010. Além disso, foi realizada uma comparação entre a pobreza unidimensional (baseada na renda) e a multidimensional a fim de verificar os diferenciais entre essas abordagens. Para o estudo da multidimensionalidade foi adotada a abordagem das capacidades de Amartya Sen, enquanto a estrutura social baseou-se na teoria de Pierre Bourdieu sobre o espaço social.

Para empreender este estudo, inicialmente, buscou-se o embasamento teórico no qual foi discutido as diferentes definições e perspectivas de análise da pobreza e sua evolução desde a década de 1950. Nele constatou-se que o enfoque da multidimensionalidade apreende a pobreza como um fenômeno em que devem ser consideradas dimensões múltiplas e não apenas a da renda, tornando necessário o uso de formas de mensuração que consigam captar essa diversidade.

Outro aspecto pouco tratado na abordagem das capacidades, conforme mostrou a revisão da literatura, mas que Sen considera importante na análise das capacidades e, conseqüentemente, da pobreza, tem neste trabalho um papel extremamente relevante: a estrutura social. Para tratar desta questão foi empregada a abordagem de Bourdieu para complementar a das capacidades na medida em que estuda os agentes individuais dando a devida atenção ao seu entorno social. Adotou-se a teoria do espaço social cujas principais articulações envolvem os conceitos de campo, *habitus* e formas de capital. A condição de agente foi empregada para articular estas abordagens.

Na mensuração dos indicadores de pobreza foram usados os dados dos censos demográficos que permitiram a demonstração dos resultados por região, municípios e áreas de ponderação. Na estimação dos índices de pobreza multidimensional (IPM) foram consideradas três dimensões: educação, saúde e padrão de vida. A dimensão educação contemplou os indicadores frequência escolar infantil e anos de escolaridade. A dimensão saúde abrangeu na sua composição os indicadores taxa de mortalidade infantil e nutrição. A dimensão padrão de vida, por sua vez, contemplou os indicadores destinação do lixo, esgotamento sanitário e posse de bens.

A estratificação sócio-ocupacional, que possibilita a análise da estrutura social, da RMB foi construída usando a metodologia do Observatório das Metrôpoles. Deste procedimento resultou os tipos superior, médio superior, médio, popular, popular inferior e agroindustrial.

No primeiro decênio do século XXI, na RMB ocorreu uma expressiva redução na proporção de pobres sob o enfoque da renda. Esta tendência foi observada tanto para o conjunto da RMB, quanto para todos os municípios metropolitanos. Em 2000, em quase todos os municípios os níveis de pobreza superavam 50% de sua população residente. As exceções eram apenas Belém e Ananindeua. Em 2010, ocorreu uma diminuição generalizada nos níveis de incidência da pobreza monetária nos municípios metropolitanos, de forma que apenas um município continuou

a apresentar nível tão elevado.

Constata-se claramente a redução da incidência de pobreza monetária nas áreas de ponderação no período 2000 a 2010. Em 2000, havia um número expressivo de unidades geográficas com elevada proporção de pobres. Em 2010, as áreas com mais baixas proporções de pobres tiveram aumentada sua participação relativa, enquanto nas áreas com níveis de incidência mais elevados tiveram redução expressiva.

A queda dos indicadores de pobreza monetária na RMB acompanhou a tendência nacional ocorrida na década dos 2000 como consequência de condições econômicas e políticas públicas relacionadas ao comportamento do mercado de trabalho, à política de valorização do salário-mínimo e à expansão das transferências de renda assistenciais. Estes fatores contribuíram simultaneamente para aumentar a renda das famílias brasileiras em geral e beneficiar preponderantemente as mais pobres. A pobreza monetária foi inequivocamente reduzida, independentemente do critério de mensuração empregado.

Ao adotar a multidimensionalidade na análise da pobreza, consegue-se perceber a heterogeneidade existente nas áreas estudadas, conforme advoga Amartya Sen. Comparando os indicadores das duas abordagens, os resultados apontam para níveis mais elevados da pobreza captada pela perspectiva multidimensional, quando comparado com a ótica monetária. Esta situação ocorre para todos os níveis de agregação: regional, municipal e área de ponderação.

Os resultados da pobreza multidimensional indicam que houve pequena ampliação na proporção de pobres no conjunto da Região Metropolitana de Belém. O nível que se apresentava muito elevado em 2000, tornou-se maior em 2010, abarcando mais de 50% da população residente. Esta tendência de aumento somente ocorreu nos municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará, enquanto Ananindeua se manteve praticamente estável. Todos os demais municípios tiveram níveis mais baixos.

Comparativamente ao conjunto do país, os níveis da pobreza multidimensional apresentados pela Região Metropolitana de Belém eram muito elevados em comparação com as médias nacionais no período 2000/2010. As políticas públicas que contribuíram para a retirada da condição de pobreza multidimensional parcela importante da população nacional não parece ter apresentado os mesmos resultados para a RMB. Apesar da redução no período analisado, muito tem que ser feito para que atinja patamares mais próximos aos do país como um todo.

Considerando o índice de pobreza multidimensional, a dimensão que mais contribuiu para os resultados da pobreza foi a educação, reforçado, principalmente, pelo indicador anos de escolaridade. Apesar da redução da participação deste indicador entre 2000 e 2010, a persistência de altos patamares mostra sua relevância na contribuição relativa da composição da pobreza multidimensional da RMB e aponta para a necessidade de superar as dificuldades crônicas no campo da educação. Faz-se necessário fortalecer, portanto, a implementação de políticas sociais voltadas para a área da educação, enfatizando melhorias no desempenho escolar e na qualidade

do ensino, como também na ampliação da cobertura.

Além dos anos de escolaridade, o indicador água potável também apresentou participação importante na composição do IPM metropolitano. O aprofundamento de ações que expanda a cobertura dos serviços de saneamento básico resultaria em grande progresso da qualidade de vida da população residente na RMB. Tais constatações podem orientar a concepção e a implementação de políticas sociais a fim de torná-las mais eficazes, inovadoras e focalizadas, contribuindo para mudanças mais rápidas no bem-estar da população em situação de pobreza.

O terceiro indicador com maior destaque na composição do pobreza multidimensional da RBM foi a propriedade de alguns bens de consumo, como carro particular, telefone, freezer/geladeira e televisão. Nos anos em análise, este indicador contou com significativo aumento em sua contribuição para o IPM. Os efeitos da conjuntura econômica nacional favorável durante a década 2000/2010 parece não ter tido os mesmos resultados para a região metropolitana quanto a este indicador, já que sua participação relativa no IPM metropolitano aumentou. Esta é uma indicação de que ocorreu dificuldade na aquisição desses bens pela população em situação de privação.

A decomposição dos elementos do índice de pobreza multidimensional é importante porque pode auxiliar na tomada de decisão relativa às políticas públicas que tenham por finalidade reduzir a pobreza ou realizar alguma ação que tenha por propósito um elemento específico. No caso da RMB, os resultados apontam para a necessidade de implementar políticas que promovam o acesso a serviços públicos como escolas, unidades de saúde, postos de segurança pública e água encanada. A transferência de renda, no caso da Região Metropolitana de Belém, pura e simplesmente não é suficiente para reduzir a pobreza da população residente, há a necessidade de implementar melhorias em outras esferas da vida humana.

Em relação à estrutura social da Região Metropolitana de Belém, percebe-se que há um progressivo aumento da população enquadrada em situação de privação à medida que se vai avançando na estrutura social quando se considera os diversos indicadores que compõem o IPM, seja a incidência, seja a intensidade da pobreza, seja o próprio IPM. A população situada no topo da pirâmide social, no tipo socioespacial superior, considerada pobre é significativamente menor do que a do tipo agroindustrial, que fica na base.

Por se constituir na classe socioespacial mais elevada da estrutura social da RMB seria de esperar que não houvesse pobreza nessas áreas. Apesar das áreas de tipo superior apresentarem o mais baixo IPM em comparação com os demais tipos socioespaciais da RMB, ainda assim existia o risco de pessoas residentes em parte destas áreas caírem em situação de pobreza multidimensional. O bairro de São Brás se enquadra neste tipo de situação. A população da área de ponderação contava com praticamente 50% do contingente demográfico em situação de pobreza multidimensional. Na porção que fica mais próxima ao bairro de Nazaré (bairro também localizado no tipo superior) e que se encontra em terreno mais elevado, a infraestrutura de serviços urbanos é mais expressiva e melhor equipada, enquanto na porção que fica nas

proximidades dos bairros do Guamá e Canudos a situação é bastante diferente, justamente nos terrenos mais baixos. Nesta porção do bairro se verifica adensamento populacional, piores condições de moradia e de serviços urbanos em comparação com a outra porção.

O tipo socioespacial superior era o único que não contava com áreas de ponderação em situação de privação multidimensional. Todos os demais tipos, inclusive o médio superior, tinham pelo mais de uma. À medida que se vai em direção à base da hierarquia social, o número de unidades geográficas em situação de privação vai aumentando, de forma que os tipos popular inferior e agroindustrial contavam com todas as suas áreas enquadradas na condição de pobreza multidimensional ou pobreza multidimensional grave.

Da mesma forma que na análise dos agregados regional e municipais realizada, as dimensões que atuaram de forma a intensificar as privações da população residente na Região Metropolitana de Belém foram a educação e o padrão de vida.

Em praticamente todos os tipos socioespaciais, a educação concorreu com elevados níveis entre as dimensões que compõem o índice de pobreza multidimensional. Os anos de escolaridade foram decisivos na participação da dimensão educação. O tipo superior foi o que teve a maior participação da educação na composição do IPM. Isto significa que as pessoas que compunham os agregados familiares residentes na Região Metropolitana de Belém que estavam localizadas nas áreas de tipo superior sofriam privações educacionais significativas. A falta ou a dificuldade de acesso aos bancos escolares contribuiu expressivamente para os níveis de pobreza multidimensional que este tipo obteve. Os tipos socioespaciais médio superior, médio, popular e popular inferior contavam com participação do indicador anos de escolaridade em patamares relativamente próximos.

A formação dos indivíduos e dos seus interesses estão relacionados com a condição de agente na medida em que pode contribuir para uma participação mais ativa em suas comunidades. Para que isso ocorra os indivíduos devem ter acesso aos mais diversos tipos de serviços, dentre eles encontram-se os educacionais que permitem, a cada indivíduo, a possibilidade de desenvolver e fortalecer suas potencialidades. Quando o indivíduo não tem acesso à educação ou não tem condições de usufruir dela, a condição de agente não pode ser exercida de forma plena porque a expansão das liberdades do indivíduo não alcançam o seu potencial máximo na medida em que uma importante esfera de sua existência, a educacional, não foi desenvolvida adequadamente. É o que ocorre com a população em situação de pobreza em todos os tipos socioespaciais. Em todos os tipos da hierarquia social da Região Metropolitana de Belém havia um claro diferencial entre o total da população e o conjunto de pessoas em estado de privação, mostrando que os níveis educacionais eram mais baixos na população carente. Se um grupo de pessoas apresenta condições educacionais desfavoráveis, a chance de exercer sua condição de agente de forma plena será prejudicada podendo levá-lo a situações de privação.

Os resultados encontrados relativos a estrutura social da Região Metropolitana de Belém permite confirmar a hipótese deste trabalho. A abordagem multidimensional permite a identi-

ficção de diferentes contextos associados às estruturas sociais e à pobreza, contribuindo para uma compreensão mais acurada da complexidade das relações nos distintos territórios que o compõem.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. R. d.; CUNHA, M. S. d. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. **Revista de Economia**, Editora UFPR, v. 38, n. 3 (ano 36), p. 45–64, set./dez. 2012.
- ALENCAR, P. L. A. d. **Pobreza no Nordeste do Brasil: uma análise multidimensional para o período 2001 - 2009**. Dissertação (Mestrado em Economia) — Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- ALKIRE, S. Choosing dimensions: The capability approach and multidimensional poverty (mpira paper no. 8862). **MPRA Paper**, University Library of Munich, n. 8862, 2008.
- ALKIRE, S. Multidimensional poverty and its discontents. **OPHI Working Paper**, University of Oxford, n. 46, 2011.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. **OPHI Working Paper**, University of Oxford, n. 7, 2007.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. The poorest and hungry: assessments, analyses, and actions. In: _____. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute, 2009. cap. Counting and multidimensional poverty.
- ALKIRE, S. et al. Multidimensional poverty measurement and analysis: The alkire-foster counting methodology. **OPHI Working Paper**, University of Oxford, n. 83, 2015.
- ALKIRE, S. et al. Multidimensional poverty measurement and analysis: The framework (chapter 2). **OPHI Working Paper**, University of Oxford, n. 83, 2015.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute multidimensional poverty: A new index for developing countries. **OPHI Working Paper**, University of Oxford, n. 38, 2010.
- ALVES, E. R. Pierre bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. **Sociedade e Estado**, v. 23, 2008.
- ANAND, S.; SEN, A. Concepts or human development and poverty! a multidimensional perspective. **Human development papers**, UNDP, New York, 1997.
- AQUINO, J. A. d. As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu. **Humanidades e Ciências Sociais**, v. 2, n. 2, p. 17–29, jan. 2000.
- ARBACHE, J. S. **Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas**. Brasília: CEPAL/DFID, 2003.
- ARBOLEYA, A. Agência e estrutura em bourdieu e giddens pela superação da antinomia “objetivismo - subjetivismo”. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 1, n. 1, 2013.
- ARUN, M. O. Beyond the conventional -a sociological criticism of sen’s capability approach. **Journal of Economy Culture and Society**, n. 58, p. 229–245, 2018.
- AVELAR, W. d. M. et al. O programa de aceleração do crescimento (pac) e a urbanização de favelas na região metropolitana de belém-pa. **Anais do XV ENANPUR**, v. 15, n. 1, 2013.

AVILA, J. F. **Pobreza no Rio Grande do Sul: uma análise exploratória da sua distribuição espacial a partir de indicadores multi e unidimensionais**. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

AVILA, J. F.; BAGOLIN, I. P. Pobreza no Rio Grande do Sul: uma análise exploratória da sua distribuição espacial a partir de indicadores multi e unidimensionais. **Estudo & Debate**, v. 22, n. 2, p. 25–47, 2014.

AVILA, J. F.; BAGOLIN, I. P.; COMIM, F. Heterogeneidades individuais versus intensidade da pobreza em Porto Alegre. **Texto para Discussão**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 6, p. 20p., 2010.

BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. Poverty distribution among the brazilian states: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches. In: ANPEC. **Anais do 34o Encontro Nacional de Economia**. Salvador (BA), 2006. Disponível em <https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2006>.

BAGOLIN, I. P.; SOUZA, O. T.; COMIM, F. Gênero e pobreza multidimensional no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 2(45), p. 387–408, ago. 2012.

BARROS, R. P. d.; CARVALHO, M. d.; FRANCO, S. O índice de desenvolvimento da família (IDF). **Textos para Discussão**, IPEA, Rio de Janeiro, n. 986, out. 2003.

BARROS, R. P. d.; CARVALHO, M. d.; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil. **Texto para Discussão**, IPEA, Rio de Janeiro, n. 1227, out. 2006.

BARROS, R. P. d.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Texto para Discussão**, IPEA, Rio de Janeiro, n. 800, jun. 1997.

BONAMINO, A. et al. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 487–499, set./dez. 2010.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1972. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa, Rio de Janeiro: DIFEL/Editora Bertrand Brasil, 1989. (Memória e Sociedade).

BOURDIEU, P. **Sociology in question**. London: Sage, 1993. (Theory, culture & society).

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus Editora, 1996.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **A distinção: Crítica social do julgamento**. São Paulo, Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. O capital social - notas provisórias. In: **Escritos de educação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007, (Ciências sociais da educação). p. 65–69.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **Réponses - pour une anthropologie réflexive**. [S.l.]: Éditions Du Seuil, 1992.
- BOURGUIGNON, F.; CHAKRAVARTY, S. R. The measurement of multidimensional poverty. **Journal of Economic Inequality**, Kluwer Academic Publishers, v. 1, n. 1, p. 25–49, abr. 2003.
- BOWMAN, D. Sen and bourdieu: understanding inequality. **Social Policy Working Paper**, Brotherhood of St Laurence/University of Melbourne Centre for Public Policy, Melbourne, n. 14, nov. 2010.
- BRANDÃO, Z. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 227–241, jan./abr. 2010.
- CARDOSO, A. et al. A metrópole belém e sua centralidade na amazônia oriental brasileira. **EURE (Santiago)**, v. 41, n. 124, p. 201–223, set. 2015.
- CARDOSO, A. C. D. et al. A estrutura socioespacial da região metropolitana de belém: de 1990 a 2000. **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 1, p. 143–183, dez. 2006.
- CASTANHAL, C. N. G. do Plano Diretor Participativo do Município de. **Plano Diretor de Castanhal 2007 – 2016**. Castanhal, 2006.
- CHIARINI, T. **A pobreza no espaço: uma aplicação para o Rio Grande do Sul, 2000**. Dissertação (Mestrado em Economia) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- CODES, A. L. M. d. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para Discussão**, IPEA, Rio de Janeiro, n. 1332, abr. 2008.
- COMIM, F. Operationalizing sen's capability approach. In: UNIVERSITY OF CAMBRIDGE. **Conference Justice and Poverty, examining Sen's capability approach**. Cambridge, 2001. Evento realizado no período de 5 a 7 de junho.
- COMIM, F.; BAGOLIN, I. P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. Número Especial, p. 467–490, 2002.
- COMIN, F. et al. **Pobreza: da insuficiência de renda á privação de capacitações - Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional**. Porto Alegre, 2006.
- COSTA, L. M. G. d.; RODRIGUES, J. C. A formação de belém enquanto cidade compacta ou confinada: uma análise a partir das formas de produção da moradia. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 53, 2022.
- CURRALERO, C. R. B. **O enfrentamento da pobreza como desafio para as políticas sociais no Brasil: uma análise a partir do Programa Bolsa Família**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- DALBOSCO, C. Pobreza multidimensional: contornos conceituais e metodologia de aferição. In: REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM DIREITOS FUNDAMENTAIS (RBPDF). **Anais III Jornada Interamericana de Direitos Fundamentais e I Seminário Nacional da Rede Brasileira de Pesquisa em Direitos Fundamentais**. 2017. Disponível em: citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.110...

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. Para além da renda - uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1–21, 2016.

FAPESPA, F. ao Amazônia de Amparo a Estudos e P. **Estatísticas Municipais Paraenses: Benevides**. Belém: FAPESPA, 2016.

FAVARETO, A. As estruturas sociais e a economia – há uma convergência entre abordagens sociológicas e econômicas recentes ? In: **Anais do XXIX Encontro Anual da Associação de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)**. Caxambú: ANPOCS, 2005. p. 32p. Evento realizado no período de 25 a 29 de outubro de 2005.

FERREIRA, J. **O Pará e seus municípios**. Belém: edição autônoma, 2003.

FERREIRA, T. R. d. S.; MARIN, S. R. Pobreza multidimensional feminina: uma aplicação do método Alkire Foster (AF) nas grandes regiões brasileiras nos anos de 2001 e 2011. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 27, n. 1(49), p. 174–192, mar. 2016.

FORTINI, R. M. et al. Análise da pobreza multidimensional nas mesorregiões Norte e Jequitinhonha de Minas Gerais. In: **Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ABER)**. São Paulo: ABER/RSAI, 2017. p. 20p. Evento realizado no período de 11 a 13 de outubro.

GRUSKY, D.; KANBUR, R. Conceptual ferment in poverty and inequality measurement: The view from economics and sociology. In: **Conceptual Challenges in Poverty and Inequality**. Cornell: Cornell University, 2002.

GUIMARÃES, J. R. S. Pobreza e desigualdade no Brasil: do discurso hegemônico e medição espúria às raízes da questão. In: **Pobreza e Desigualdades Sociais**. Salvador: SEI, 2003, (Estudos e Pesquisas, v. 63). p. 85–116.

HART, C. Aspirations, education and social justice: applying Sen and Bourdieu. Bloomsbury, Londres, 2012. Disponível em <http://shura.shu.ac.uk/6886/>.

(IBGE), I. B. D. G. E. E. **Castanhal - História e fotos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/castanhal/historico>.

INEP. **Sinopse estatística da educação superior – 2000**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

INEP. **Censo da Educação Superior 2010**. 2011. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acessado em agosto de 2019.

IPEA, I. D. P. E. A. (Ed.). **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. 2012. (Comunicados do IPEA, 155). Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf.

JACKSON, W. A. Capabilities, culture and social structure. **Review of Social Economy**, York, 2005.

JACKSON, W. A. Capabilities, culture and social structure. In: _____. **Social Economics**. United Kingdom: Routledge, 2016. (Critical Concepts in Economics).

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79–112, jan./jun. 2006.

KUKLYS, W. **Amartya Sen's capability approach: Theoretical insights and empirical applications**. Berlin: Springer Science & Business Media, 2005. (Studies in Choice and Welfare).

LACERDA, F. C. C. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações**. Dissertação (Mestrado em Economia) — Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter that we do not agree on the definition of poverty? a comparison of four approaches. **QEH Working Paper Series**, Oxford, n. 107, mai. 2003.

LEITE, Á. R. et al. A pobreza multidimensional no estado da Bahia diminuiu? evidências a partir da abordagem de Bourguignon e Chakravarty. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, n. 1, p. 177–200, jan./abr. 2016.

LIMA, J. J. F. et al. O programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais. In: _____. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. cap. A promoção habitacional através do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Belém, p. 161–185.

LIMA, J. J. F. et al. Belém: transformações na ordem urbana. In: _____. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. (Estudos comparativos), cap. Estrutura Social e Organização Social da Região Metropolitana de Belém, p. 145–172.

LIMA, R. d. C. P.; CAMPOS, P. H. F. Campo e grupo: aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscoviciana das representações sociais. **Educ. Pesqui.**, v. 41, n. 1, p. 63–77, jan./mar. 2015.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. Indicador de pobreza: Uma aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. **Texto para Discussão**, CEDEPLAR/UFGM, Belo Horizonte, n. 223, p. 15p., out. 2003.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: Uma aplicação para Brasil e Minas Gerais. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambú: ABEP, 2004. Evento realizado no período de 20 a 24 de Setembro de 2004.

LOPES, J. G. D. **Pobreza multidimensional: uma aplicação à região Norte do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) — Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LUSTOSA, T. Q. d. O.; FIGUEIREDO, J. B. B. d. Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados. **Pesq. Plan. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 353–380, ago. 1990.

MACHADO, K. M. **Mensuração da pobreza: uma comparação entre a renda e a abordagem multidimensional da pobreza na Bahia**. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MACHADO, K. M. Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações de sua utilização. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, v. 155, p. 30–35, abr./jun. 2007.

- MARIN, S. R. et al. Pobreza multidimensional em Silveira Martins-RS: identificação de dimensões de vida valoradas com a aplicação do método Alkire-Foster (AF). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 18, n. 62, jan./jun. 2013.
- MARIN, S. R.; OTTONELLI, J. Medida multidimensional da pobreza: um exercício em Palmeira das Missões-rs. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 241–265, set./dez. 2008.
- MENDES, L. A. S. **A urbanização metropolitana estendida: aspectos da produção do espaço de Belém e de sua região**. Tese, Niteroi, 2018.
- MERCÊS, S. O programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais. In: _____. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. cap. O Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Belém: localização dos empreendimentos e seus determinantes, p. 161–185.
- MOCHI, L. C. C. Relações de gênero e educação: uma política construída na (des)igualdade. **Revista Amazônida**, Manaus, v. 3, n. 2, p. 161–175, 2018.
- MOSANER, M. A. S. **Medindo a intensidade da pobreza: possibilidade de operacionalização da capability approach por meio da metodologia de Alkire-Foster**. Dissertação (Mestrado em Economia Política) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- OLIVEIRA, N. S. M. N. d.; LIMA, J. F. d. Pobreza multidimensional das mulheres chefes de família da região nordeste. In: ANPUR. **Anais XVIII ENANPUR 2019**. Natal, 2019.
- OTTONELLI, J. et al. A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 837–859, mai./jun. 2011.
- PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano 2010**. New York: PNUD, 2010.
- QUINTELA, M. D. d.; ALVES, J. E. D.; SILVA, D. B. d. N. Índice multidimensional de pobreza dos estados nordestinos. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Pedro (SP): Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2014. p. 1–21.
- RIBEIRO, L. C. d. Q.; LAGO, L. C. do. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, nov. 2000.
- RIBEIRO, L. C. d. Q.; RIBEIRO, M. G. **Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- RIBEIRO, M. G.; CHETRY, M. As categorias sócio-ocupacionais e a análise social do território. In: RIBEIRO, L. C. d. Q. (Ed.). **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015. p. 148–159.
- ROBEYNS, I. An unworkable idea or a promising alternative? sen's capability approach re-examined. **Center for Economic Studies Discussion Paper Serie**, Kath. Univ. Leuven, Department Economie, n. 00.30, dez. 2000.
- ROBEYNS, I. The capability approach: an interdisciplinary introduction. 10 2003.
- ROBEYNS, I. Sens capability approach and gender inequality: selecting relevant capabilities. **Feminist Economics**, Routledge, v. 9, n. 2-3, p. 61–92, 2003.

- ROCHA, G. d. M. Aspectos demográficos do estado do Pará: crescimento, distribuição da população e migração. In: _____. **Zoneamento ecológico-econômico da Zona Leste Calha Norte do Estado do Pará**. Belém: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. v. 1, p. 45–84.
- ROCHA, S. Do consumo observado a linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Economico**, v. 27, n. 2, p. 313–352, ago 1997.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil - a evolução de longo prazo (1970-2011). **Estudos e Pesquisas**, n. 492, p. 1–31, 2013.
- RODRIGUES, D. L. **Pobreza e dinâmica intraurbana na Região Metropolitana de Belém: uma análise multidimensional para os anos 2000 e 2010**. Dissertação (Dissertacao de Mestrado em Economia) — Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- RODRIGUES, R. M. et al. Urbanização das baixadas de belém-pa: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. In: **Anais do XV ANPUR**. Recife (PE): Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), 2013. v. 15, n. 1, p. 17p. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/issue/view/1>>.
- SAGI, M. **Pobreza multidimensional: subsídios para discussão á luz do MPI OPHI**. Brasília, 2014.
- SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999.
- SANTOS, V. M. d. A economia do sudeste paraense: evidencia das transformacoes estruturais. In: _____. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p. 127–155.
- SEDOP. **Estudo de delimitação da região metropolitana de Belém**. Belém, 2018. v. 4. Série Regiões Metropolitanas.
- SEN, A. Poverty: an ordinal approach to measurement. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, v. 44, n. 2, p. 219–231, mar. 1976.
- SEN, A. **Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Oxford University Press, 1983a.
- SEN, A. Poor, relatively speaking. **Oxford Economic Papers**, JSTOR, v. 35, n. 2, p. 153–169, 1983b.
- SEN, A. The quality of life. In: _____. Oxford: Clarendon Press, 1993a. cap. Capability and Well-Being.
- SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 28-29, p. 313–334, abr. 1993b.
- SEN, A. Social exclusion: concept, application and scrutiny. **Social Development Papers**, Asian Development Bank, Manila (Filipinas), n. 1, jun. 2000.

- SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- SETTON, M. d. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60–70, mai./ago. 2002.
- SILVA, A. F. d. et al. Análise da pobreza multidimensional no Brasil. In: **Anais do 42o Encontro Nacional de Economia**. Natal: ANPEC, 2014. Evento realizado no período de 9 a 12 de dezembro.
- SILVA, A. F. d.; SOUSA, J. S. d.; ARAÚJO, J. A. Evidências sobre a pobreza multidimensional na região Norte do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 219–239, mar./abr. 2017.
- SILVA, A. M. R. d. **Abordagens das necessidades humanas e das capacitações: uma aplicação da metodologia de Alkire e Foster para o estudo da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010**. Tese (Doutorado em Economia) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- SILVA, J. J. d.; BRUNO, M. A. P.; SILVA, D. B. d. N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Revista de Economia Política**, 2020.
- SILVA, M. d. C. P. d.; BARROS, R. P. d. Pobreza multidimensional no Brasil. In: **Anais do 34o Encontro Nacional de Economia**. Salvador (Bahia): ANPEC, 2006. Evento realizado no período de 5 a 8 de dezembro.
- SILVA, N. d. V. **Posição social das ocupações**. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.
- SILVA NETO, D. R. d.; OLIVEIRA, S. V. d. Políticas sociais e pobreza no Brasil: desafios em direção ao desenvolvimento humano. **Revista Textos de Economia**, v. 20, n. 1, p. 51–71, nov. 2017.
- SKEGGS, B. **Formations of class and gender**. London: Sage Publications, 1997.
- SOARES, B. R. d. J. **Produção de moradias precárias e urbanização regional policêntrica em periferias distantes da cidade-região de Belém**. Dissertação (Dissertação em Geografia) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- SOUSA, L. C. R.; SANTOS, R. B. N.; SOUSA, D. S. P. Pobreza multidimensional na Amazônia legal: uma análise sobre o índice de desenvolvimento da família (IDF). **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 6, n. 3, p. 125–148, nov. 2016.
- SOUZA, P. H. G. a. F. d.; CARVALHAES, F. A. d. O. Estrutura de classes, educação e queda da desigualdade de renda (2002-2011). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 1, p. 101–128, 2014.
- STEWART, F. Basic needs strategies, human rights, and the right to development. **Human Rights Quarterly**, v. 11, n. 3, p. 347–374, aug. 1989.
- STEWART, F. Basic needs approach. In: CLARK, D. (Ed.). **The Elgar Companion to Development Studies**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pressing, 2006. p. 14–18.

- STREETEN, P.; BURKI, S. J. Basic needs: some issues. **World Development**, v. 6, n. 3, p. 411–421, 1978.
- STREETEN, P. e. a. Why basic needs? In: _____. **First Things First: meeting basic human needs in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 1981.
- TRENTIN, L. Z.; ZAMBAM, N. J. Estudos sobre amartya sen. In: _____. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. v. 1: Políticas Públicas, Capabilities e Desenvolvimento, cap. O Programa Bolsa Família e a condição de agente segundo Amartya Sen, p. 281–297.
- TRINDADE JR., S.-C. C. d. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. Tese, Doutorado em Geografia, São Paulo, 1998.
- TRINDADE JR., S.-C. C. d. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: [s.n.], 2016.
- UNPD. **Human development report 1997**. New York: Oxford University Press, 1997.
- VENTURA NETO, R. d. S. **Circuito imobiliário e a cidade: coalizações urbanas e dinâmicas de acumulação de capital no espaço intraurbano de Belém**. Dissertação (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- WEBB, J.; SCHIRATO, T.; DANAHER, G. **Understanding Bourdieu**. Crows Nest, Austrália: Allen & Unwin, 2002. (Cultural Studies).
- XIMENES, V. M. et al. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de Psicologia**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), v. 21, n. 2, p. 146–156, abr./jun. 2016.
- ZAMBAM, N. J. **A teoria da justiça de Amartya Sen: Liberdade e desenvolvimento sustentável**. Tese (Doutorado em Filosofia) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ZAMBAM, N. J. **Amartya Sen. Liberdade, Justiça e Desenvolvimento Sustentável**. Passo Fundo: Ed. IMED, 2012. v. 500.

Apêndices

**APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE
PONDERAÇÃO E SUA DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIOS
E BAIRROS - 2000**

Município	Nome das áreas de ponderação	Bairros, porções de bairros, comunidades rurais que compõem as áreas de ponderação
Ananindeua	Guanabara e Atalaia	Guanabara e Atalaia
	Águas Lindas e Júlia Seffer	Águas Lindas e Júlia Seffer
	Águas Brancas e Aurá	Águas Brancas e Aurá
	Jaderlândia	Jaderlândia
	Coqueiro	Coqueiro
	Providência	Providência
	Cidade Nova	Cidade Nova
	Guajará / Maguari / Cajui	Guajará / Maguari / Cajui
	40 Horas	40 Horas
	Centro e Geraldo Palmeira	Centro e Geraldo Palmeira
	Heliolândia	Heliolândia
	Paar	Paar
	Curuçambá / Ilhas	Curuçambá, Ilhas
	Icui / Guajará	Icui / Guajará
	Icui-Laranjeira e Jiboia Branca	Icui-Laranjeira e Jiboia Branca
Belém	Centro Histórico	Batista Campos, Jurunas, Cidade Velha, Campina, Reduto
	Icoaraci	Cruzeiro, Ponta Grossa, Paracuri
	Igarapé Mata-fome	Pratinha, São Clemente, Parque Verde, Tapanã
	Primeiro de Dezembro	Souza, Castanheira, Curió-Utinga
	Mosqueiro	Vila, Maracajá, Mangueiras, Praia Grande, Farol, Chapéu Virado, Aeroporto, Natal do Murubira, Porto Arthur, Murubira, Ariramba, Bonfim, São Francisco, Caranamduba, Marahú, Caruara, Paraiso, Sucurijuquara, Baia do Sol
	Outeiro	Brasília, São João do Outeiro, Itaiteua, Água Boa
	Umarizal	Umarizal
	Marco	Marco
	Batista Campos / Jurunas / Nazaré / Cren	Batista Campos, Jurunas, Nazaré, Cremação
	Guamá / São Brás / Canudos	Guamá, São Brás, Canudos
	Mangueirão	Mangueirão
	Cabanagem	Cabanagem
	Bengui	Bengui
	Una / Coqueiro	Una, Coqueiro
	Tapanã	Tapanã
	Parque Verde	Parque Verde
	Val-de-Caes / Marambaia	Val-de-Cães, Marambaia
	Souza / Castanheira	Souza, Castanheira
	Universitário / Curió-Utinga / Guanabara / Águas Lindas / Aurá	Universitário, Curió-Utinga, Guanabara, Águas Lindas, Aurá
	Agulha	Agulha
	Parque Guajará	Parque Guajará
	Campina de Icoaraci	Campina de Icoaraci
	Coqueiro / Macacuera / Águas Negras / Tenoné	Coqueiro, Macacuera, Águas Negras, Tenoné
	Barreiro	Barreiro
	Telégrafo	Telégrafo
	Pedreira	Pedreira
	Sacramenta	Sacramenta
	Miramar / Maracangalha	Miramar, Maracangalha
	São Brás / Fátima / Umarizal / Marco	São Brás, Fátima, Umarizal, Marco
	Jurunas	Jurunas
	Cremação / Batista Campos	Cremação, Batista Campos

(continuação)

Município	Nome das áreas de ponderação	Bairros, porções de bairros, comunidades rurais que compõem as áreas de ponderação
Belém	Condor	Condor
	São Brás / Canudos	São Brás, Canudos
	Marco	Marco
	Guamá - Tucunduba	Guamá
	Guamá 2	Guamá
	Terra-Firme - Tucunduba	Terra Firme
	Terra-Firme 2	Terra Firme
Benevides	Município de Benevides	Município de Benevides
Castanhal	Área rural 01	Área rural - Comunidades Boa Vista, Macapazinho
	Jaderlândia / Bom Jesus / Santa Catarina	Jaderlândia, Bom Jesus, Santa Catarina, Santa Lídia, Cariri
	Área rural 02	Área Rural - Agrovilas Campina, Bacabalzinho, São Lucas, São Sebastião, Anita Garibaldi, Iracema, Bom Jesus, São Pedro, Castelo Branco, São Lourenço, Vila Teteia, São Joaquim, Nazaré e Graças a Deus; Ocupações Jesus de Nazaré, 05 de outubro, Bibiana, São João Batista 2, Nova Esperança, 15 de maio, Cristo Redentor e Terra Prometida; Assentamentos Cupiúba e João Batista
	Caiçara / São José / Imperador / Salgadinho	Caiçara, São José, Imperador, Salgadinho
	Pirapora / Centro / Estrela / Nova Olinda / Saudade II	Pirapora, Centro, Estrela, Nova Olinda, Saudade II
	Área rural 03	Área Rural - Agrovilas Itaquí, Santa Rosa e 15 de agosto; Distrito de Apeú
Marituba	Município de Marituba	Município de Marituba
Santa Bárbara do Pará	Município de Santa Bárbara do Pará	Município de Santa Bárbara do Pará
Santa Isabel do Pará	Município de Santa Isabel do Pará	Município de Santa Isabel do Pará

**APÊNDICE B – DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE
PONDERAÇÃO E SUA DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIOS
E BAIRROS - 2010**

Município	Nome das áreas de ponderação	Bairros, porções de bairros, comunidades rurais que compõem as áreas de ponderação
Ananindeua	Atalaia e Jaderlândia	Atalaia, Jaderlândia
	Aurá e Águas Brancas	Águas Brancas, Aurá, Júlia Seffer, Abacatal (Rural)
	Centro de Ananindeua	Centro, Júlia Seffer
	Cidade Nova	Cidade Nova
	Coqueiro / Cidade Nova	Coqueiro, 40 Horas, Cidade Nova
	Coqueiro / Providência	Coqueiro, Providência
	Guajará-Maguari	Guajará, Maguari-Cajui
	Guanabara e Águas Lindas	Guanabara, Águas Lindas
	Heliolândia e Geraldo Palmeira	Geraldo Palmeira, Heliolândia
	Icui	Icui-Laranjeira, Icui-Guajará
	Jiboia Branca e 40 Horas	Jiboia Branca, 40 horas
	Paar	Paar
	Curuçambá / Distrito Industrial / Ilhas	Curuçambá, Distrito Industrial, Ilhas/Norte
Belém	Centro Histórico	Batista Campos, Campina, Cidade Velha, Reduto
	Umarizal	Umarizal
	Telégrafo	Telégrafo
	Sacramenta	Sacramenta
	Barreiro	Barreiro
	Val-de-Cães	Miramar, Maracangalha, Val-de-Cães, Mangueirão
	Nova Marambaia	Marambaia, Castanheira
	Marambaia	Marambaia
	Souza	Souza, Curió-Utinga
	Pedreira 01	Sacramenta, Pedreira
	Pedreira 02	Pedreira
	Pedreira 03	Pedreira, Fátima
	Marco 01	Marco
	Marco 02	Marco, Canudos
	Nazaré	Nazaré
	São Brás	São Brás
	Cremação	Batista Campos, Cremação
	Jurunas 01	Jurunas
	Jurunas 02	Jurunas, Condor
	Condor	Condor
	Guamá 01	Guamá
	Guamá 02	Guamá, Canudos
	Guamá 03	Guamá, Terra Firme
	Terra Firme	Terra Firme
	Jabatiteua	Marco, Terra Firme
	Castanheira	Castanheira, Curió-Utinga, Guanabara, Águas Lindas
	Universitário/ Curió-Utinga / Águas Lindas / Aurá	Universitário, Curió-Utinga, Águas Lindas, Aurá
	Pratinha	Pratinha
	Bengui	Mangueirão
	São Clemente	Bengui, Parque Verde, São Clemente, Tapanã
	Cabanagem	Mangueirão, Cabanagem
	Parque Verde	Parque Verde
	Coqueiro	Coqueiro, Una
	Arii	Coqueiro
	Tapanã 01	Tapanã
	Tapanã 02	Tapanã, Paracuri
	Parque Guajará / Agulha	Parque Guajará, Agulha

(continuação)

Município	Nome das áreas de ponderação	Bairros, porções de bairros, comunidades rurais que compõem as áreas de ponderação
Belém	Tenoné	Tenoné, Águas Negras
	Macacuera	Campina de Icoaraci, Macacuera
	Agulha / Campina de Icoaraci	Agulha, Campina de Icoaraci
	Icoaraci	Ponta Grossa, Cruzeiro, Campina de Icoaraci
	Outeiro	Brasília, São João do Outeiro, Água Boa, Itaiteua
	Mosqueiro 01	Aeroporto, Chapéu Virado, Farol, Mangueiras, Maracajá, Natal do Murubira, Porto Arthur, Praia Grande, Vila
	Mosqueiro 02	Murubira, Ariramba, São Francisco, Bonfim, Carananduba, Marahú, Caruara, Sucuriçuquara, Paraíso, Baía do Sol
Benevides	Distrito 05 de Benevides	Paricatuba, Centro, Taiassui
	Distrito 10 de Benevides	Muririm, Benfica, Santa Maria, Paricatuba
Castanhal	Área rural 01	Área rural - São Raimundo, Pacuquara, Apeú, Itaqui, Boa Vista, Macapazinho
	Centro de Castanhal	Pirapora, Centro, Estrela, Nova Olinda, Saudade II
	Jaderlândia / Bom Jesus	Jaderlândia, Bom Jesus
	Santa Catarina / Bom Jesus / Santa Lúcia / Cariri / Saudade II	Santa Catarina, Bom Jesus, Santa Lúcia, Cariri, Saudade II
	Caiçara / São José / Imperador / Salgadinho	Caiçara, São José, Imperador, Salgadinho
	Saudade I, Pantanal, Cristo, Titanlândia, Vila de Apeú	Saudade I, Pantanal, Cristo, Titanlândia, Vila de Apeú
	Fonte Boa, Nova Olinda, Betânia, Comunidade Conceição	Fonte Boa, Nova Olinda, Betânia, Comunidade Conceição
	Área rural 02	Área rural (31 Comunidades)
Marituba	São Francisco / Dom Aristides / Bairro Novo	São Francisco, Nova União, Novo Horizonte, Parque Verde, Pedreirinha, São José, Dom Aristides, Bairro Novo
	Comunidades / Parque Ecológico da Pirelli	Residencial Almir Gabriel, Comunidades Riacho Doce, Parque Verde e Bela Vista, Bairros do Uruboca e São João, Parque Ecológico da Pirelli
	Centro de Marituba	Bairros Decouville, Centro, Mirinzal, Boa Vista, Comunidades Mário Couto, São Pedro, Santa Lúcia I e II, Guarasuco e Santa Clara, Loteamentos Decouville, Jardim Imperial e Vitória Régia, Conjuntos Marituba I, Parque das Palmeiras, Nova Marituba e Beija Flor
Santa Bárbara do Pará	Município de Santa Bárbara do Pará	Santa Bárbara do Pará
Santa Isabel do Pará	Centro de Santa Izabel	Bairros Centro, Nova Divinéia, Jurunas, Santa Terezinha, Jardim Mirai, Divinéia, Bairro Novo, Santa Lucia, Juazeiro, Triangulo, Nova Brasília, São Raimundo, Distritos de Caraparu e Americano, Vilas do Itá, de Pupunhateua e do Carmo, Comunidades Vitória do Caraparu, Conceição do Itá, Feijual, Campinense, São João das Cabeceiras, Trindade, Taiassui, Maravilha, Tacajós e Cupuaçu
	Jardim das Acácias / Santa Rita de Cássia / Comunidades	Bairros Jardim das Acácias, Aratanha e Santa Rita de Cássia, Comunidades João Coelho, Mocambo e Vila Sorriso